

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO E DOUTORADO)

VINÍCIUS DURVAL DORNE

**PRÁTICAS DISCURSIVAS MUDIÁTICAS NA/SOBRE A  
IDENTIDADE DO JORNALISTA SEM DIPLOMA**

MARINGÁ – PR

2011

VINÍCIUS DURVAL DORNE

**PRÁTICAS DISCURSIVAS MIDIÁTICAS NA/SOBRE A  
IDENTIDADE DO JORNALISTA SEM DIPLOMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso.

**Orientador:** Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa

MARINGÁ – PR

2011

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D713p Dorne, Vinícius Durval  
Práticas Discursivas midiáticas na/sobre a identidade do jornalista sem diploma / Vinícius Durval Dorne. -- Maringá: UEM, 2011  
187 f. : il. color. ; 29 cm

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, 2011.

1. Análise do Discurso. 2. Michel Foucault. 3. Método Arqueogenealógico. 4. Práticas Discursivas. 5. Acontecimento Discursivo. 6. Diploma. 7. Jornalista. 8. Identidade – Análise. I. Barbosa, Pedro Luis Navarro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

#### **Índices para catálogo sistemático:**

- |                                      |       |
|--------------------------------------|-------|
| 1. Análise do discurso : Linguística | 410   |
| 2. Discurso : Análise : Linguística  | 410   |
| 3. Linguagem e história              | 401.4 |

VINÍCIUS DURVAL DORNE

**PRÁTICAS DISCURSIVAS MUDIÁTICAS NA/SOBRE A IDENTIDADE DO  
JORNALISTA SEM DIPLOMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovado em **21 de março de 2011**.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
- Presidente -



---

Prof.ª Dr.ª Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso  
Universidade Estadual de Maringá – UEM



---

Prof.ª Dr.ª Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin  
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara-SP

*Ao silêncio e inquietude do meu “eu”.*

## AGRADECIMENTOS

No fim/início de mais uma jornada percebo que minha vida é tal como o “discurso”: trata-se de algo em curso, em movimento, cheio de possibilidades, de deslizos, de silenciamentos...

E, neste (per)curso em que me encontro, preciso:

Agradecer a Deus, que em sua infinita magnificência, mostrou-me a (im)possibilidade diante de mim mesmo: no silêncio constituidor dos sentidos pude observar a refração da minha fé.

Interpelar alguns indivíduos em sujeitos do/para meu discurso (vida):

Meus pais, Rosângela e Walter. Minha mãe, que com seu amor incondicional, relativizou as noções de tempo e de espaço: *onde* e *como* quer que eu esteja, posso senti-la. Meu pai, com quem aprendi que o sentimento do amor nem sempre encontra seu sinônimo naquilo que é externalizado nas diferentes fases da vida: hoje, em seus olhos marejados a cada partida minha, consigo cada vez mais me encontrar nele. Meu pai virou um velho bobo chorão que eu amo.

Minha irmã, Larissa, a quem nem sempre prestei/assumi o lugar de amigo. Responsável por me fazer questionar a falta de paciência e descobrir que nas diferenças se encontra o igual. Como prolongamento dos meus pais, minha aliança eterna.

*Ma petite amie*, Fernanda, por suportar os momentos em que nem mesmo eu me suportava. Pelas palavras de esperança, alento, carinho e, acima de tudo, amor. Pelas conversas diárias, pela companhia no cinema de sempre e pelas melhores sextas-feiras e sábados que já tive.

Todos meus colegas de Mestrado que, em suas divergências ou convergências teóricas, me ensinaram a não ser/ficar limitado a único campo

teórico. Agradeço, em especial, ao amigo Jefferson Voss, com quem travei longas discussões teóricas, dei longas risadas até mesmo sobre a teoria, e com quem cresci intelectualmente. Espero que mesmo agora, separados institucionalmente no doutorado, em caminhos próprios, possamos continuar sendo grandes amigos: obrigado por me ajudar a colocar em suspenso as muitas verdades construídas sócio-historicamente. Obrigado e toda felicidade que houver!

Os companheiros do Grupo de Estudos Foucaultianos (GEF) – em especial, Jefferson, Adriana, Poliana, Bruno, Marcelo e Andrea – que, muito mais que procurar responder ou definir os muitos questionamentos e dúvidas que nos inquietavam, estimularam a reflexão e me ensinaram a conhecer melhor o grande filósofo e pesquisador Michel Foucault. Muitas discussões e reflexões apresentadas nesta dissertação são fruto do trabalho que desenvolvemos juntos. Sucesso a todos!

Meu orientador e amigo Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa, por me apresentar a linha foucaultiana da Análise de Discurso (AD), me (re)conduzir nos questionamentos, nas correções, nas sugestões, nos conselhos. Agradeço, especialmente, por confiar no meu trabalho e em momento algum cercear minhas ideias e opiniões. Obrigado pelos ensinamentos, pela confiança e pela amizade.

A Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP / Araraquara – SP, por ter sido um dos grandes aportes teóricos no empreendimento dessa pesquisa: ter na Qualificação e na Banca Final a “autora” dos textos que nos guiam e estimulam a paixão pela AD, só poderia me deixar engrandecido. Muito obrigado.

A Profa. Dra. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso, por aceitar o convite de participar da minha Banca Final, mesmo com um prazo reduzido para leitura do material entregue. Agradeço pelos questionamentos levantados na disciplina “Texto imagético: discurso, representação e identidade” a respeito da imagem efêmera e da questão da identidade. As leituras realizadas na disciplina sobre a problemática da identidade com certeza ressoam neste trabalho.

O Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, pelo aprendizado na disciplina “A Construção Heterogênea do Texto”, pelas dúvidas que nos incitavam a compreender melhor as diferentes teorias, por exigir de mim, analista do discurso, rigor científico nos trabalhos realizados no seio de outros campos teóricos. Agradeço, também, pelas contribuições e correções minuciosas no Exame de Qualificação.

A todos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá: Renilson José Menegassi, Sônia Aparecida Lopes Benites, Edson Carlos Romualdo, Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso, Pedro Luis Navarro Barbosa e Aparecida de Fátima Peres. Obrigado pelos ensinamentos, pelas leituras e reflexões; enfim, por me (re)significarem a cada aula: descobrimos sempre uma luz onde tudo parece ser somente sombra.

A profa. Dra. Renata Marcelle Lara Pimentel, quem primeiro me apresentou à AD, orientando-me no trabalho de conclusão de curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Obrigado pelos valiosos conselhos e ensinamentos que me fizeram, por exemplo, conseguir entrar no Programa de Pós-Graduação (Mestrado). Que você seja “luz” para tantos “outros” alunos!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar esse trabalho; sem tal ajuda, tudo teria sido mais difícil.

Aos meus amigos (especialmente, Amanda, Damaris, Gutemberg e Guilherme), que, apesar da distância estabelecida pelos estudos acadêmicos, continuaram firmes ao meu lado, compartilhando dos momentos mais importantes do meu dia-a-dia. Agradeço por (re)fazerem minha vida, dar significado a esse (in)significante ser.



*Enfim, beijei suas mãos, bati-lhe de leve na cabeça. Creio mesmo que lhe surpreendi um gesto de aproximação, decerto na esperança de um abraço final. Esquivei-me, apanhei a maleta e, ao fazê-lo, lancei um rápido olhar para a mesa (cuidadosamente posta para dois, com a humilde louça dos grandes dias e a velha toalha branca, bordada, que só se usava em nossos aniversários).*

*A Partida, Osmar Lins*

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender como se materializam as práticas discursivas midiáticas que objetivam/subjetivam o sujeito jornalista após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ou seja, como se dá o processo de construção da identidade do profissional da comunicação pelo/no discurso de forma a (não) justificar a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Tomamos como um acontecimento discursivo a votação do STF realizada em 17 de junho de 2009, a qual decidiu que o diploma não é mais requisito obrigatório para o exercício do Jornalismo, porquanto essa decisão foge à rede casual, promovendo o surgimento e a transformação dos saberes em nossa sociedade, especialmente no campo da comunicação social, no do profissional jornalista e em novas formas de exercício de poder nas mais ínfimas relações sociais. A partir desse acontecimento, novos discursos puderam ser produzidos, transformados, rememorados, silenciados. Para tratarmos dessa temática, analisamos seis enunciados produzidos pela mídia (revistas *Veja* e *IstoÉ* e os jornais *Folha online* e *O Estadão*), utilizando como aporte teórico-metodológico a Análise de Discurso de linha francesa (AD), especialmente os pressupostos arqueogenealógicos do filósofo Michel Foucault. Assim, ainda buscamos, nessa pesquisa, marcar a presença do filósofo Michel Foucault no interior da corrente teórica denominada AD de linha francesa, ressaltando as contribuições desse pensador francês para a teoria do discurso. Para a análise empreendida, também nos valem de reflexões dos Estudos Culturais sobre a questão da identidade na pós-modernidade (ou modernidade tardia), reoperacionalizando-as num viés discursivo. Em uma análise que esteve direcionada para a importância da compreensão do discurso como “prática” e do enunciado como uma “função”, o que comporta um princípio de diferenciação, posição de sujeito, campo associado e suporte material, observamos que a identidade do jornalista é construída em torno de noções como a liberdade de informação e de expressão e do “dom” como algo inato e/ou adquirido pela experiência no exercício da profissão, mas também está ligada a um sujeito que é contrário à exigência do diploma, uma vez que esse instrumento fere a liberdade de expressão e de informação, bem como a todo e qualquer sujeito que simplesmente queira ser jornalista e propagar a informação, principalmente pelo fato de o diploma não ser mais obrigatório. Se antes a identidade do jornalista se marcava pela diferença entre os sujeitos provenientes de outras formações superiores e dos “colaboradores” presentes nos veículos de comunicação, as práticas discursivas midiáticas procuram circunscrever todos esses sujeitos, englobando-os na mesma denominação de jornalista. Esse estudo aponta para o fato de que as identidades – atualmente fragmentadas, voláteis, mutáveis – estão intimamente alicerçadas na historicização e construídas em relação a ela, e, conseqüentemente, a determinados campos do saber e exercícios de poder. A mídia, nesse bojo, tem ocupado papel preponderante, ao ser a grande produtora de identidades, dizendo aos sujeitos qual a “posição-de-sujeito” a ser tomada/ocupada, incluindo-os, designando-os, unindo-os, mas também classificando-os, excluindo-os, interditando-os. Considerando que a busca e a construção identitária são constantemente disputadas, agenciadas nessa dinástica do poder, ressaltamos que compreendê-la é dar um passo em direção ao nosso próprio interior, àquela questão que nos punge há muito tempo: “quem eu sou?”.

**Palavras-chave:** análise de discurso; acontecimento discursivo; diploma; jornalista; identidade.

## ABSTRACT

This study aims to understand how are materialized the discursive mediatic practices that work to turn object/subject the subject journalist after the decision of the Supreme Court (STF). In other words, we want to verify how the process of identity construction by the communication professional is given in/by the discourse in order to justify (or not) the mandatory requirement of a certificate to the profession of journalist. We consider the vote on the Supreme Court, held on June 17<sup>th</sup> 2009, as a discursive event, once it ruled that the bachelor's degree was no longer a mandatory requirement for the practice of journalism and it escapes from the casual network promoting the emergence and even the transformation of knowledge in our society, especially in the field of Media and of journalist professional, as well as new ways of exercising power in the most delicate social relations. As from that event, new discourses could be produced, transformed, reviewed, and silenced. As corpora, we analyzed six statements produced by the media (*Veja* and *IstoÉ* magazines and the newspapers *Folha Online* and *O Estadão*), using, as theoretical and methodological support, the French Discourse Analysis (AD), especially the archeogenealogical assumptions by the philosopher Michel Foucault. Thus, in this study, we still seek to emphasize the presence of the philosopher Michel Foucault within the current theory called French AD, highlighting the work of this French thinker to discourse theory. For this analysis, we also make use of reflections from Cultural Studies on the question of identity in post-modernity (or late modernity), (re)operationalizing them in a discursive bias. In an analysis that was directed to the importance of understanding discourse as "practice" and statement as a "function" which involves a referential, a subject, an associated field, and a materiality, we can realize that the identity of the subject journalist is built around some notions, such as freedom of information and expression and the "talent" as something innate or acquired through experience in the profession; but it is also related to a discursive subject who is against the diploma requirement, since this instrument injures the freedom of expression and information and also the freedom of anyone who simply wants to be a journalist and spread information, once the bachelor's degree is not required. If before this event the identity of the journalist was marked by the difference between the subjects from other bachelor's areas and "collaborators" working in the media, the discursive mediatic practices circumscribe all these subjects, by calling them all as a journalist. This study shows the way how the identities, currently fragmented, volatile, and changeable, are intimately grounded or are constructed in relation to historicity and, consequently, to certain fields of knowledge and to the exercise of power. The media, in this sphere, has been playing a preponderant role, since it has been the major producer of identities and has been giving the subject its "location-of-subject" to be taken / occupied, including them, designating them by joining them, but also classifying them by excluding them, interdicting them. Considering that the search and the construction of the identity are constantly disputed and controlled in this dynastic power, we emphasize that understanding it is a step towards our inner selves into that question that pierces us since long ago: "Who am I?".

**Key-words:** Discourse Analysis, discursive event, diploma, journalist, identity

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1. PODE MICHEL FOUCAULT FALAR NA/PARA A ANÁLISE DE DISCURSO (AD) FRANCESA .....	20
1.1 Análise de Discurso (AD) francesa: um breve percurso.....	20
1.2 Pêcheux e Foucault na Análise de Discurso: ( <i>dis</i> )junções .....	23
1.3 Analistas de discurso do Brasil: Foucault fala na AD.....	44
2. (RE)LEMBRAR É PRECISO: NOÇÕES, REFLEXÕES E MÉTODO DE FOUCAULT À TEORIA DO DISCURSO .....	52
2.1 Da História das Ideias à Arqueologia: a busca pelas regularidades dos enunciados .....	54
2.2 O desempenho da função enunciativa .....	64
2.3 Saber e Poder: a inscrição de um regime de verdade(s).....	70
3. O MOVIMENTO HISTÓRICO NO/DO DIPLOMA DE JORNALISMO.....	76
3.1 A ( <i>des</i> )continuidade da história em Foucault.....	77
3.2 O acontecimento discursivo: o discurso não é só estrutura .....	80
3.3 Nosso acontecimento discursivo: a decisão do STF.....	91
4. A CONSTRUÇÃO E A MOBILIDADE DA IDENTIDADE DO JORNALISTA .....	100
4.1 Identidade: a luta pelo exercício do poder sobre a vida cotidiana .....	100
4.2 Apresentando o <i>corpus</i> de análise .....	114
4.2.1 O enunciado é uma função: a função enunciativa na produção/constituição de nosso <i>corpus</i> .....	116
4.2.2 A(s) identidade(s): práticas discursivas midiáticas na objetivação/subjetivação do sujeito jornalista .....	138
UM GESTO DE CONSIDERAÇÃO .....	161
REFERÊNCIAS.....	168
ANEXOS .....	174
ANEXO A – EDITORIAL PUBLICADO NA REVISTA VEJA DE 24 DE JUNHO DE 2009 .....	175
ANEXO B – EDITORIAL PUBLICADO NO JORNAL E SITE O ESTADÃO DE S. PAULO DE 20 DE JUNHO DE 2009 .....	176
ANEXO C – REPORTAGEM PUBLICADA NA REVISTA ISTO É DE 24 DE JUNHO DE 2009 .....	178

<b>ANEXO D – REPORTAGEM PUBLICADA NO SITE <i>FOLHA ONLINE</i> DE 17 DE JUNHO DE 2009.....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXO E – NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DO JORNAL <i>O ESTADÃO DE S. PAULO</i> DE 18 DE JUNHO DE 2009 .....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXO F – REPORTAGEM PUBLICADA NO SITE DO JORNAL <i>O ESTADÃO DE S. PAULO</i> DE 30 DE JUNHO DE 2009 .....</b>	<b>184</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Estamos imersos numa “dinástica do saber” e - por que não? - do poder (FOUCAULT, 2010). A relação indissociável entre esses dois campos – saber e poder – regula sobretudo os regimes de verdade em nossa sociedade, ou seja, aquilo que poderá ser dito e, mais ainda, aquilo que “pode” e “deve” ser dito para ser aceito como verdadeiro. Afinal, a verdade nada mais é que uma construção sócio-histórica regulada pelos sujeitos *no* e *pelo* discurso.

É pelo discurso, assim, que a sociedade se constitui, que o homem se (re)constrói, que relações entre os sujeitos e deles com a sociedade são firmadas. Desse entendimento, depreende-se que o discurso é, antes de tudo, uma “prática”; uma prática exercida nas mais ínfimas relações humanas, mas também do sujeito com o próprio objeto, pois, como alerta Foucault (2007) em *As palavras e as coisas*, palavras são palavras e coisas são coisas, não há uma relação direta entre estas e aquelas. Dessa forma, observa-se que todas as relações sociais são construídas no/pelo discurso.

Ressaltada a importância do estudo do discurso para que se compreenda a relação entre sujeito e história, o presente trabalho procura se enquadrar, considerando sua limitação inata, no projeto empreendido por Foucault, qual seja, o da *Arqueologia do Saber*. O que almejamos de início é observar como determinado discurso pode se formar historicamente e em quais realidades históricas ele pode surgir. Retomando as palavras de Foucault (2010, p. 49), buscamos descrever determinados tipos de discurso que “podem ser observados em uma cultura e as condições históricas, as condições econômicas, as condições políticas de seu aparecimento e de sua formação”.

Desde já, então, começa a ser delimitada nossa metodologia de pesquisa: amparamo-nos na Análise de Discurso (AD) de linha francesa, com especial atenção aos pressupostos do teórico e filósofo francês Michel Foucault. Não obstante, embora haja um marco delimitador (seria somente imaginário?) entre as correntes da análise de discurso pêncheutiana e foucaultiana, consideramos que a própria disciplina Análise de Discurso se justifica pela conjunção de diferentes dispositivos e campos teóricos, principalmente pelo fato de não haver um esquema padrão de empreendimento de análise. Cabe a cada analista, em vista do *corpus* que o encontra, construir um suporte metodológico que consiga dar conta da descrição e,

especialmente, da interpretação do material que tem em mãos. Nesse contexto, procuramos não nos deixar limitar por uma suposta corrente foucaultiana, mas, ao contrário, julgamos necessário considerar as possibilidades de (re)leitura de outros (campos) teóricos juntamente com nosso próprio suporte teórico-metodológico. É dessa forma que podemos, por vezes, buscar a figura de Michel Pêcheux, teórico imprescindível para a Análise de Discurso francesa que hoje conhecemos (pode-se dizer que é ele o fundador dessa escola), assim como de outros teóricos, como Zygmunt Bauman, Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva.

Amparando-nos na corrente da AD denominada foucaultiana, (re)afirmamos que Michel Foucault não se considerou um analista do discurso, não procurou se enquadrar nessa corrente de pensamento – por exemplo, ser um cofundador juntamente com Michel Pêcheux; no entanto, as obras de Foucault, apontam principalmente para o fato de que a todo o momento a preocupação do filósofo estava voltada para a forma como os discursos são construídos em nossa sociedade, a maneira como a partir deles novos sistemas de pensamento são erigidos ou mesmo modificados, enfim, como se (re)constroem os saberes que possibilitam o exercício do poder, bem como o contrário, como o poder é capaz de legitimar dado saber promovendo um regime de verdade, uma ordem no/do discurso.

Dessa forma, consideramos os pressupostos teóricos e metodológicos de Foucault extremamente necessários para a análise que empreendemos neste trabalho. A abordagem, por exemplo, do quadro *Las meninas* de Diego Velázquez, presente no livro *As palavras e as coisas* (2007), do discurso sobre a loucura em *História da loucura na idade clássica* (publicado em 1961) e da própria sexualidade presente em *A História da Sexualidade*, projeto iniciado em 1976 mas não finalizado, estão entre algumas análises feitas pelo filósofo nas quais é esboçado todo um projeto-teórico metodológico e, conseqüentemente, o desenvolvimento de noções e conceitos que, não de forma definitiva, são (re)construídos no decorrer das obras dele e servem para aqueles que se empenham nessa aventura de uma teoria do discurso.

Dessa forma, embora nosso trabalho intitulado “PRÁTICAS DISCURSIVAS MIDIÁTICAS NA/SOBRE A IDENTIDADE DO JORNALISTA SEM DIPLOMA” possa denotar um único objetivo, qual seja, analisar como se materializam práticas discursiva midiáticas que, ao mesmo tempo, objetivam e subjetivam o sujeito

jornalista, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), impingindo-lhe uma(s) identidade(s), buscamos também apontar a proficuidade de operar com os pressupostos teórico-metodológicos do filósofo Michel Foucault no interior da Análise de Discurso (AD). Realizamos esse caminho porque, conquanto muitos trabalhos já tenham sido feitos a partir do viés foucaultiano, observamos na academia certo receio de se valer dos contributos de Foucault para a teoria do discurso, pelo simples fato de ele não ter se considerado um analista do discurso tal como o fez Pêcheux. É por isso que, primeiramente, buscamos justificar a presença de Foucault na AD para, posteriormente, realizar um gesto de análise que se baseia na obra arqueogenealógica do filósofo.

Buscamos fazer uma análise que se volte, como ressalta Foucault (2008b, p. 07), para “constituição do sujeito na trama histórica”. Dessa forma, este estudo contempla a genealogia foucaultiana, a questão do poder, ao conceber a forma histórica como constituinte de saberes, discursos, domínio de objetos, etc., sem a necessária referência a um sujeito (FOUCAULT, 2008b).

Considerando o papel primordial da história na construção dos sujeitos e das relações estabelecidas entre eles é que podemos tratar da inscrição de um acontecimento discursivo na ordem da história e, mesmo, na ordem do discurso. É esse acontecimento discursivo o responsável por promover a irrupção de novos regimes de saber, a alteração de outros já existentes e, conseqüentemente, a movência nos exercícios de poder. Para Gregolin (2004), é a partir da noção de acontecimento, dessa história construída de lutas e batalhas discursivas, que Foucault estabelecerá uma “teoria do discurso”.

Assim, tomamos o seguinte acontecimento discursivo que delimita nossa pesquisa: em 17 de junho de 2009, por oito votos a um, ou seja, pela grande maioria dos votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o diploma de jornalismo não era mais requisito obrigatório para o exercício da profissão. Na votação, o único ministro a defender a continuação da exigência de formação em nível superior em jornalismo para o exercício da profissão foi Marco Aurélio. Já a maioria absoluta dos que votaram contra tal exigência é formada pelo relator Gilmar Mendes e os ministros Carmem Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Celso de Mello.

Tratamos este fato como um acontecimento discursivo por fugir à estrutura da história e romper com a “rede causal” até então estabelecida, apresentando-se como



algo único, por vezes inesperado (POSSENTI, 2006). Os enunciados midiáticos analisados neste estudo, bem como aqueles aqui não abarcados, que surgiram a *posteriori*, só foram possíveis por causa desse acontecimento singular, inesperado.

O caráter de “acontecimento” dado à decisão do STF se deve ao fato, também, de nem toda a sociedade estar ciente de que havia uma discussão no país referente à (não) obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Em decorrência dessa votação, especialmente a mídia se voltou para o assunto e a informação se propagou a um número expressivo de pessoas. Houve repercussão. Enfim, o acontecimento virou especial e, a partir dele, produziu-se uma série de discursos referentes ao fato em si. Posteriormente esse acontecimento foi tema de reportagens, artigos de opinião, declarações, matérias especiais e charges por parte de diversos veículos de comunicação e motivo de debates, levantes e protestos. Foi tão somente por conta desse fato que discursos puderam ser formulados e circulados, produzidos e veiculados.

É a partir desse acontecimento que podemos levantar a questão de nossa dissertação: *como se materializam as práticas discursivas midiáticas que produzem a objetivação/subjetivação do sujeito jornalista, especialmente após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de extinguir a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão?* O foco de nossa análise recai fortemente sobre a mídia, especialmente pelo fato de ser ela atualmente a (re)produtora dos saberes nos seus mais diversos campos, produzindo regimes de verdade e subjetivando os sujeitos em seus discursos.

Para essa tarefa, selecionamos as matérias publicadas em quatro diferentes veículos de comunicação: os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (Estadão) e as revistas *Veja* e *Isto é*. Optamos, prioritariamente, pelas matérias publicadas em dias posteriores e próximos à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, analisaremos as seguintes matérias: o editorial *Qualidade sem diploma*, revista *Veja*, 24 de junho de 2009; o editorial *Jornalista sem diploma*, jornal *O Estado de S. Paulo*, de 20 de junho de 2009; a reportagem *Diploma decorativo*, revista *Isto É*, de 24 de junho de 2009; a notícia *Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista*, jornal *Folha Online*, de 17 de junho de 2009; a notícia *STF derruba diploma para jornalista*, jornal *O Estado de S. Paulo*, de 18 de junho de 2009; e a reportagem *Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma*, jornal *O Estado de S. Paulo*, de 30 de junho de 2009.

Ao selecionarmos esse *corpus*, temos plena convicção de que é uma ínfima parte do imenso arquivo produzido alhures pela mídia; logo, não buscamos esgotar e analisar o máximo possível de enunciados, mas sim, fazer o recorte de alguns enunciados efetivamente produzidos em alguns dos veículos de maior circulação nacional que pudessem apontar algumas regularidades nas práticas discursivas midiáticas que objetivam/subjetivam o sujeito jornalista. Como analista, compreendemos que nossa tarefa se faz por vezes limitada e que pesquisas a *posteriori* podem vir a complementar, re/ratificar ou aprofundar o projeto que ora propomos.

Para o nosso trabalho, procuramos realizar a todo o momento o batimento entre descrição/interpretação. Descrevemos ao considerar o enunciado como uma “função”, e analisamos ao engendrar uma busca pelas regularidades discursivas que apontam as formas de objetivação/subjetivação do profissional jornalista pelo discurso midiático e no momento em que colocamos em suspenso os sentidos naturalizados nesse discurso.

Verifica-se, assim, que o tema a ser abordado nesta pesquisa é “A construção da subjetivação do jornalista pela mídia a partir da decisão do STF”. Tal tema solicita tratar os processos de objetivação/subjetivação do jornalista questionando como tais práticas de subjetivação exercidas pela mídia produzem e/ou (re)constroem os sentidos acerca da identidade do profissional jornalista construídos historicamente em nossa sociedade. No bojo dessa questão, procuramos observar como o sujeito é então objetivado por “práticas divergentes”, dividido no interior de si mesmo e submetido a regimes e técnicas de subjetivação.

Para dar conta desse projeto traçamos os seguintes objetivos: 1) identificar no contexto midiático, assim como nos estudos direcionados à análise de materiais produzidos nessa esfera, as especificidades desse tipo de discurso, problematizando noções próprias do campo associado abarcado por/nele, os sentidos produzidos e naturalizados; 2) levantar modos de análise e abordagem dos produtos jornalísticos, observando os rituais que autorizam, legitimam e impingem um caráter de “verdade” às informações e opiniões transmitidas; 3) buscar algumas regularidades discursivas observáveis nos processos de objetivação/subjetivação dos sujeitos jornalistas abarcadas pela/na esfera midiática; 4) analisar algumas matérias e editoriais jornalísticos veiculados posteriormente à decisão do STF, referentes de modo específico a esse acontecimento, com o intuito de compreender

os saberes por eles produzidos e operados; e 5) compreender, por meio das regularidades discursivas, os “esquemas” padrões do processo de subjetivação do profissional jornalista responsáveis por conformar a identidade estabelecida.

Assim, no capítulo de abertura dessa dissertação, **“PODE MICHEL FOUCAULT FALAR NA/PARA A ANÁLISE DE DISCURSO (AD) FRANCESA”**, fazemos um breve retrospecto da Análise de Discurso (AD) de linha francesa de forma a demonstrar como a corrente teórica se firmou como disciplina. Ressaltamos os trabalhos realizados por Michel Pêcheux e, especialmente, Michel Foucault, procurando estabelecer entre os teóricos pontos de contato e mesmo pontos de distanciamento. Considerando que Foucault não se autodenominou analista do discurso, procuramos verificar de que forma é possível justificar a presença do filósofo dentro dessa corrente de estudo. Para isso, julgamos relevante trazer um levantamento de alguns trabalhos de analistas dos discursos de diversos polos do Brasil que utilizam como instrumento teórico e metodológico os apontamentos de Foucault.

Posteriormente, no capítulo **“(RE)LEMBRAR É PRECISO: NOÇÕES, REFLEXÕES E MÉTODO DE FOUCAULT À TEORIA DO DISCURSO”**, observamos quanto as abordagens, noções e métodos presentes nos estudos do filósofo contribuíram para as pesquisas envolvendo o discurso. Inserimo-nos, neste capítulo, entre os estudiosos da corrente da Análise de Discurso (AD) francesa que buscam nas obras de Foucault reflexões e questionamentos que, notoriamente, ajudam na construção de uma base teórico-metodológica de adentramento no *corpus* de maneira discursiva. Partindo desse pressuposto, problematizamos conceitos e noções como discurso, saber, poder, história, memória, discurso e sujeito, bem como algumas implicações deles decorrentes. É esse caminho que procuramos trilhar neste capítulo.

Este estudo analisa a questão do diploma de Jornalismo e, por isso, no capítulo **“O MOVIMENTO HISTÓRICO NO/DO DIPLOMA DE JORNALISMO”**, procuramos fazer um retrospecto da (não) obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, ressaltando alguns fatos históricos que, de maneira parcial, podem representar essa movência histórica. Nesse capítulo, também tratamos de nosso acontecimento discursivo – a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) – e a forma como isso operou uma mudança no regime de

saber até então estabelecido e promoveu o surgimento de tantos outros enunciados nas mais diversas esferas de nossa sociedade.

No capítulo **“A CONSTRUÇÃO E A MOBILIDADE DA IDENTIDADE DO JORNALISTA”**, problematizamos a noção de identidade – tão cara aos Estudos Culturais – de forma a (re)operacionalizá-la pelo viés da Análise de Discurso. Neste sentido, trazemos contribuições de estudiosos como Stuart Hall e Zygmunt Bauman, que trabalham com a noção da identidade na “pós-modernidade”, para, então, tratarmos de como se dão os processos de subjetivação dos sujeitos, por meio de contribuições de pesquisadores como Maria do Rosário Gregolin, Cleudemar Alves Fernandes e Pedro Navarro.

Feito esse processo, apresentamos novamente nosso *corpus* e empreendemos a análise dos *corpora* selecionados, aplicando a noção de “função enunciativa” e buscando trabalhar concomitantemente com a descrição e a interpretação, de forma a observar as regularidades presentes que apontem para os processos de objetivação/subjetivação do sujeito jornalista sem diploma, construindo-lhes identidade(s).

Considerando a incompletude algo próprio do discurso, em **“UM GESTO DE CONSIDERAÇÃO”** sistematizamos as análises feitas, ressaltando as regularidades discursivas observadas e procurando verificar como se dá esse processo de objetivação/subjetivação do jornalista na/pela mídia.

Acreditamos que nosso trabalho possa ajudar a questionar o papel desempenhado pela mídia na produção de saberes em nossa sociedade, compreendendo como, a partir deles, novos exercícios e regimes de poder são instaurados, produzindo, conseqüentemente, a irrupção de novos saberes. Dado o grande espaço ocupado pela mídia atualmente, uma leitura crítica dos meios de comunicação possibilita colocá-la em suspenso, questionando os processos de subjetivação, que muitas vezes aparecem de forma naturalizada e evidente. Por meio desse trabalho, ansiamos por iniciar uma caminhada rumo àquele território que foge à simples vontade e querer do sujeito, à dispersão e (re)encontro dos sentidos que lhe escapam, fogem, mas, principalmente, estão presentes em seu discurso: território dos jogos enunciativos, onde os enunciados – dóceis ou rebeldes a interesses – podem circular, servir, esquivar-se, permitindo ou não a realização de desejos, regidos por uma série de contestações e de lutas, tornando-se motivo de apropriação e/ou rivalidades (FOUCAULT, 2008a).

# 1. PODE MICHEL FOUCAULT FALAR NA/PARA A ANÁLISE DE DISCURSO 1(AD) FRANCESA

*“[...] é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar da minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse”(FOUCAULT, 2009, p. 06)*

Nosso capítulo se inicia com uma interrogação: “Pode Michel Foucault falar na/para a Análise de Discurso (AD) francesa?”. A própria reflexão levantada requer alguns encaminhamentos/explicações que procuramos trilhar ao longo do capítulo: o primeiro, fazer um breve resgate histórico da AD francesa demarcando sua especificidade frente a outras teorias linguísticas; o segundo, apontar as aproximações e distanciamentos entre Michel Pêcheux, um dos precursores dessa corrente teórica, e Michel Foucault, filósofo que se preocupou com a questão do “discurso”, mas que não se autodenominou analista do discurso; e, por fim, ressaltar os trabalhos empreendidos por diversos pesquisadores brasileiros analistas do discurso que utilizam como base teórico-metodológica os pressupostos foucaultianos em diferentes *corpora*, que nos possibilitam dizer que Foucault fala na AD.

## 1.1 Análise de Discurso (AD) francesa: um breve percurso

Se compararmos a Análise de Discurso (AD) com outras correntes teórico-metodológicas do campo da Linguística, por exemplo, podemos afirmar que se trata de uma corrente epistemológica nova, pois somente na década de 1960 foram apresentadas as bases da AD com os estudos do linguista americano Z. S. Harris publicados no vol. 28 da revista *Language* (1952). Nesses estudos o autor traçou um paralelo entre a linguística descritiva e a AD, que posteriormente seria modificado na

---

<sup>1</sup> Tomamos a noção “Análise de Discurso” frente à “Análise do Discurso” uma vez que superado o distanciamento que procurou promover nos anos 1950, ao marcar “o” discurso como conceito em oposição a uma outra análise *de/dos* discurso(s), ou como um legado de análise “do” discurso político, já há algum tempo a AD tem se aberto como um vasto campo de pesquisa de diferentes discursos, em sua mais diversas materialidades; ou seja, para marcar a “pluralidade” de possibilidades (discursos) que nela se inscrevem, optamos pelo termo “Análise de Discurso”.

França, por Michel Pêcheux, o teórico, filósofo e linguista mais presente no desenvolvimento teórico e prático da AD <sup>2</sup>.

Ainda que recente (apenas cinco décadas desde sua “fundação”), tal corrente tem se marcado por uma constante (re)construção de conceitos e reelaboração de métodos para o empreendimento da análise. Somado a esse movimento constante de voltar-se a *si* – colocando em suspenso incômodos de diversas ordens –, diferentes paternidades e filiações teóricas reivindicam pra si o legado da AD.

Não obstante, segundo Mazière (2007), a tríplice relação que irá marcar a originalidade da AD francesa, mesmo considerando-se os diversos deslocamentos operados no interior dessa disciplina, será constituída: a) do sujeito assujeitado, o qual, segundo seu discurso, é herança do “estruturalismo” de Althusser, Lacan e Foucault; b) da historicidade e singularidade de todo enunciado, segundo a concepção de Foucault; c) da materialidade das formas da língua, como fruto dos estudos de Saussure, Harris e Chomsky. A partir dessas bases, a AD irá se debruçar sobre o discurso e conseqüentemente sobre o enunciado efetivamente produzido, considerando toda a rede discursiva em que está inserido de forma datada e especificada e irrompendo os sentidos aí produzidos. O discurso, então, é tomado como um produto, um grupo de enunciados materializados na/pela língua.

Conforme exposto anteriormente, os estudos de Harris serão reelaborados e o limite entre esses dois campos – linguística descritiva e AD – será estabelecido; todavia, a Linguística se destacará como o grande lugar institucional dessa corrente do pensamento (MAZIÈRE, 2007). Conforme Mazière (2007), a AD francesa pouco a pouco irá se constituindo a partir dos estudos do distribucionalismo elaborados pelo matemático Harris, pautado em certo estruturalismo americano (estrutura textual). Harris descartava a questão do sujeito e rejeitava a noção do sentido fora da linguística; no entanto, quando o objeto “discurso” é transportado para a linguística estrutural por Dubois, um novo caminho se abre na disciplina Linguística: reafirma-se a concepção saussuriana de “língua” como um sistema, transportam-se os objetos do estudo de Harris – texto e discurso –, e, o mais importante, a questão do sentido é legitimada também nos campos das ciências políticas e sociais, então comprometidos na análise de conteúdo (MAZIÈRE, 2007).

---

<sup>2</sup> Ainda que tradicionalmente marcados na França como apresentados na terminologia da teoria – Análise de Discurso francesa –, os estudos em análise de discurso também ganharam foro privilegiado em outros países, especialmente os da América Latina, como o México, a Argentina e o Brasil (MAZIÈRE, 2007).

Crentes de que uma teoria reflete também todo o contexto em que está inserida, com a AD não seria diferente. Em todas as transformações pelas quais irá passar, especialmente quando trabalhada e modificada a partir dos estudos de Harris, vê-se um paralelo com o contexto epistemológico e o momento político vividos pela França no fim dos anos 1960, especialmente nas universidades, de modo a promover um tratamento diferenciado aos objetos da AD e, conseqüentemente, buscar novos objetivos e uma nova prática disciplinar (MAZIÈRE, 2007).

Dessa forma, conforme apontam os estudos de Mazière (2007), durante o período de 1967 a 1972, o professor da Universidade de Paris X – Nanterre e membro do Partido Comunista Francês, Jean Dubois, implanta o sintagma “análise do discurso” e promove o desenvolvimento da “Escola Francesa de Análise do Discurso”. Os estudos de Dubois, como explica Mazière (2007), permanecem com a técnica do distribucionalismo, mas aplicada à questão do sentido, principalmente quando no Primeiro Colóquio Internacional de Linguística Aplicada, em Nancy, em 1964, o estudioso introduz as noções de “microcontexto” e “microglossário”.

A análise de Dubois não era uma análise em língua, mas da língua em uso e, ao tratar o sentido em relação à distribuição, abandona a “palavra” dos lexicólogos em proveito da “construção sintagmática”; os estudos dele, assim, apontavam para uma estruturação do enunciado, numa aliança entre o distribucionalismo – estrutura – e a produção – enunciado atestado (MAZIÈRE, 2007). Observa-se que a proposta de Dubois irá se diferenciar da de Pêcheux, que será explicada mais pormenorizada na sequência desse trabalho: enquanto Pêcheux propõe uma teoria do discurso que busca na exterioridade um elemento constitutivo dos sentidos, ou seja, como se dá o ponto de encontro entre a língua e a história (Marxismo, Psicanálise e Linguística), os trabalhos de Dubois estão intimamente mais ligados à Linguística, especificamente a lexicologia e a lexicografia, num modelo sociológico que tem por fim a enunciação.

Obviamente, os estudos do professor Dubois carregam inúmeras outras discussões e apontamentos, mas, dada a especificidade da proposta de nosso estudo, as demais explicitações sobre o método de análise de Dubois não serão aqui enfatizadas. Neste sentido, a citação desse pensador no presente trabalho serve para inscrevê-lo no interior da disciplina AD, marcando a importância de seus estudos, que também serviram de base para (re)operacionalizações feitas a partir dele.

## 1.2 Pêcheux e Foucault na Análise de Discurso: (dis)junções

Assim, marcada a presença de Dubois na AD, podemos então caminhar para aquele que possibilitou a longevidade dessa disciplina: Michel Pêcheux. Esse filósofo produziu durante quinze anos, entre 1966 e 1983, uma reflexão teórica e metodológica nesse campo (MAZIÈRE, 2007). No final dos anos 1960, Pêcheux ampara-se na por ele denominada “Tríplice Aliança” constitutiva de seus estudos: Saussure, Freud e Marx. Conforme Gregolin (2006), adentrando nas estruturas profundas que subjazem aos fenômenos, Pêcheux irá buscar em Marx as visões de infraestrutura econômica, em Freud o poder do inconsciente e em Saussure a estrutura presente na língua. Nos pensamentos de Freud e Marx, observa-se que o sujeito passa a não ter domínio de todas as suas ações e dizeres, afinal, forças impessoais (no marxismo, o sistema econômico; na psicanálise, o inconsciente) incidem fortemente sobre o sujeito: “os indivíduos, por conseguinte, nem produzem nem controlam os códigos e as convenções que regem e envolvem a existência social, a vida mental ou a experiência linguística” (GREGOLIN, 2006, p. 33).

Na França dos anos 1960, o encontro teórico e político entre essas duas vertentes, o estruturalismo e o marxismo, resultou numa tentativa “antipositivista” de apreender o cruzamento entre linguagem e história (GREGOLIN, 2006). Assim, como explica Gregolin (2006), uma base teórica inédita possibilitou uma crítica às evidências da ordem humana de ser meramente biossocial, inscrevendo nas práticas humanas (discursivas ou não) a importância do simbólico e do significante. Em decorrência do entrelaçamento dessas três correntes teóricas – Marx, Freud e Saussure –, a consciência humana foi colocada em xeque quando do questionamento sobre o registro psicológico.

Ressalte-se que os pensamentos a respeito do materialismo histórico de Michel Pêcheux e, também, de Michel Foucault foram fruto daquele que foi o grande mestre desses dois pensadores: Louis Althusser. Por meio de um grupo informal de estudo, sob a influência de Althusser, jovens franceses, nos anos 1960 e 1970, reuniam-se sob o que se denominaria “escola althusseriana”, para discutir temas diversos, da literatura às matemáticas (GREGOLIN, 2006). Com o apoio de Althusser, embora com apontamentos teóricos e ideológicos diferentes, influentes intelectuais fizeram carreira, como Jacques Lacan, Derrida, Pierre Bourdieu e Giles Deleuze. Conforme Gregolin (2006), Althusser, embasado no estruturalismo, faz um



“retorno a Marx”, com o intuito de propor uma teoria embasada no materialismo histórico. Marx será o centro de seus estudos sobre os modos de produção, as formações sociais e, especialmente, sobre o conceito de “ideologia” como “uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85).

A ideologia é o que possibilita a solidificação das relações sociais, tornando-as suportáveis para seus atores: inserida na sociedade em todas as suas relações, ela aprisiona os indivíduos em uma ilusão vital, de forma a possibilitar a reprodução das forças de trabalho e das relações de produção (GREGOLIN, 2006). Em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985), Althusser irá mostrar como a ideologia dominante é disseminada e assegurada – seja por persuasão seja por coerção – por diferentes instituições (aparelhos), como o religioso, o familiar, o jurídico e o político, de forma a manter a ordem estabelecida, tratando as relações de trabalho e de produção como “evidências” que não podem nem devem ser questionadas.

É também nesse trabalho que Althusser apresenta a tese central de sua reflexão – a interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia –, de fundamental importância para os estudos de Michel Pêcheux. Dessa forma, segundo Althusser (1985), todo indivíduo já é sempre sujeito e, assim, pratica ininterruptamente os rituais do reconhecimento ideológico, que o fazem crer a todo o momento que é um sujeito concreto, individual, inconfundível e insubstituível. É por meio, então, desses rituais de reconhecimento ideológico que são produzidos os sentidos de “evidência”, os quais permitem dizer que algo é “verdade” ou simplesmente “erro”, mentira. A interpelação ideológica consiste nesse processo, nessa operação em que a ideologia “recruta” sujeitos entre todos os indivíduos (esse recrutamento se dá de forma geral, pois todos são recrutados), “transformando-os” em sujeitos. Está colocada a tese do assujeitamento dos indivíduos:

Portanto a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos. Sendo a ideologia eterna, devemos agora suprimir a temporalidade em que apresentamos o funcionamento da ideologia e dizer: a ideologia sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que necessariamente nos leva a uma última formulação: “os indivíduos são sempre/já sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p. 98).

Esse é um recorte do pensamento polêmico e crítico do filósofo Althusser que servirá como base filosófica e política sobre a qual se construirá a Análise de Discurso de Michel Pêcheux.

Gregolin (2006) explicita que as teses mais radicais do althusserianismo, assim como as futuras retificações, serão mobilizadas para a reflexão de Pêcheux quanto a discurso, ideologia, sujeito e sentido. A relação de Althusser com Foucault também é forte e bastante polêmica, visto que Foucault mobilizará e desestabilizará muitos conceitos e entendimentos de seu mestre para poder construir o solo epistemológico de sua teoria. Não obstante, como aponta Gregolin (2006), no período em que Althusser foi um nome não benquisto na academia e entre os intelectuais franceses, Pêcheux continuou a falar da importância dos ensinamentos daquele filósofo nos trabalhos dele, e Foucault, a fazer visitas à clínica em que Althusser ficou internado por dez anos (até 1990), em decorrência de, em 1980, num acesso de loucura, ter assassinado a esposa, Hélène.

A partir daí começamos a vislumbrar que, embora assentados sobre projetos epistemológicos diferentes e em pensamentos por vezes bem distintos, Michel Pêcheux e Michel Foucault possuem pontos de entrelaçamento (GREGOLIN, 2006). A construção da “análise do discurso” de Michel Pêcheux envolve a língua, os sujeitos e a História, dialogando fortemente com a Linguística em relação à “Tríplice Aliança” Saussure, Marx e Freud. O trabalho empreendido por Pêcheux na construção de uma teoria sofreu ao longo do tempo diversas retificações, delineando pouco a pouco conceitos, métodos e aplicações. Tal empreendimento é relatado pelo próprio filósofo em *A Análise de Discurso: três épocas* (1983). Pêcheux, a partir da leitura althusseriana do marxismo-leninismo, buscava a construção de uma teoria materialista do discurso que, não obstante, tivesse uma intervenção na luta de classes: havia uma preocupação teórico-metodológica, mas também uma intervenção política na construção da Análise de Discurso.

O trabalho desenvolvido por Foucault, segundo Gregolin (2006), também se assenta numa “tríplice aliança” entre Nietzsche, Freud e Marx; todavia, enquanto Pêcheux se aproxima muito mais da Linguística, Foucault irá se debruçar sobre as problemáticas da História e da Filosofia. É nesse ponto crucial, então, que compreendemos que o filósofo Foucault, diante dos questionamentos que levantava nas pesquisas, não buscou objetivamente, como o fez Pêcheux, construir uma “teoria do discurso”, mas nem por isso esse tema lhe foi menos caro e presente no

empreendimento dele. Como ressalta Gregolin (2006), as temáticas de Foucault sempre foram amplas, contudo sempre na perspectiva da relação entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental. Amparado nesse problema maior, na fase “arqueológica” o filósofo buscou compreender a movência na ordem dos saberes que possibilitou o surgimento das “ciências humanas”; na sua fase “genealógica”, acentua-se a relação entre o saber e o poder, uma vez que tal relação é de interdependência; e na “ética e estética da existência”, voltou-se à construção histórica das subjetividades (GREGOLIN, 2006).

De modo especial, ao pensar Foucault nas três fases de seu empreendimento – saber; saber-poder; estética de si –, ressaltamos que, dos objetos tratados nos mais diferentes textos do filósofo, nenhum deles existe fora das “práticas discursivas”. Como aponta o próprio Foucault (2008a) em *A Arqueologia do Saber*, quando trata da formação discursiva, são os discursos que promovem e constituem seus objetos, elaborando-os e transformando-os. Numa remissão que o próprio filósofo faz a outra de suas obras, *As palavras e as coisas*, ressalta a importância do discurso, pois é a partir da compreensão deste que os laços tão arraigados que ligam as “palavras” às “coisas” podem ser desfeitos: entendido o “discurso” como “prática”, observa-se que os saberes produzidos são fruto de um conjunto de regras próprias das práticas discursivas. Promover essa tarefa – expõe Foucault (2008a) – é deixar de tratar o discurso como conjunto de signos que remetem a conteúdos ou a representações para tratá-lo “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, pois “certamente os discursos são feitos de signos; mas fazer é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse ‘mais’ que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala” (FOUCAULT, 2008a, p. 55).

Dessa forma, como ressalta Gregolin (2006), pode-se observar nos trajetos percorridos por Foucault o delineamento de uma “teoria do discurso” como lugar central nos pensamentos do filósofo, uma vez que buscou compreender as transformações históricas do fazer e do dizer na sociedade ocidental. Nesse sentido, a partir dos três momentos presentes na obra do filósofo, analistas do discurso de base foucaultiana – e, às vezes, também pecheutiana – procuram conceitos-chave, noções e, principalmente, os métodos para utilizarem em suas práticas analíticas, que se debruçam sobre a produção do saber e o modo de produção histórica das subjetividades.

O primeiro momento da obra de Foucault se assenta sobre o estatuto das ciências e da objetivação do sujeito. Assim, busca compreender a forma como os saberes são produzidos, mobilizados na história da sociedade ocidental por meio de um método “arqueológico” presentes em obras como *As palavras e as coisas* (2007), mas descrito e tratado de forma especial em *A Arqueologia do Saber* (2008a);

Na segunda fase, Foucault começa a articular a relação entre o saber e o poder, por meio da “genealogia do poder”: as formas como os saberes são construídos de maneira a legitimar o exercício do poder, mas também como os poderes existentes são capazes de alterar o regime de saber em uma sociedade. O sujeito é então objetivado por “práticas divergentes”, dividido no interior dele mesmo e submetido a regimes e técnicas disciplinares; trata-se das “sociedades disciplinares”. A obra *Vigiar e Punir* está inserida neste momento, bem como a compreensão de que os poderes não estão instalados somente nas macro-estruturas da sociedade, mas que são exercidos e estão dispersos nas mais ínfimas relações humanas. Tal “microfísica do poder” é um marco e uma crítica aos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985) de Althusser, que vislumbrava o poder somente presente nas grandes instituições (aparelhos) da sociedade. Foucault, ao contrário, propõe um poder que é também produtor de saber e que como “micro” poder está espalhado em todas as relações da sociedade.

Num terceiro momento, Foucault empreende o caminho da subjetivação dos sujeitos a partir das “técnicas de si” e da “governamentalidade”; isto é, trata tanto do governo de si como dos outros, na produção de “identidade”. Esta fase está voltada para o pensamento sobre a sexualidade e para uma constituição histórica da “ética e da estética de si”; os três volumes de *História da sexualidade* são desse período (GREGOLIN, 2006).

Observa-se, então, conforme explicita Gregolin (2006), que é a partir dos sujeitos que Foucault constrói sua obra: o sujeito será objeto do saber, objeto do poder e objeto de uma construção identitária. É a esse sujeito construído pelas práticas discursivas, delimitado nos três eixos da ontologia do presente (ser-saber, ser-poder, ser-si), no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história, que os analistas do discurso irão se voltar a todo o momento em suas pesquisas. O grande legado de Foucault, que não se declarou explicitamente como um analista do discurso, será apropriado pela academia, que viu na obra desse filósofo grandes

questionamentos e noções para lidar com dois objetos tão caros, que são o discurso e o sujeito.

Conforme Gregolin (2006), o projeto de Foucault buscou apresentar a maneira pela qual a história promove as diferentes formas de subjetivação do ser humano na nossa cultura, e, assim como os sujeitos, a história é construída pelo discurso. É essa profícua relação entre linguagem, história e sociedade presente nas reflexões de Foucault que será transportada também para os trabalhos empreendidos pelos analistas do discurso, pois para analisar os diversos modos de subjetivação faz-se necessário

[...] determinar e descrever a proliferação dos acontecimentos discursivos através dos quais, graças aos quais e contra os quais se formaram as noções, os conceitos e os *topoi* que atravessam e constituem os objetos e engendram os discursos que falam sobre eles (GREGOLIN, 2006, p. 9).

Na tese *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2009), o francês Jean-Jacques Courtine discute a presença do filósofo Michel Foucault na Análise de Discurso. Segundo Courtine (2009), “Foucault foi pouco ouvido pela AD; embora seja do discurso que ele fale, ele o faz de outro modo” (p. 69); e chega a enfatizar que a “AD faz pouco caso do trabalho de Foucault” (p. 81). Courtine (2009) caracteriza a obra *A Arqueologia do Saber* (2008a) de Foucault como um “vasto” e “fecundo” lugar de questionamentos sobre as condições históricas e discursivas que constituem os sistemas do saber.

É por meio desse caminho “paralelo” à AD percorrido por Foucault, segundo Courtine (2009), que se vislumbra uma aproximação do filósofo aos estudos do discurso, quando se observam em sua obra objetos como o discurso, o sujeito e a ideologia. Para o autor, as obras “*A Arqueologia do Saber*” (2008a) e a “*A Ordem do Discurso*” (2009) apresentam-se como uma “prática teórica” no caminho entre a história e a filosofia, mas também perto da AD, e possibilitam “explicações fecundas” – deixadas em aberto por Foucault – e prontas para uma verificação experimental. Conforme Courtine (2009), elas são “um trabalho que se realiza à margem e assim se condena ao paradoxo de só poder falar na condição de não ser ouvido” (p. 69).

Assim, nesse domínio que se apresentava fora da AD, o termo “formação discursiva” (FD) é produzido primeiramente em 1968, na resposta de Foucault ao *Círculo Epistemológico*, conforme Gregolin (2006), e posteriormente, em 1969, na

obra *A Arqueologia do Saber* (2008a), de Michel Foucault, do qual se valeu Michel Pêcheux para (re)adequá-lo à AD (COURTINE, 2009, p. 70). De acordo com Courtine (2009), em *Arqueologia* há elementos que ajudam a superar os obstáculos identificados na obra de Pêcheux, bem como na AD em geral, na operação de constituir um “*corpus* discursivo” quando em condições de produção (CP) homogêneas; todavia, o autor lembra que deve haver algumas “precauções” na hora de fazer uma releitura de Foucault na AD, pois, segundo ele, o objetivo e o objeto da AD e da *Arqueologia* por vezes divergem consideravelmente. Para Courtine (2009), na obra de Foucault está mais presente a construção teórica exemplar do conceito de FD do que conceitos diretamente aplicáveis à AD, e, por isso, “reler Foucault não é ‘aplicá-lo’ à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD” (p. 82).

Vê-se definir o termo “discurso” não como algo primitivo, mas como objeto para a construção da “Arqueologia”, como explica Courtine (2009). Foucault (2008a) inicia questionando as múltiplas possibilidades ofertadas pelo termo *discurso* – “ora domínio geral de todos os enunciados, ora grupo individualizável de enunciados, ora prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados” (p. 90), para então dar “um sentido pleno” à noção de discurso:

[...] chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008a, p. 132-133).

A noção de discurso de Foucault estará atrelada, então, às de enunciado e de formação discursiva. Passando por esses dois conceitos-chave, Courtine (2009) chama a atenção para o fato de uma definição discursiva de enunciado ocupar um lugar vago na AD; tal concepção, até então, segundo o autor, comportava uma “acepção vaga ou empírica” subordinada à problemática da língua. É o que faz com que o enunciado em AD designe a concretização de uma frase em uma superfície, numa bipolaridade com a enunciação, marcando-se como “o texto acabado e encerrado” dotado de uma estrutura linguística e, às vezes, tratado como “proposição lógica” (COURTINE, 2009, p. 85).

Novamente, a essa concepção, até então vaga, vem se somar a definição de enunciado na perspectiva discursiva proposta por Foucault em oposição aos objetos da lógica, da gramática e da Escola Analítica (COURTINE, 2009). A proposta de

Foucault (2008a) para o enunciado irá diferenciá-lo da proposição, da frase e dos atos de fala (o *speech act*), uma vez que “encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts*” (FOUCAULT, 2008a, p. 95).

De acordo com Courtine (2009), a descrição de enunciado elaborada por Foucault – como uma função enunciativa – irá levantar uma questão central para a AD, que é a relação entre a materialidade da língua e a materialidade do discurso. Para o autor, a grande dificuldade que se coloca é fato de esses dois aspectos serem separados, mas não articulados por Foucault. Amparado numa perspectiva também pecheutiana, Courtine (2009) irá ressaltar que as noções propostas por Foucault carecem de uma rearticulação com a problemática da AD, destacando a ausência em Foucault da relação entre o discurso e a ideologia e do discurso com a língua, pois, segundo o estudioso, o sujeito do discurso é, ao mesmo tempo, “‘sujeito ideológico’, na sua relação com o sujeito do saber que assegura o enunciado, e ‘sujeito falante’, por poder enunciar os elementos desse saber na formulação” (COURTINE, 2009, p. 96).

Todavia, ressaltamos que tais críticas feitas por Courtine (2009) na tese defendida em 1980 – quais sejam, as “precauções” na hora de fazer uma releitura de Foucault na AD e a falta de articulação entre a materialidade da língua e a materialidade do discurso nos trabalhos do filósofo francês – foram elaboradas no momento em que o autor ainda estava muito próximo das colocações de Pêcheux e iniciando um trabalho em direção aos pensamentos foucaultianos. Posteriormente, o próprio Courtine reformularia tais críticas. Um desses momentos está exposto na entrevista concedida pelo mesmo a Fernandes (2010), em que Courtine explica que a transferência de várias noções da *Arqueologia*, como enunciado, redes de formulações, domínio de memória, foi “operada contra o próprio Foucault”; primeiramente pois o próprio Foucault havia se distanciado do que havia proposto na *Arqueologia*, segundo, pois tinha advertido que tal transferência não pareceria legítima (FERNANDES, 2010, p. 25).

Não obstante, na mesma entrevista Courtine explicita que essas duas objeções podem hoje ser explicadas de outra forma: a primeira, pelo fato de que em Foucault sempre há formas de continuidade em que rupturas aparecem; para o pesquisador (FERNANDES, 2010), depois de publicadas, as obras ganham vida

própria, escapando ao puro desejo do autor; quanto à segunda objeção, Courtine alerta que a reflexão dever ser ainda maior: ao rememorar a definição de enunciado por Foucault – não é sintagma, nem atos de fala, nem gênero de frase, proposição etc., enfim, não é somente objeto linguístico –, na época em que buscava adaptar a perspectiva foucaultiana para a AD, Courtine acreditava que poderia ignorar, contornar ou suspender provisoriamente tal definição, mas percebeu que retrospectivamente, Foucault tinha razão. Courtine afirma:

[...] certamente, hoje sou mais foucaultiano do que era antes. Tenho, então, tendência de dar razão a Foucault desde que pratico a pesquisa histórica, desde que imergi, às vezes perdido, no espesso labirinto do arquivo, desde que experimentei a profundidade e a complexidade do material da história, o que não era ainda o caso na época em que eu escrevia o que se tornaria o *Language 62* (FERNANDES, 2010, p.25).

De qualquer forma, os estudos de Pêcheux mantiveram sempre uma aproximação das teses althusserianas, não sendo mero decalque delas, mas um diálogo que, nas diferentes fases empreendidas por Pêcheux, irá possibilitar o deslocamento e a transformação de conceitos (o próprio Althusser irá reelaborar sua obra). Muitos desavisados mantêm uma crítica ao filósofo por desconhecer o processo de (des)construção operado e explicitado pelo teórico (GREGOLIN, 2006).

Conforme Gregolin (2006), as idéias althusserianas marcaram tão fortemente os estudos de Pêcheux, mesmo no seu último texto, *Discurso: estrutura ou acontecimento*, quando a crise política já estava instaurada, quando seu descontentamento com o Partido fora externalizado e duras críticas foram direcionadas aos “comunistas analistas do discurso”, ao regime socialista. Ainda que nesse último texto Pêcheux empreenda retificações aos pensamentos de Althusser, não deixa de apontá-lo como seu grande mestre.

Não obstante, ressalta Gregolin (2006) que, embora os textos de Foucault estivessem carregados de uma tônica marxista, o filósofo nunca concordou com o “culto personalista a Marx”, pois, para ele, a obra de Marx deveria ser um instrumento entre tantos outros para fazer funcionar o trabalho do pesquisador. A autora explica que Foucault, dessa forma, não procurou firmar sua posição como marxista, nem concordou com a ideia althusseriana de buscar uma ciência no marxismo por meio de um corte epistemológico: para o estudioso, ao dizer que o marxismo era uma ciência, o que se deveria compreender é que Marx também se



enganou. Foucault compreendia que os discursos científicos não poderiam ser meros comentários dos textos fundadores.

Gregolin (2006) explica que, diante dessa posição, os althusserianos não teriam como concordar com o lugar que Foucault atribui a Marx na história do saber, pois tal posicionamento de Foucault acabaria por negar o que Althusser deslumbrava como um “corte epistemológico” operado por Marx. A autora comenta que, para Foucault, o marxismo era tal qual um peixe dentro d’água, que, se colocado em qualquer outro lugar, deixaria de respirar. De forma ainda mais irônica, Foucault provocou os althusserianos ao afirmar que os debates realizados por eles provocavam meras ondas nas superfícies, tempestades em “laguinho das crianças” (esse “laguinho” é uma referência ao lago situado em frente da *École Normale*, centro acadêmico dos althusserianos).

Expõe Gregolin (2006) que esse embate crítico provocaria reflexos teóricos e explicações também por parte de Foucault aos althusserianos, seja na longa resposta, publicada em 1968, ao “Círculo Epistemológico”, seja, posteriormente, nas diversas passagens de *A Arqueologia do Saber* (1969). Foucault irá atenuar as críticas dirigidas a Marx, tanto que vislumbrará no pensamento marxista uma “prática discursiva” diferente que pode servir de teoria e crítica à economia política e substituirá o termo *episteme* (conceito de base mais estruturalista) por “prática discursivas” (conceito mais próximo da *práxis* marxista) (GREGOLIN, 2006).

Para melhor compreender a discussão em torno de Michel Pêcheux e Michel Foucault, ressaltamos duas obras de Pêcheux que denotam esse encontro/defronto teórico: *Remontemos de Foucault a Spinoza* (2000) e *Discurso: estrutura ou acontecimento* (2008). É em *Remontemos de Foucault a Spinoza* (2000) que Michel Pêcheux tece algumas críticas ao trabalho empreendido por Foucault. Conforme Maldidier (2003), o texto é fruto da comunicação de Michel Pêcheux no simpósio do México, em novembro de 1977, intitulado *O discurso político: teoria e análises*. Já no início do texto, Pêcheux (2000) enfatiza que uma análise de discurso – especialmente o discurso político – tem de ser/se fazer política, uma vez que não se trata de meramente questões técnicas: o jeito de tratar os textos imbrica-se a um jeito de se fazer política. Apesar disso, segundo o autor, ao se pretender estudar e analisar os discursos políticos é inevitável a tomada de posição na luta de classes, pois tal tomada de posição demarca a própria maneira de concepção das formas materiais concretas a partir das quais as ideias entram em luta na história.

Defendida a posição a partir da qual fala, Pêcheux (2000) posteriormente caracteriza os dois teóricos colocados em confronto: Spinoza e Foucault. Pêcheux (2000) expõe que ambos são “não marxistas” separados por três séculos de história nos quais se desenvolveu o capitalismo e o início teórico/prático do socialismo: na época do primeiro o marxismo estava nos “limbos da história”, “desculpa” que não serve ao segundo<sup>3</sup> – sendo Spinoza banido pelos dirigentes de sua comunidade, que não compreenderam muito bem seus propósitos – e Foucault sonhando (delírio) com seu banimento, lecionando na época da escritura do texto no *Collège de France* em Paris.

Para Pêcheux (2000), com base prioritariamente nos textos *Tratado das autoridades teológicas e políticas*, de Spinoza, e *Arqueologia do Saber*, de Foucault, tal comparação parece mostrar duas maneiras de o intelectual fazer política. O autor explica que, conquanto a leitura de ambos, à primeira vista, possa denotar uma convergência de ideias, Spinoza consegue avançar onde Foucault permanece um pouco “bloqueado”: mais do que tratar de procedimentos analíticos, trata-se de perceber que o político punge uma diferença na prática.

No *Tratado*, Spinoza discorre sobre as condições de luta do ateísmo a partir da religião judaica. Assim, segundo Pêcheux (2000), Spinoza, para chegar ao direito e à política, consegue um feito “magnífico”: alcançar seu objetivo sem precisar sair do interior da religião, pois o recado é enviado em nome da religião, falando de religião. Para Pêcheux, ainda que no trabalho de Spinoza não se vislumbre uma teoria da contradição, esta se encontra fortemente presente, pois, ao atacar a ideologia religiosa partindo dessa mesma ideologia, observa-se que de maneira alguma a ideologia religiosa pode ser tomada como um bloco homogêneo. Isso confirma a tese de Pêcheux de que a ideologia nunca é idêntica a si mesma, mas, antes, só existe na modalidade da divisão, no interior da contradição que organiza em si a unidade e a luta dos contrários.

Diferentemente, segundo Pêcheux (2000), Foucault permanece bloqueado por não conseguir pensar e operacionalizar a categoria da contradição e, mantendo à distância o materialismo histórico, recorre a noções como estatuto, norma, estratégica, poder, etc., que buscam contornar a questão do Estado como lugar da

---

<sup>3</sup> Chamamos a atenção para tal asserção porque, nesse sentido, Pêcheux (2000) já enfatiza e deixa claro que não consegue conceber qualquer tipo de análise e trabalho que não tenha por base o marxismo, a luta de classes: Foucault, assim, não poderia ocupar tal posição, principalmente por conhecer as teses de Karl Marx.

luta de classes. Ainda assim, Pêcheux reconhece a importância dos trabalhos empreendidos por Foucault, os quais, segundo o autor, podem trazer objetos de reflexão para o marxismo-leninismo: Foucault possibilita a análise dos “regimes de materialidade do imaginário”, portanto está muito próximo dos interesses do marxismo-leninismo, residindo neste ponto a contradição que é invisível, insuperável e própria de Foucault (PÊCHEUX, 2000). Dessa forma, ressalta Pêcheux (2000) que seria o caso de buscar e se apropriar, nos estudos de Foucault, do que há de materialista e revolucionário para ser operado na teoria e na prática do movimento operário.

O que Pêcheux (2000) propõe, então, é apresentar a unidade presente nas duas teses: a de que todo modo de produção é regido pela luta de classes, em que a ideologia da classe dominante se sobrepõe à das duas classes antagonistas; e a de que tal luta de classes nada mais é que o motor da História, produzindo a história da luta ideológica das classes. O autor explica que, embora possa soar contraditório, é necessário perceber que não há duas classes, cada qual com sua própria ideologia de forma estanque, pois a dominação não se constitui somente no exterior, mas, sobretudo, no seio, no interior da ideologia dominada. Isso significa que na própria base da ideologia dominada está presente a ideologia burguesa, que pouco a pouco começa a ser destruída ante o desenvolvimento da ideologia proletária. Isso consiste, segundo Pêcheux (2000), em vislumbrar na ideologia a contradição da existência de dois mundos em um só: toda ideologia é dividida e nunca é idêntica a si mesma. A partir do entendimento de que as formações ideológicas têm um caráter regional, torna-se possível conceber que elas se referem de modos diferentes às mesmas coisas.

Dessa forma, Pêcheux (2000) busca em Foucault a noção de formação discursiva e as características regionais “formas de repartição” e “sistemas de dispersão” para serem empregadas na análise das contradições de classe. Refutando qualquer aproximação com a formação discursiva de uma tipologia – qualquer que seja –, Pêcheux (2000) relaciona-a com seu exterior discursivo específico, o que significa observar na formação discursiva sua pluralidade contraditória e desigual, organizada em função de interesses que refletem a luta ideológica de classes, em dado momento específico e em dada formação social.

Amparada na leitura do texto *Remontemos*, de Pêcheux, e *Arqueologia do Saber*, de Foucault, Indursky (2005), em *Remontando de Pêcheux a Foucault: uma*

*leitura em contraponto*, traz inicialmente uma série de citações do título de Foucault que tratam de regularidades, dispersão e, conseqüentemente, formação discursiva (FD). Assim, a autora destaca citações que versam sobre o trabalho da *Arqueologia*, que é tratar do campo do discurso em que todo elemento pode ser antigo ou novo, inédito ou repetido, e em vez de procurar a primeira vez em que alguém produziu um discurso – a ideia do mito fundador –, revelar as regularidades presentes em uma prática discursiva que comporta tanto as formações originais como as que foram retomadas, copiadas, modificadas dos predecessores.

Levantadas essas citações, Indursky (2005) resume enfaticamente: “Foucault toma como objeto de sua *Arqueologia* o que é da ordem do repetível. As formações discursivas são, pois, constituídas por saberes que se repetem” (INDURSKY, 2005, p. 184). Para reafirmar sua construção argumentativa, Indursky (2005) traz nova citação de Foucault referente aos campos homogêneos de regularidades enunciativas que nada mais são que formações discursivas, embora diferentes entre si. Ainda sobre formação discursiva, a pesquisadora ressalta a famosa definição de Foucault (2008a) sobre formação discursiva, qual seja: à possibilidade de descrever certa regularidade entre certo número de enunciados num dado sistema de dispersão chamar-se-á formação discursiva.

A partir daí, conforme Indursky (2005), poder-se-ia dizer que Foucault abre caminho para uma forma de repartição heterogênea, mas que isso não pode ser afirmado tão categoricamente. Assim, a autora compara o Foucault de *Arqueologia* com as formulações iniciais de Pêcheux, nas quais esse autor concebia as FDs como campos homogêneos. Não obstante, Indursky (2005) ressalta que em *Semântica e Discurso* Pêcheux vislumbra na FD um campo de repetições, mas também de transformações. A autora destaca no trabalho de Pêcheux os três diferentes modos de “tomadas de posição”: o trabalho de “recobrimento-reprodução-reinscrição” estabelecido pelo sujeito do discurso em relação aos saberes de determinada formação discursiva e à forma-sujeito responsável por organizar tais saberes.

No primeiro trabalho, o de “recobrimento”, o sujeito do discurso se identifica (reproduz) plenamente com os saberes da FD que o atravessa; já na segunda tomada de posição, o sujeito se identifica com os saberes da FD, mas começa a se questionar, a levantar dúvidas, discordâncias – começam a existir as diferentes posições de sujeito presentes numa mesma FD; já na terceira tomada de posição,

há total falta de identificação do sujeito com a FD na qual está inscrito, de forma que a nega totalmente e inicia o processo de identificação com outra FD, conseqüentemente, outra ideologia (INDURSKY, 2005, p. 187). Conforme ressalta Indursky (2005), neste último momento vê-se o processo de apropriação dos saberes por parte do sujeito: há uma teorização do conhecimento para, então, transformá-lo, reconfigurá-lo e – mais importante – reinscrevê-lo em um novo domínio. Tal trabalho nada mais que é que a marca de autoria, quando o sujeito do discurso se marca como responsável por suas formulações.

Indursky (2005) ressalta, ainda, a total falta de identificação de Foucault com a noção de ideologia, por exemplo, ao definir se dado enunciado pertence ou não a uma dada formação discursiva, quando se sabe que a ideologia é categoria fundante para a demarcação de um enunciado no interior de determinada formação discursiva (o que pode e deve ser dito por alguém em determinado momento): “o que, para Foucault, deve ser cuidadosamente evitado se constitui no critério essencial e substantivo para individualizar uma FD, na teoria de Pêcheux” (INDURSKY, 2005, p. 185).

Tanto Indursky como outros pesquisadores constantemente levantam o questionamento do motivo de Foucault recusar a noção de ideologia para trabalhar a questão do saber e do poder; todavia, basta voltarmos à obra do filósofo para encontrarmos os três motivos pelos quais Foucault (2008b, p. 07) recusa tal noção: a) de uma forma ou de outra, a ideologia sempre se apresenta como oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade: a pergunta a ser feita deve estar relacionada aos “efeitos de verdade no interior dos discursos, que não são em si nem verdadeiros nem falsos”; b) a ideologia refere-se “a alguma coisa como o sujeito”; c) a ideologia precisa de algo que funcione para ela como “infraestrutura ou determinação econômica, material, etc.” (FOUCAULT 2008b, p. 07).

Ainda assim, segundo Indursky (2005), a noção de “contradição” depreendida dos escritos de Spinoza é, para Pêcheux, mais produtiva para abordar as questões do discurso, de ideologia e de FD do que a formulada por Foucault. De acordo com a autora, caso Foucault, em vez de Spinoza, fosse o pesquisador do discurso religioso, seria impossível a passagem do discurso religioso para o discurso político. Indursky (2005) procura reforçar seus argumentos trazendo algumas passagens dos títulos de Foucault a respeito da noção de contradição e da subdivisão proposta: contradição extrínseca e contradição intrínseca. A primeira opõe duas FDs distintas,

a segunda se opera no interior de uma FD e, conforme ressalta Indursky (2005) amparada em Foucault, somente as oposições intrínsecas são pertinentes para a análise arqueológica.

É sobre esse ponto, como expõe Indursky (2005), que Pêcheux irá criticar Foucault: “as transformações de que fala Foucault e que vão instaurar a contradição se originam de uma mesma positividade, ou seja, de uma mesma Formação Discursiva” (INDURSKY, 2005, p. 191). Conforme a autora, a ideologia pensada de acordo com Pêcheux já é dividida em si mesma, sendo pensada somente na contradição interna a ela, em que se organizam a unidade e a luta dos contrários; ou seja, a contradição em Pêcheux vai além da contradição intrínseca de Foucault, na medida em que permite diferentes modos compatíveis de usar um mesmo conceito. Nessa mesma compreensão – ressalta Indursky (2005) – uma mesma FD é sempre ideológica e contraditória em si mesma, ou seja, é heterogênea, construída por diferentes saberes de diversos lugares, de outras formações discursivas, do interdiscurso; a ideologia nada mais é que a contradição de dois mundos em um só, o um que se divide em dois. Por fim, Indursky (2005) reafirma: há a fragmentação, também, da forma-sujeito em várias posições-sujeitos diferentes entre si; no interior de uma mesma FD há saberes diferentes e, por vezes, divergentes. Tais saberes não são originários de uma mesma FD, nem de um subsistema no interior de um sistema, mas provindos do exterior, em dado momento histórico eles podem ser ditos então na circunscrição dessa FD.

Observamos um apagamento de todas as explicações e concepções de Foucault acerca de história, descontinuidade, discurso e práticas discursivas que o autor constrói no decorrer da *Arqueologia do Saber* (2008a), bem como nos demais trabalhos e estudos. Ressaltamos que Foucault não constrói uma noção de forma fixa, estanque, em um momento certo de seu título, mas antes explicita, exemplifica, retoma, complementa-a em todo o conjunto de sua obra. Não obstante, detendo-nos especificamente nas citações de Foucault levantadas por Indursky, é perceptível o caráter totalmente heterogêneo dado por Foucault à formação discursiva. Justamente por conceber que não há somente o repetível, mas também o novo que desloca, irrompe com o instante, com a estrutura, que Foucault (2008a) propõe que o enunciado é, além de estrutura, acontecimento. É a partir desse entendimento, dessa concepção que o próprio Pêcheux em *Discurso: estrutura ou acontecimento*

(2008) irá (re)elaborar suas ideias, libertando-se de vez da maquinaria estrutural discursiva.

Num princípio de análise das afirmações de Indursky, valendo-nos da noção de posição sujeito presente na descrição da função enunciativa proposta por Foucault (2008a, p. 108), ou seja, aquela que todo e qualquer indivíduo deve ocupar para ser seu sujeito, observamos que Indursky fala de um lugar institucional que, sobremaneira, determina seu posicionamento. Professora e pesquisadora da AD de linha pecheutiana, Indursky se vê na posição de estabelecer limites entre os estudos de Michel Pêcheux e de Michel Foucault, dos quais o primeiro sobressai em relação ao segundo; todavia, ressaltamos que também nós, neste exato momento bem como na construção de toda essa pesquisa, estamos exercendo a função de autor, procurando dar unidade e fechamento ao texto e – por que não? – produzindo verdades.

Conforme ressaltava Gregolin (2006), a grande questão que se levanta entre Pêcheux e Foucault quando da publicação do texto *Remontemos* são os fervorosos debates existentes na época da leitura da obra de Marx. Tanto que Pêcheux denomina Foucault como um “marxista paralelo” e Foucault, quando da publicação de *Vigiar e Punir*, em 1975, crítica o althusserianismo no que se refere aos “Aparelhos Ideológicos de Estado”. De acordo com Gregolin (2006), vivia-se o “gulag”, momento em que soviéticos dissidentes expunham as feridas do regime socialista, e Foucault em várias vezes criticou a busca por purificar o socialismo e o gesto de tentar separar o “bom” do “mau” socialismo (oposição entre o marxismo-verdade e o stalinismo-erro).

É nesse contexto histórico que, de acordo com Gregolin (2006), Pêcheux, no interior de uma trincheira na qual procura defender as teses althusserianas, irá identificar Foucault como da corrente “historicista” ou “reformista”. Malidier (2003) ressaltava que o tom – por vezes, “detestável” – de *Remontemos* é característica da “posição de verdade” presente naquele momento de tentativa. Conforme Malidier (2003), o inimigo principal de Pêcheux nada mais era que o “historicismo” (ou “tendência história” ou “sociologismo”), uma “filosofia espontânea”, nas palavras do filósofo, de uma corrente da Linguística – ou seja, os analistas do discurso próximos da sociolinguística. “Se Michel Pêcheux teve sempre o sentimento de trabalhar não longe de Foucault, em 1977, ele acentua sua diferença. Está próximo, no entanto, o

tempo em que aparecerá a necessidade de ler Foucault”, expõe Malidier (2003, p. 64).

Não obstante, o ponto teórico central da crítica de Pêcheux reside na ausência, no pensamento de Foucault, dos conceitos de ideologia e “luta ideológica de classes”, uma vez que, nos pressupostos de Althusser, as ideologias presentes em uma dada formação social só podem ser compreendidas considerando-se a luta de classes (GREGOLIN, 2006). Conforme Gregolin (2006), Pêcheux, em *Remontemos*, vislumbra primeiramente alguns pontos de contato entre os pensamentos de Foucault e de Spinoza, tais como a relação da língua com o discurso e do discurso com o sujeito, e aquela entre os enunciados (nesse ponto, trata-se da divisão do sentido e da noção foucaultiana de formação discursiva). O grande momento de separação se dá na ausência da categoria marxista de “contradição na luta de classes” em Foucault.

É nesse momento que confrontamos o exposto por Indursky (2005) e o que afirma Gregolin (2006). Diferentemente do que propunha Indursky (2005) – que não há efetivamente a categoria da “contradição” em Foucault tal como em Pêcheux –, Gregolin (2006) ressalta que na crítica empreendida por Pêcheux não se trata de dizer que não há “contradição” em Foucault, e sim, que não há discussão sobre a “contradição” em relação à luta de classes, conforme a ideia marxista-lenista. Gregolin (2006) expõe que a contradição está muito bem abordada por Foucault na *Arqueologia do Saber* (2008a), quando o filósofo trata da existência da contradição inerente a uma formação discursiva. De acordo com Foucault (2008a), é necessário perceber que uma FD é espaço de dissensões múltiplas e, sendo assim, a análise arqueológica não buscará resolver tal contradição, mas, antes, compreender e manter o discurso em suas asperezas múltiplas.

Como ressalta Gregolin (2006), a partir dessa diferença de abordagem vislumbra-se que, enquanto em Pêcheux o sentido das palavras se altera conforme a posição daqueles que as proferem na luta de classes, os sentidos do enunciado se alteram conforme a mudança nas relações que este estabelece com outros enunciados:

Assim, do ponto de vista foucaultiano, a História se recorta pelas relações sincrônicas entre discursos; ela é construída por jogos enunciativos, por batalhas entre discursos que se negam, se afirmam, se contradistinguem. Por isso, a História tem uma materialidade que se expressa na existência material dos enunciados. A identidade do enunciado está submetida aos



limites que lhe são impostos pelo lugar que ocupa entre outros enunciados (GREGOLIN, 2006, p. 125).

Compreende-se, então, o motivo de Pêcheux considerar Foucault um “marxista paralelo”. De acordo com Gregolin (2006), Pêcheux chama a atenção para a diferença prática – diga-se *política* – entre Foucault e Spinoza: enquanto este apontou a contradição no interior da própria ideologia religiosa, o primeiro procurou manter certa distância da luta política, negando a luta de classes e marcando-se, em decorrência disso, no interior do “reformismo”. Posteriormente, explica Gregolin (2006) que Pêcheux procura responder às críticas direcionadas ao althusserianismo, especialmente no que se refere à “tese da interpelação ideológica” e da “reprodução das ideologias”, que acusaram Althusser de ter assassinado o sujeito e a História.

Nesse sentido, Pêcheux procura redefinir os conceitos tão caros à Análise de Discurso (AD): a reprodução/transformação e a interpelação ideológica (GREGOLIN, 2006). De acordo com Gregolin (2006), o filósofo procura mostrar que nas relações de produção não se trata somente da reprodução, mas também de “transformação”, marcando-se o aspecto contraditório e heterogêneo dessas relações em dada formação social. A partir desse entendimento, então, explica-se o motivo de na instância ideológica existirem as “formações ideológicas”, que se marcam por terem um caráter regional e envolverem posições de classes. Pêcheux irá propor uma abordagem discursiva da História, questionando a evidência do sujeito e do sentido e procurando descrever o funcionamento discursivo de um imaginário responsável por dar a unidade ao mundo e ao sujeito (GREGOLIN, 2006).

Conforme Gregolin (2006), observa-se, assim, que no texto *Remontemos* Pêcheux procura resistir à crise do marxismo, marcando fortemente sua participação no Partido e sua adesão aos pressupostos do marxismo-lenismo. No aspecto teórico, como ressalta a autora, é preciso perceber uma retificação na relação do discurso e ideologia, pois tal relação deixa de ser vista como um “bloco homogêneo” e passa a ser compreendida como “dividida”, não idêntica a si mesma. As relações entre dominados e dominadores não é mais vista da exterioridade, mas da contradição existente em seu próprio interior: ou seja, no interior do discurso da classe dominada é perceptível a ideologia da classe dominante. A FD deixa de ser vista como um bloco homogêneo relacionado a determinada ideologia, para ser abordada como transpassada por outras FDs: a contradição e a divisão de dois em um só. Para Gregolin (2006), há certa “atenuação” do processo de assujeitamento

(indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia) e, conseqüentemente, certo afastamento da posição dogmática assumida por Pêcheux anteriormente.

Mais uma vez, vê-se o empreendimento de Pêcheux caminhar em direção aos trabalhos da “Nova História”. Pouco a pouco o filósofo passa a dar atenção às formas de circulação mais ordinárias do sentido, à escuta tanto teórica como política dos dominados (GREGOLIN, 2006). Retomando Maldidier (1990)<sup>4</sup>, Gregolin (2006) explica que o encontro de Pêcheux com a “Nova História” se deu depois que este leu Michel De Certeau. É preciso ressaltar que, a partir da década de 1980, Pêcheux começa a se desencantar com o Partido, aproximando-se das ideias foucaultianas, o que é perceptível em seus textos *Delimitações, inversões e deslocamentos*, de 1981, e *Discurso: estrutura ou acontecimento*, de 1983 (GREGOLIN, 2006).

Maldidier (2003) explica que a aproximação de Pêcheux a Foucault também ocorreu por intermédio de Jean-Marie Marandin, que, com Bernard Conein e os linguistas há tempos engajados com Pêcheux, Françoise Gadet e Jean-Jacques Courtine, organizaram o colóquio “Materialidades Discursivas”, em Nanterre (França), em abril de 1980. Tal colóquio, segundo a autora, chamava a atenção dos pesquisadores da linguística, da história, da análise de discurso e da psicanálise para a questão do triplo real da língua, da história e do inconsciente, marcando de vez a “teoria do discurso” como contrária a um “fantasma teórico unificador” (MALDIDIER, 2003, p. 71).

Maldidier (2003) define esse colóquio como um momento de construção-reconstrução, em que os linguistas irão trabalhar mais fortemente a relação da língua com o discurso e deste com o sujeito. Para a teórica, a presença de Jacqueline Authier-Revuz foi marcante no colóquio, ao propor o “surgimento de um discurso no próprio discurso”, a questão da heterogeneidade do discurso (MALDIDIER, 2003, p. 73). A partir desse encontro, marca-se o início da colaboração entre Pêcheux e Jacqueline.

As intervenções que se organizaram no colóquio definem bem o momento em que a AD se mostrava em (re)construção: “1. Para onde vai a análise de discurso?; 2. Discurso e História; 3. Discurso e Lógica; 4. Discurso e Linguística; 5. Discurso e Psicanálise. Uma mesa-redonda ‘Discurso-história-língua’” (MALDIDIER, 2003, p. 73). Pêcheux – explicita Maldidier – era o mestre dos debates, e a principal questão

---

<sup>4</sup> MALDIDIER, Denise. (Re)lire M. Pêcheux aujourd’hui. IN: PÊCHEUX, Michel. **L’inquietude du discours**. Textos choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Cendres, 1990.

que se colocava era a do discurso a partir do signo da heterogeneidade, substituindo as questões da contradição marxista ou das falhas de interpelação ideológica.

O filósofo francês deixa nítida em suas palavras uma severa autocrítica em relação a todo o dispositivo da análise de discurso que ajudou a engendrar e lança as ideias da tese que irá desenvolver no prefácio do livro de Jean-Jacques Courtine referente ao discurso comunista endereçado aos cristãos (MALDIDIÉ, 2003). O *estranho espelho da análise de discurso*, título do prefácio, questiona a relação da análise de discurso e seu objeto, bem como se interroga se tal disciplina não foi apenas um fato conjuntural dos anos 1960. A estudiosa chama a atenção para o pano de fundo histórico que se fazia presente: “a ferida política ainda muito próxima, a ruptura da união da esquerda, o desaparecimento de uma certa maneira de fazer política” (MALDIDIÉ, 2003, p. 75). O resultado desses questionamentos acaba por remexer os próprios objetos da análise de discurso, a qual, pouco a pouco, começa a se voltar para as formas mais ordinárias de discurso, as falas anônimas e conversacionais, como observa Maldié (2003).

Outro ponto alto do colóquio, como observa Maldié (2003), foi a fala de Jean-Jacques Courtine sobre a tese do discurso comunista endereçado aos cristãos, em que o teórico procura sintetizar – de forma brilhante, para a autora – as proposições de Foucault e da teoria do discurso. Além da noção de “formação discursiva” que ainda viria a ser posta em questão, a autora chama a atenção para a noção de “memória discursiva”, que teve um importante papel na reconfiguração da AD. Maldié (2003) explica que o desenvolvimento dessa noção proveio das leituras de Foucault por Courtine, especialmente no que diz respeito à noção de “campo associado” apresentada na *Arqueologia do Saber* (2008a). Segundo a autora, a questão da memória discursiva então iria se ligar a outras, como o esquecimento, o apagamento e a denegação, que seriam os grandes temas das pesquisas posteriores.

Maldié (2003) expõe que foi em março de 1978 que Pêcheux participou da banca da tese de Marandin intitulada *Problemas de Análise de Discurso. Ensaio de descrição do discurso francês sobre a China*, juntamente com o diretor da tese, Joseph Sumpf, e Jean Dubois. Para a pesquisadora, tal encontro foi decisivo na carreira de Pêcheux, pois parecia que o teórico tinha encontrado em Marandin “o outro no mesmo”. Marandin propunha referências linguísticas e filosóficas novas, com atenção especial a Deleuze e principalmente ao Foucault de *Arqueologia do*

*Saber* (2008a), mas também uma leitura acurada de Pêcheux. Malidier (2003) explicita que Marandin, ao ler a obra *Semântica e Discurso*, de Pêcheux, observou que o dispositivo da AAD 69, o qual se voltava para a “deslinearização” e para a constituição de domínios semânticos, acabava por negligenciar o “interdiscurso”. Para a estudiosa, essa observação “ia permitir trabalhar – enfim – a noção de ‘intradiscurso’, o conceito teórico de ‘fio do discurso’, na sua relação com o interdiscurso” (MALDIDIER, 2003, p. 72).

A tese de Marandin, como argumenta Malidier (2003), abriu um novo horizonte ao permitir trabalhar o interdiscurso com o intradiscurso, fazendo surgir a sequencialidade, que viria a se chamar “discursividade”. Expõe a autora que, afastado das referências marxistas, Marandin fez uma leitura sem “filtros” de Foucault, o que lhe permitiu uma análise voltada à singularidade do acontecimento discursivo.

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2008), Pêcheux levanta o questionamento da discursividade como estrutura ou como acontecimento, a partir da análise feita do enunciado “On a gagné” (“Ganhamos”) quando da vitória, na eleição para presidente da França, de François Mitterand, representante da esquerda, em 10 de maio de 1981. Tal enunciado, próprio do campo esportivo (do universo logicamente estabilizado), é (re)agenciado e empregado pela população francesa para o campo da política. Se em uma partida de futebol, por exemplo, pergunta-se “quem ganhou?”, a resposta será uma, ou “X” ou “Y”; mas – questiona Pêcheux (2008) – quando essa mesma pergunta se transfere para o campo da política e a população grita “Ganhamos”, uma série de questionamentos começa a ser levantada: “Quem ganhou em verdade? em realidade? além das aparências? face à história?” (PÊCHEUX, 2003, p. 22).

Após diversos apontamentos a respeito da análise desse enunciado, Pêcheux (2003, p. 56) explica que, quando procura inscrever um discurso em uma dada série, incorporando-o como “corpus”, o analista sempre corre o risco de “absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão”. Para o filósofo, tal compreensão não denota que se deva tratar todo discurso como independente das redes de memória e de trajetos sociais, mas que, por sua simples existência, o discurso é capaz de desestruturar-reestruturar essas mesmas redes e trajetos. Todo discurso surge como uma

potencialidade de agitação nas filiações sócio-históricas, ao passo que é tanto um efeito das filiações quanto um trabalho de deslocamento dentro dessas filiações:

[...] é mesmo talvez uma das razões que fazem que exista algo como sociedades e história, e não apenas uma justaposição caótica (ou uma integração supraorgânica perfeita) de animais humanos em interação... (PÊCHEUX, 2003, p. 57).

A partir da incorporação dos pressupostos teóricos de Foucault na AD, vemos desenhar-se pouco a pouco uma aproximação entre as ideias do filósofo e essa teoria. Vislumbramos que o filósofo francês, de fato, deixou um grande legado que pode ser (re)operacionalizado no seio da teoria do discurso, e é isso que procuramos demonstrar no próximo subcapítulo, quando apontamos algumas das pesquisas atualmente em desenvolvimento no Brasil que têm como base teórico-metodológica os pressupostos foucaultianos, bem como no capítulo “(RE)LEMBRAR É PRECISO: NOÇÕES, REFLEXÕES E MÉTODO DE FOUCAULT À TEORIA DO DISCURSO”, em que buscamos aprofundar alguns conceitos-chave de Foucault para a teoria da AD. É a partir dessa reflexão que ousamos (ou a partir desses apontamentos não seria mais ousadia?) dizer: “Foucault fala na AD”.

### **1.3 Analistas de discurso do Brasil: Foucault fala na AD**

Diante desse imenso arquivo de conceitos, pesquisas, arqueologias e reflexões levantados por Michel Foucault, há uma gama de pesquisadores em Análise de Discurso (AD) que estruturam os próprios trabalhos nos contributos oferecidos pelo filósofo. Devemos considerar que a AD francesa é uma corrente teórica relativamente nova em relação a outras, cujas primeiras leituras, quando da sua instauração no Brasil, centravam-se primordialmente no empreendimento de Michel Pêcheux. Posteriormente, os estudiosos começaram a vislumbrar o papel de Foucault na AD e a presença e reconhecimento dos trabalhos do filósofo nas reflexões de Pêcheux, principalmente pelo fato de os textos franceses, em especial os de Pêcheux, terem sido traduzidos em uma ordem não cronológica.

O que buscamos, neste momento da pesquisa, não tem a pretensão de fazer uma revisão de todos os trabalhos de analistas dos discursos nos mais diversos polos do Brasil que utilizam como instrumento teórico e metodológico os

apontamentos de Foucault<sup>5</sup>. Ao contrário, o que nos propomos é ressaltar a profundidade e a proficuidade dos trabalhos foucaultianos, seja por meio dos grupos de pesquisas presentes nas instituições de ensino superior, seja pelas publicações (livros, artigos etc.) de diferentes pesquisadores que denotam os caminhos trilhados pela AD foucaultiana no Brasil.

Podemos destacar como o grande propulsor dos pensamentos de Foucault em conjunto com a AD, o Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara (GEADA), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara, criado em 1998 e coordenado pela professora Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin. Muitos pesquisadores e professores de pós-graduação que atualmente desenvolvem trabalhos em outras instituições com outros grupos de pesquisa pertencem/pertenceram ao GEADA, entre eles a Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini, o Dr. Nilton Milanez, o Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa, o Dr. Carlos Felix Piovezani Filho, o Dr. Cleudemar Alves Fernandes e a Dra. Luzmara Curcino Ferreira. Segundo informações disponíveis no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (2010), o GEADA busca discutir “as bases epistemológicas e teórico-metodológicas da Análise do Discurso, com ênfase nas contribuições de Michel Foucault” (GEADA, 2010, s/p), refletindo sobre noções como discurso, memória, história e a constituição de identidades. O grupo busca analisar os mais diversos textos dos mais diferentes momentos históricos, especialmente os midiáticos. Uma vez que toma a mídia como objeto de reflexão, o GEADA tem discutido as relações entre a Análise do Discurso e estudos de mídia, buscando as inter-relações com a Semiologia Histórica proposta por J. J. Courtine.

Na Universidade Estadual de Maringá (UEM) há dois grupos de pesquisa: o Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM, criado em 2010 e coordenado pelo prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa, e o Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM), criado em 2007, coordenado pela professora Dra. Ismara Eliane Vidal de S. Tasso, juntamente com o prof. Dr. Pedro Navarro. Conforme informações encaminhadas ao Diretório de Pesquisas da CNPQ, O GEDUEM, por meio dos princípios teóricos e procedimentos metodológicos da AD francesa, busca analisar como se dá a “produção e a circulação dos discursos nas mais diferentes

---

<sup>5</sup> Para o levantamento dos grupos de pesquisa, utilizamos como instrumento norteador o “Caderno de Resumos” do II Colóquio Internacional de Análise do Discurso, realizado em São Carlos – SP, entre os dias 16 e 18 de setembro de 2009.

manifestações da linguagem humana” (GEDUEM, 2010, s/p). O grupo é norteado pelos trabalhos empreendidos pelos três teóricos: Michel Pêcheux, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin. O Grupo de Estudo Foucaultianos (GEF) procura estudar a relação saber/poder/subjetivação, “a partir de uma perspectiva analítica que considera o diálogo que se estabelece entre esse campo [AD], a Filosofia e a História, nas figuras de Michel Pêcheux e Michel Foucault” (GEF, 2010, s/p).

Há também dois grupos na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): o *Grupo Discurso, Memória e Identidade: diálogos entre a imagem e a palavra* e o *Grupo Laboratório de Estudos do Discurso* (LABOR). O primeiro, criado em 2005 e coordenado pela professora Dra. Nádia Regina Gaspar, busca estudar as teorias da Análise do Discurso, procurando aplicá-las a duas materialidades e visibilidades: as palavras e as imagens fixas e em movimento, veiculadas pela mídia. Dessa forma, o grupo espera “encontrar pronunciamentos discursivos que forjam e formam, na história, grupos culturais identitários”, buscado, “assim, oferecer subsídios para se pensar o resgate da memória (GRUPO DISCURSO, MEMÓRIA E IDENTIDADE, 2010).

Já o outro é o Grupo Laboratório de Estudos do Discurso (LABOR), criado em 2006, coordenado pela professora Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini. Na página do grupo presente no Diretório de Pesquisas, é informado que o LABOR (2010) estuda o contexto epistemológico da AD francesa, como se dá a organização do *corpus* a ser analisado, levando em consideração as multimodalidades, bem como a articulação existente entre discurso e história na constituição dos enunciados. Assim, os trabalhos do grupo estão estruturados em dois eixos: um, “da inseparabilidade entre a construção histórica dos discursos e o processo de produção de identidades”, e o outro, “do papel da multimodalidade na produção dos discursos na contemporaneidade, em especial, na produção do discurso político” (LABOR, 2010, s/p). Dessa forma, o grupo busca investigar de que forma a AD dá subsídios para análise do enunciado sincrético.

Outro grupo que também busca trabalhar com material multimodal é o Grupo de Estudos sobre o Discurso e o Corpo (Grudiocorpo), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), criado em 2008 e coordenado pelo prof. Dr. Nilton Milanez. O Grudiocorpo procura nos pressupostos da AD francesa um meio de refletir sobre o corpo, tomado como um acontecimento discursivo em que se inscrevem a memória, a história e a constituição da identidade (subjetividade) dos

sujeitos, buscando “traçar um esboço das subjetividades e identidades brasileiras por meio da existência material discursivo-corporal, identificando as técnicas de si e resistências que regimentam um diverso *modus vivendi* em nossa sociedade” (GRUDIOCORPO, 2010, s/p).

A UESB também tem o Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GEPADis), criado em 2003 e coordenado pelas professoras Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e Dra. Edvania Gomes da Silva. De acordo com informações cadastradas no Diretório de Pesquisas, o grupo busca estudar as bases epistemológicas e o processo de constituição das diferentes teorias e dos dispositivos analíticos em Análise de Discurso, bem como analisar como se dão os processos discursivos presentes nas mais diversas materialidades significantes, além dos “processos de subjetivação, identificação, contra-identificação e desidentificação na história” (GEPADIS, 2010, s/p).

O Grupo Trama: Círculo Goiano de Análise do Discurso, da Universidade Federal de Goiás (UFG), também investiga como se dá a “constituição das identidades dos sujeitos que produzem e são produzidos pelo discurso” (TRAMA, 2010, s/p). Criado em 2003 e coordenado pela professora Dra. Kátia Menezes de Sousa, o Trama também se ampara na AD francesa, tendo como ações principais trabalhar com textos dos mais diversos domínios (publicitário, acadêmico, religioso, jurídico, etc.), elaborando trabalhos que reflitam sobre os processos discursivos que atuam na construção das várias formas de falar sobre/no mundo.

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) há o Grupo Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF), criado em 2008 e coordenado pelo prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes. De acordo com a página do grupo no Diretório de Pesquisas do CNPQ, o laboratório é um “espaço acadêmico destinado à investigação de questões discursivas atravessadas por aspectos sociais, históricos, culturais, a partir de leituras da obra de Michel Foucault” (LEDIF, 2010, s/p). Os estudos do LEDIF procuram contemplar as três fases das obras de Foucault – arqueologia, genealogia e a ética/estética de si – articuladas à AD francesa.

Na Universidade de Taubaté (UNITAU) há o Grupo de Pesquisa Subjetividades e identificações: efeitos de (d)enunciação (GPSI), criado em 2007, sob a coordenação da professora Dra. Elzira Yoko Uyeno. O GPSI utilizada como correntes teóricas a AD francesa, o movimento de Desconstrução, a Psicanálise e os Estudos Culturais, e busca “estudar as emergências de subjetividades e



identificações como efeitos de (d)enunciação na Pós-Modernidade” (GPSI, 2010, s/p). O grupo parte da concepção de Foucault de que os indivíduos se submetem a “regimes de verdade” que lhes instauram “novas” subjetividades. Entre os *corpora* analisados pelo grupo estão questionários, entrevistas, documentos e textos informais.

Partindo, também, dessa concepção de que a sociedade está imersa em relações de poder, o Grupo de Estudo do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), procura investigar como se dá a produção dos sentidos nos mais diferentes discursos (políticos, institucionais, midiáticos, religiosos, etc.). Criado em 2007 e coordenado pelo prof. Dr. Francisco Paulo da Silva, o GEDUERN investiga as “diferentes manifestações discursivas da linguagem humana [...], analisando a produção de sentidos e das identidades como manifestações das relações de poder que costuram o tecido social” (GEDUERN, 2010, s/p).

A relação dizer/saber/poder estabelecida na constituição das identidades dos sujeitos sociais é cara igualmente para o Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GEADIS), da Universidade Regional do Cariri (URCA). Criado em 2007 e coordenado pela professora Dra. Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro, o grupo parte dos pressupostos teórico-metodológicos da AD francesa, de autores como Pêcheux, Foucault, Michel de Certeau, Pierre Nora, e de autores dos Estudos Culturais, da história das ideias linguísticas no Brasil e da constituição do saber metalinguístico. Segundo informações presentes na página do grupo no Diretório de Grupos da CNPQ, o GEADIS propõe-se a investigar como funcionam os mecanismos constituintes dos processos discursivos presentes nas mais diversas práticas culturais, como músicas, danças, textos verbais e imagéticos etc. (GEADIS, 2010, s/p).

Como já mencionado, há muitos outros grupos de pesquisa no Brasil que utilizam os pressupostos de Michel Foucault para os estudos e análises. Ressaltamos que os grupos aqui apresentados são aqueles que se inserem na Análise de Discurso de linha francesa, pois além dessa corrente teórica, há outros campos do saber que se valem das reflexões do filósofo, tais como o Direito, a Psicologia, as Ciências Sociais, etc. Os empreendimentos, estudos, reflexões e questionamentos desses mais diversos grupos ora tratados, muitas vezes são concretizados em publicações. Dessa forma, levantamos agora alguns livros já

publicados que permitem disseminar ainda mais o legado de Foucault para a Linguística e outras disciplinas.

Como grande expoente da Análise de Discurso francesa no Brasil, principalmente na linha foucaultiana, a Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin já publicou e organizou diversos livros, entre eles: *Análise do Discurso: herança, métodos e objetos* (São Carlos: Claraluz, 2009), juntamente com Vanice Sargentini; *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: Diálogos & Duelos* (São Carlos: Claraluz, 2004); *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo* (São Carlos: Claraluz, 2003), juntamente com Jean Jacques-Courtine, Simone Bonnafous, Sírio Possenti, Vanice Sargentini, Roberto Leiser Baronas, Pedro Luis Navarro Barbosa e Carlos Félix Piovezani Filho; *Análise do Discurso: as materialidades do sentido* (São Carlos: Claraluz, 2001); *Filigranas do Discurso: as vozes da História* (São Paulo: Acadêmica, 2000); como organizadora, em parceria com Maria de Fátima Cruvinel, *Análise do Discurso: entornos do sentido* (São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001)".

O pesquisador Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa já organizou os seguintes livros: *O Texto como objeto de ensino e de descrição linguística e de análise textual e discursiva* (Maringá, Eduem, 2009), juntamente com Júlio Desiderato Antônio; *O discurso nos domínios da linguagem e da história* (São Carlos, Claraluz, 2008); *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos* (São Carlos, Claraluz, 2006); *Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade* (São Carlos, Claraluz, 2004), juntamente com Vanice Sargentini. A professora Dra. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso organizou o livro *Estudos do Texto e do Discurso: Interfaces entre Língua(gens), Identidade e Memória* (São Carlos, Claraluz, 2008).

O professor Dr. Nilton Milanez, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), já organizou os seguintes livros: *A (des)ordem do discurso* (São Paulo: Contexto, 2010), juntamente com Nádea Gaspar; *Entre o discurso e a memória* (São Carlos: Claraluz, 2010), juntamente com Cecília Barros-Cairo e Túlio Henrique Pereira; *O fio da memória: discurso e história no sudoeste da Bahia* (Vitória da Conquista: Edições UESB, 2009), em parceria com Janaína de Jesus Santos e Túlio Henrique Pereira; *Estudos da Língua(gem): Imagens e Memória* (Vitória da Conquista: Edições UESB, 2009), juntamente com Beatriz de las Hersa Herrero e Maria da Conceição Fonseca-Silva; *Análise do Discurso: objeto, sujeito e*

*olhares* (São Carlos: Claraluz, 2009); *Estudos do discurso: diálogos entre Nietzsche e Foucault* (João Pessoa: Marca da Fantasia, 2009), em parceria com Janaína de Jesus Santos, Luara Pereira Vieira e Fernanda Fernandes Rivera; *História e Discurso* (Cascavel: Coluna do Saber, 2008), juntamente com Alexandre Pierezan; *Brésil à L'épreuve de La Modernité: discours, savoir, pouvoir* (Paris: L'Harmattan, 2007), em parceria com Pierre Teisserenc e Sônia Barbosa Magalhães; *Estudos da (Lingua)gem: Imagens de discursos* (Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007), juntamente com Maria da Conceição Fonseca-Silva; *Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública* (São Carlos: Claraluz, 2006), em parceria com Carlos Félix Piovezani Filho e Jean Jacque-Courtine. Milanez também participou da tradução do livro *Foucault: conceitos essenciais* (São Carlos: Claraluz, 2005), de Judith Revel.

As professoras doutoras Nádea Regina Gaspar e Lucília Maria Sousa Romão já publicaram o livro *Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação* (São Carlos: EDUSFCar, 2008) e organizaram o livro *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo* (São Carlos: Pedro e João Editores, 2008). O professor Dr. Carlos Félix Piovezani Filho publicou *Verbo, Corpo e Voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político* (São Paulo: Editora UNESP, 2009).

Atualmente desenvolvendo o projeto “Teoria do discurso em Michel Foucault e constituição de sujeitos em textos literários”, o prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), já publicou os livros *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias* (São Carlos: Claraluz, 2007) e *(Re) Tratos Discursivos do Sem-Terra* (Uberlândia: EDUFU, 2007) e organizou os seguintes livros: *Análise do Discurso na Literatura: rios turvos de margens indefinidas* (São Carlos: Claraluz, 2009), em parceria com Marisa Martins Gama Khalil e José Antônio Alves Júnio; *Percursos da Análise do Discurso no Brasil* (São Carlos: Claraluz, 2007), juntamente com Bôsko Cabral dos Santos; *Análise do Discurso: perspectivas* (Uberlândia: EDUFU, 2007) et. al. (Org.); *Análise do Discurso: objetos literários e midiáticos* (Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006), em parceria com João Bôsko Cabral dos Santos; *Análise do Discurso: unidade e dispersão* (Uberlândia-MG: EntreMeios, 2004); e *Sujeito, Identidade e Memória* (Uberlândia: EDUFU, 2004), juntamente com Ernesto Sérgio Bertoldo, Fernanda Mussalim e João Bôsko Cabral dos Santos.

Como podemos observar, há no Brasil um vasto campo de pesquisas e publicações referentes às contribuições de Michel Foucault para a Análise de Discurso francesa. Com diferentes *corpora* (literário, midiático, jurídico, religioso, etc.), vertentes díspares encontram respaldo nos pressupostos teóricos e metodológicos de Foucault – seja na fase arqueológica, seja na genealógica, seja ainda na da existência/estética de si – para compreender os meandros do funcionamento discursivo que atuam/regem os regimes de saber/verdade em nossa sociedade. Em face disso, em nosso próximo capítulo, dedicamos uma atenção especial a alguns conceitos foucaultianos que fundamentam a pesquisa que ora propomos.

## 2. (RE)LEMBRAR É PRECISO: NOÇÕES, REFLEXÕES E MÉTODO DE FOUCAULT À TEORIA DO DISCURSO

*“Não se trata de transferir para o domínio da história, e singularmente da história dos conhecimentos, um método estruturalista que foi testado em outros campos de análise. Trata-se de revelar os princípios e as conseqüências de uma transformação autóctone que está em vias de se realizar no domínio do saber histórico. É bem possível que essa transformação, os problemas que ela coloca, os instrumentos que utiliza, os conceitos que aí se definem, os resultados que ela obtém, não seja, até certo ponto, estranhos ao que se chama análise estrutural. Mas não é essa análise que aqui se encontra, especificamente, em jogo” (FOUCAULT, 2008a, p. 17)*

Se é fato que poderíamos dizer, como explicitado no capítulo anterior deste trabalho, que Michel Foucault não foi propriamente um analista do discurso, suas obras e, conseqüentemente, as abordagens, noções e implicações presentes nos estudos do filósofo contribuíram sobremaneira para as pesquisas sobre o discurso. Vemos desenhar-se, assim, um cenário marcado por um *ir-e-vir* constante por parte de estudiosos da corrente da Análise de Discurso (AD) francesa às obras de Foucault, para subtrair dele reflexões e questionamentos que, notoriamente, ajudam na construção de uma base teórico-metodológica de adentramento no *corpus* de maneira discursiva.

Inseridos nessa vertente teórico-metodológica, nosso trabalho se concentra em duas grandes noções foucaultianas: saber e poder. Os saberes existentes em nossa sociedade são construídos pelo/no discurso e, conseqüentemente, mantêm uma íntima relação com os regimes de poder instaurados e exercidos nessa sociedade. Foucault (2008b) explicita que saber e poder não podem ser pensados separadamente, pois são interdependentes. Da mesma forma que os saberes instauram e/ou modificam os poderes exercidos socialmente, as práticas de poder também podem instaurar/modificar os saberes existentes. Frente a isso, neste capítulo, procuramos refletir sobre as noções e métodos de Foucault que nos auxiliaram na prática analítica do *corpus* midiático em busca dos saberes ali presentes e que possibilitaram observar os processos de objetivação/subjetivação do sujeito jornalista, compreendendo as relações de poder que permitiram que esse discurso fosse construído e validado.

Assim, adentrar os caminhos propostos na arqueogeneologia foucaultiana (relação saber/poder) em consonância com os estudos da Análise de Discurso (AD) francesa acarreta problematizações acerca de diferentes conceitos, tais como história, memória, discurso, sujeito, e algumas implicações decorrentes deles, e é esse caminho que procuramos trilhar neste capítulo.

Dessa forma, nosso empreendimento, primeiramente, deve apontar para a cisão que a Arqueologia, proposta por Foucault, impõe à História das Ideias: distanciando-se dos postulados e procedimentos dessa disciplina ligada à análise tradicional da história – fixada em bases sólidas denominadas gênese, continuidade e totalização – a Arqueologia busca uma nova forma, inteiramente diferente, de fazer história daquilo que os homens disseram. Conseqüentemente, o trato dado ao “discurso” na Arqueologia será totalmente diverso do comumente feito na História das Ideias, pois o abandona enquanto “documento”, signo transparente, para tratá-lo como “monumento”, ao considerar sua opacidade importuna.

Ressaltamos a importância de tal diferenciação neste trabalho, uma vez que a Arqueologia – longe de determinar e dar prioridade entre o que seria um enunciado novo ou não – busca revelar a regularidade de dada prática discursiva. Dessa forma, já que buscamos compreender como as práticas discursivas midiáticas objetivam/subjetivam o sujeito jornalista, é preciso de antemão buscar regularidades que apontem para esse processo de objetivação/subjetivação. É também a partir dessa concepção do que é a Arqueologia que não nos empenharemos em descobrir um pseudoenunciado fundador, as invenções ou o momento primeiro em que alguém julgou estar certo de determinada verdade. Como alerta Foucault (2008a), isso nada mais é do que um mito: o de que podemos reconstituir a origem dos discursos e de que somos também a origem de nossos discursos. Levantadas tais considerações, julgamos primordial para nossa pesquisa ressaltar a diferenciação entre a História das Ideias e a Arqueologia, pois é a partir delas que vemos desenharem-se, pouco a pouco, métodos e conceitos essenciais para a análise apreendida; por adentrarmos pelo caminho da Arqueologia é que tratamos os discursos em sua especificidade, levantando regras que os regem, indo até a exterioridade para compreender melhor uma maneira de descrevê-los e interpretá-los.

## 2.1 Da História das Ideias à Arqueologia: a busca pelas regularidades dos enunciados

A partir dessas diferentes abordagens, noções como “novo” e “regular” são abarcadas de maneiras divergentes: enquanto na História das Ideias o inédito e o repetível sempre se apresentam de forma bipolar, de modo que a problemática apresentada é a da origem, na Arqueologia a ordem discursiva não pode ser estabelecida simplesmente pelos antecedentes, uma vez que está subordinada ao discurso que é analisado, ao nível escolhido, à escala estabelecida. Depreendemos, então, que uma descrição arqueológica é de outra natureza, uma vez que se preocupa com as práticas discursivas às quais se refere a sucessão dos fatos, abandonando, assim, a divisão catedrática “originalidade-banalidade”. Não há uma hierarquia de valores entre uma possível formulação inicial e as frases que tempos depois a retomam; buscar-se-á, em contramedida, estabelecer a “regularidade” dos enunciados.

Foucault (2008a), ao se deter na descrição arqueológica, procura estabelecer os pontos de distanciamento entre a História das Ideias e sua proposta arqueológica, uma vez que esta última não é uma mera extensão da primeira. Descrevendo-a como um método nem formalizador nem interpretativo, partiu do esclarecimento de noções como formações discursivas, positividade e arquivo, definindo um domínio responsável por integrar os enunciados, o campo enunciativo e as práticas discursivas. Tal projeto ainda colocava em suspenso unidades do discurso como o “livro” e a “obra”, tomadas, muitas vezes, como imediatas e evidentes. Diante desse cenário, questiona-se o filósofo: “O que pode, então, oferecer essa 'arqueologia', que outras descrições não seriam capazes de dar? Qual é a recompensa de tão árdua empresa?” (FOUCAULT, 2008a, p.154).

Como comumente faz em sua obra, Foucault levanta suspeitas que, posteriormente, desconstruirá: não estaria tal empreitada alojada no espaço já bem-demarcado denominado História das Ideias? Não. O pensador explica que não poderia estar tranquilo enquanto não se separasse da História das Ideias, apresentando de que forma sua análise arqueológica se diferencia de suas descrições (FOUCAULT, 2008a).

Destarte, demonstra-se primordial a descrição do que seria a História das Ideias, campo, segundo Foucault (2008a), incerto, de fronteiras mal desenhadas, de

métodos sem fixidez e sem retitude. O autor lhe atribui dois papéis. O primeiro, que trabalha com os elementos secundários e das margens, preocupa-se com os conhecimentos imperfeitos e não com a ciência, ou seja, com a alquimia e não com a química, com os temas atomísticos e não com a física. Trata das filosofias obscuras que acozzam a literatura, as ciências, a moral, a vida cotidiana dos homens: “a filosofia espontânea dos que não filosofam” (FOUCAULT, 2008a, p.155); enfim, abarca as linguagens flutuantes, as obras informes, os temas não ligados, preocupando-se mais com as opiniões do que com o saber, com os erros do que com a verdade, com o tipo de mentalidade do que com as formas de pensamento. O segundo papel desempenhado pela História das Ideias se constitui como um estilo de análise, ao se preocupar com as disciplinas existentes, buscando reinterpretá-las. Nesse outro campo, ocupa-se do campo histórico das ciências, literaturas e filosofias, descrevendo os conhecimentos empíricos basilares e não refletidos para as formalizações posteriores; parte das representações recebidas e/ou adquiridas à gênese dos sistemas e obras, mas, também, de como se dá a decomposição dessas figuras constituídas, ou seja, de como os temas se desatam.

Dessa forma, como explica Foucault (2008a), a História das Ideias estuda as origens e os fins, “a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história” (FOUCAULT, 2008a, p.156). Tal disciplina abarca, ainda, os intermediários, as formas como os saberes científicos se difundem, mostrando de que forma noções e temas emigram do campo filosófico para os discursos científicos ou políticos. Limita-se a descrever as obras que se inscrevem em um centro comum, de modo a uni-las umas às outras, inserindo-as em tudo o que não é obra.

Os dois papéis exercidos pela História das Ideias estão sobremaneira intrincados um ao outro, porquanto estabelecem a passagem da não filosofia à filosofia, do que não é científico à ciência; ou seja, do nascimento e das permanências obstinadas a mudanças aparentes, das figuras globais ligadas pouco a pouco, ao condensamento em uma obra (FOUCAULT, 2008a). Logo – estabelece Foucault (2008a) – a disciplina então denominada História das Ideias está fixada em bases sólidas denominadas gênese, continuidade e totalização, ligando-se a uma análise tradicional da história.

A descrição arqueológica, assim, opõe-se a essa História das Ideias, afastando-se de seus procedimentos e postulados, na busca de “fazer uma história



inteiramente diferente daquilo que os homens disseram” (FOUCAULT, 2008a, p. 156). Na busca por estabelecer a separação entre uma e outra, Foucault esclarece que são numerosos os pontos de divergência, mas que se deterá em quatro pontos primordiais: a determinação da novidade, a análise das contradições, as descrições comparativas e a demarcação das transformações. A partir desses pontos, o filósofo procura dar a compreender as particularidades da análise arqueológica e medir sua capacidade descritiva. Estabelecem-se a seguir os quatro princípios diferenciadores da Arqueologia.

1) A Arqueologia procura definir os “discursos” enquanto “práticas” sujeitas às regras em vez de definir pensamentos, representações, imagens e temas ocultados ou manifestados nos discursos. O discurso não é tratado como “documento”, signo transparente, mas, devido à sua opacidade importuna, deve ser tratado como “monumento”, de modo a reencontrar a “profundidade essencial”. A Arqueologia, explica Foucault (2008a), não é uma disciplina interpretativa: não busca mais o “outro discurso” oculto. “Recusa-se a ser alegórica” (FOUCAULT, 2008a, p.157).

2) A Arqueologia se afasta do elemento que liga, numa transição contínua, os discursos aos que os precederam e aos que os seguem, nem busca a origem de seu surgimento ou o momento em que perdem sua identidade. Diferentemente, sua problemática é tratar os discursos em sua especificidade, apontando a maneira pela qual as regras que os regem são irreduzíveis e buscando na exterioridade que os cerca uma melhor forma de descrevê-los. Em decorrência disso, não partirá da opinião à estabilidade da ciência e singularidade do sistema, pois se trata de uma análise diferencial das diversas modalidades de discurso.

3) A Arqueologia abre mão da soberania da “obra”, assim como do momento em que se desvinculou do horizonte anônimo. A “obra” não lhe é pertinente, nem mesmo em seus pontos de contato com o contexto global e as redes de causalidade que a regem. Desvincula-se do momento de encontro entre o social e o individual. Em contramedida, perscruta regras de práticas discursivas que atravessam as obras individuais e muitas vezes as regem inteiramente (ou só parcialmente), de modo a não permitir que nada lhes escape. Questiona-se o sujeito criador enquanto responsável por determinada obra e, conseqüentemente, por seu princípio organizador.

4) A Arqueologia abandona a reconstituição do que foi almejado, intencionado, pensado pelos homens no momento em que proferiram o discurso.

Recusa a simbiose identitária entre autor e obra, na qual o pensamento fica alojado e próximo de si, onde a linguagem ainda não rumou para a dispersão espacial e sucessiva do discurso. Dessa forma, ela não busca repetir o “já dito”, nem reencontrar sua identidade; muito menos busca a “luz longínqua” e “precária” da origem do dizer. A Arqueologia é nada mais nada menos que uma reescrita: “na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto” (FOUCAULT, 2008a, p.158).

Uma vez delimitados os campos em que se inscrevem a História das Ideias e a Arqueologia, cabe ressaltar a maneira pela qual cada uma das disciplinas abordará as formulações no discurso, enfim, como são tratados o original e o regular nessas duas diferentes concepções.

Para a História das Ideias, como explica Foucault (2008a), o campo do discurso é tratado, em geral, como domínio de dois valores, dois campos antagônicos: o novo e o antigo; o inédito ou repetido; o tradicional e o original. Consequentemente, a abordagem e o “status” dados a cada um deles serão diferenciados. Valorizar-se-á o novo, o inédito – formulações que aparecem em menor número e servirão de molde para as posteriores – em detrimento do banal, do cotidiano, do repetível. A primeira formulação (novo) seria responsável pelas invenções, pelas mudanças, pela forma como a verdade suplantou o erro e pelas sucessivas alterações que permitiram chegar ao atual estágio. Diferentemente, o segundo grupo trata a história como inércia, “acúmulo do passado e sedimentação silenciosa das coisas ditas” (FOUCAULT, 2008a, p.159). Cada um desses dois campos, assim, tratará os enunciados diferentemente do outro.

Quanto ao regular, os enunciados são tratados em conjuntos, massas, extinguindo a importância do seu autor, do momento e do lugar nos quais emergiram. De acordo com Foucault (2008a), neutraliza-se a singularidade de acontecimento do enunciado. Tratado este segundo sua extensão (uma série de figuras globais), observam-se os limites da repetição (até quando se repetem), o delineamento dos horizontes que, posteriormente, serão responsáveis por demarcar as diferenças entre uma época e outra. Quando do novo, observa-se a forma como se dá a sucessão de acontecimentos do pensamento. Assim, “no primeiro, reconstituímos a emergências das verdades ou das formas; no segundo,

restabelecemos as solidariedades esquecidas e remetemos os discursos à sua relatividade” (FOUCAULT, 2008a, p.160).

A História das Ideias trabalhará com essas duas frentes, de uma à outra, estabelecendo relações, sem tratá-las como elementos isolados, no seu estado puro. Descreve as lutas entre o antigo e o novo, as formas de resistência do tradicional, a suplantação deste pelas novas descobertas, mas, também, a migração do original para o tradicional (FOUCAULT, 2008a). Não obstante, como explica Foucault (2008a), a disciplina tratará tal entrecruzamento sempre na forma bipolar do antigo e do novo, buscando a problemática da origem, ou seja, procurando o ponto de ruptura, estabelecendo fronteiras bem-delimitadas entre o inédito e o repetido. Isso gera dois problemas metodológicos, segundo o filósofo francês: o da semelhança e o da sequência. Neste sentido, existiria uma única e grande série, na qual se poderiam demarcar formulações datadas por marcos cronológicos homogêneos.

Foucault (2008a) critica tal visão, uma vez que a precedência não deve ser utilizada para avaliar os discursos estabelecendo o que é novo e o que é repetido, pois não é um dado irreduzível e primeiro. A ordem discursiva não pode ser estabelecida simplesmente pelos antecedentes, uma vez que está subordinada ao discurso que é analisado, ao nível escolhido, à escala estabelecida. Assim, quando se estabelece um calendário com datas para os elementos dos discursos, não se encontrará a hierarquia que rege as precedências e originalidades, mas tão somente os sistemas dos discursos que se deseja valorizar.

Quando trata da semelhança entre as formulações, da problemática existente na indefinição dos critérios utilizados para estabelecer que “isto já foi dito”, de que o conteúdo de um determinado texto já se encontra em outro, alerta o autor: “Sabemos que o fato de duas enunciações serem exatamente idênticas, formadas pelas mesmas palavras usadas no mesmo sentido, não autoriza a que as identifiquemos de maneira absoluta” (FOUCAULT, 2008a, p.161). Dessa forma, o filósofo explica que não poderíamos tratar uma mesma formulação presente na obra de diferentes estudiosos como único e mesmo acontecimento discursivo submetido a uma série de repetições. A identidade não é um critério, principalmente quando parcial, quando as mesmas palavras são empregadas, mas com sentidos diferentes.

A tarefa de julgar os textos analisados como originais – pela falta de um eventual ancestral – não é legítima, e só é possível, conforme Foucault (2008a), em

limites e domínios muito bem fechados e definidos, de campos discursivos suficientemente homogêneos; logo, buscar em todo texto a forma como se assemelha “antecipadamente” a algum texto anterior ou a origem primeira dos dizeres, quem sabe sua singularidade de original, nada mais é do que “passatempos simpáticos, mas tardios, de historiadores de calças curtas” (FOUCAULT, 2008a, p.162).

Diferentemente, uma descrição arqueológica é de outra natureza: preocupa-se com as práticas discursivas às quais se refere a sucessão dos fatos, abandonando, assim, a divisão catedrática “originalidade-banalidade”. Não há uma hierarquia de valores entre uma possível formulação inicial e as frases que tempos depois as retomam; buscar-se-á, em contramedida, estabelecer a “regularidade” dos enunciados. Foucault (2008a) ressalta que “regularidade” não é o oposto da “irregularidade” (enunciado desviante, anormal, profético), mas serve para designar “qualquer *performance* [grifo do autor] verbal (extraordinária ou banal, única em seu gênero ou mil vezes repetida), o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define sua existência” (FOUCAULT, 2008a, p.163), correlacionando-se a um campo efetivo do qual emergiu. Nessa perspectiva, todo enunciado porta em si certa regularidade da qual é impossível se desassociar. Em vez de comparar a regularidade de um enunciado à irregularidade de outro, cabe relacioná-la com a regularidade presente em outros enunciados.

Nesse cenário, a Arqueologia não busca o pseudo-enunciado fundador, as invenções, o momento em que alguém julgou estar certo de uma verdade; o que ela pretende é revelar a regularidade de determinada prática discursiva que se exerce da mesma maneira, seja nos sucessores menos, seja nos mais originais. A regularidade não é menos operante na descoberta e mais ativa no texto que repete e difunde. Foucault (2008a) propõe que a descrição arqueológica não pode tratar de maneiras diferenciadas os enunciados criadores – responsáveis por fazer surgirem as coisas novas, as informações inéditas – e os enunciados imitativos – os que recebem, difundem e repetem as informações. O campo enunciativo é totalmente ativo, e não uma placa inerte onde se escondam momentos fecundos.

A regularidade enunciativa irá caracterizar um conjunto de enunciados, sem que seja necessário estabelecer uma diferenciação entre o que seria novo e o que não o seria (FOUCAULT, 2008a). Segundo Foucault (2008a), as regularidades discursivas não se dão de maneira definitiva: há campos homogêneos de

regularidades enunciativas – responsáveis por caracterizar uma formação discursiva –, todavia esses campos são diferentes entre si. Ressalta-se, também, que uma mudança de determinado campo de regularidades enunciativas para outro não precisa, necessariamente, mobilizar e mudar todos os demais níveis do discurso:

Podemos encontrar performances verbais que são idênticas do ponto de vista da gramática (vocabulário, sintaxe e, de uma maneira geral, a língua); que são igualmente idênticas do ponto de vista da lógica (estrutura proposicional, ou sistema dedutivo no qual se encontra situada); mas que são enunciativamente diferentes. [...] É preciso, pois, distinguir entre analogia linguística (ou tradutibilidade), identidade lógica (ou equivalência) e homogeneidade enunciativa (FOUCAULT, 2008a, p.164).

É exclusivamente com as “homogeneidades enunciativas” que a descrição arqueológica irá se preocupar. Consequentemente, a Arqueologia pode descrever uma prática discursiva nova em formulações linguísticas idênticas ou logicamente equivalentes ou pode passar por cima da heterogeneidade de campos semânticos ou organizações diferentes que apresentem entre si uma regularidade enunciativa.

Diante dessa configuração, segundo Foucault (2008a), projetam-se desligamentos e novas articulações. Recusa-se a ideia de um projeto inaugural, de um princípio geral que estabeleça uma nova fase na história dos discursos; não há uma origem absoluta, nem uma revolução total a partir do qual tudo se organize. O estudioso explica que a Arqueologia trata de acontecimento de diferentes tipos e níveis, configurados em tramas históricas próprias, de forma que uma homogeneidade enunciativa não determinará por um longo período de tempo como os homens vão agir e pensar a mesma coisa. Não há uma série de princípios gerais dos quais resultem todos os discursos, mas um entrecruzamento entre a homogeneidade e a heterogeneidade enunciativas, abertas a mudanças ou continuidades, ao novo ou repetível, sem que haja um domínio de uma sobre a outra. Cabe ao analista observar e inventariar nesse entrecruzamento certo número de relações e interdependências.

Ainda conforme Foucault (2008a), há uma hierarquia interna às regularidades discursivas que, não obstante, também devem ser analisadas e descritas. Para tanto, precisa-se considerar tudo que até então já tenha sido posto: todo enunciado comporta em si uma regularidade, não sendo nunca uma sombra de um enunciado fundador. O campo enunciativo é regular e vigilante, e nele qualquer mero enunciado apresenta o jogo das regras pelas quais forma “seu objeto, sua

modalidade, os conceitos que utiliza e a estratégia de que faz parte” (FOUCAULT, 2008a, p.165-166). Neste sentido, as regras não estão na superfície das formulações, mas atravessam-nas e constituem junto com elas um espaço de coexistência. Existiriam enunciados em que tais regras seriam empregadas de forma mais geral e aplicável e, a partir deles, emergiriam demais objetos, conceitos, modalidades enunciativas, escolhas estratégicas com regras menos gerais e de caráter mais específico. Resulta daí, nas palavras de Foucault (2008a), uma “árvore de derivação enunciativa”:

[...] em sua base, os enunciados que empregam as regras de formação em sua extensão mais ampla; no alto, e depois de um certo número de ramificações, os enunciados que empregam a mesma regularidade, porém mais sutilmente articulada, mais bem delimitada e localizada em sua extensão (FOUCAULT, 2008a, p.166).

É a partir desse entendimento que a Arqueologia poderá constituir a árvore de derivação de determinado discurso. Nas raízes dessa árvore encontra-se o que Foucault (2008a) denomina de “enunciados reitores”, aqueles que apontam para as estruturas mais aparentes, observáveis, aos campos de objetos possíveis. Estes são os responsáveis por conferir possibilidades mais gerais, constituindo, assim, a base para a construção de um domínio de conceitos, de maiores possibilidade de opções ulteriores.

No curso de um florescimento, as extremidades dos ramos comportariam as descobertas e as transformações conceituais, o surgimento de noções inéditas e de atualizações de técnicas; no entanto Foucault (2008a) chama a atenção para o fato de que derivação não pode ser tomada como o germinar de uma ideia geral, nem como o desenvolvimento gradual de um núcleo filosófico ou a gênese psicológica que permitiria o desenvolvimento a partir de pequenas descobertas de consequências e a ampliação das possibilidades. Ao contrário, tais derivações devem ser tomadas segundo suas próprias autonomias. Decorre daí que a descrição arqueológica prescinde dos pontos de partidas, das primeiras descobertas e/ou abordagens, uma vez que “a ordem arqueológica não é nem a das sistematicidades, nem a das sucessões cronológicas” (FOUCAULT, 2008a, p.167).

Não obstante, Foucault (2008a) esclarece que as diferentes ordens, ainda que específicas e autônomas, possuem pontos de relações e dependências, mas que, apesar dos diversos ordenamentos (há determinadas formações discursivas

que apresentam um ordenamento próximo ao da ordem sistemática), a descrição arqueológica não irá caminhar em busca da formulação original, da “descoberta” inicial, enfim, do princípio geral do qual se pensa emergir a lei das regularidades enunciativas. A derivação arqueológica não irá reproduzir a ordem cronológica, nem um esquema dedutivo para as regularidades dos enunciados.

Assim sendo, quando tratamos da Arqueologia em oposição à História das Ideias e da maneira como tal disciplina trabalha as regularidades discursivas, observamos que a homogeneidade enunciativa nada mais é que um recorte temporal; ou seja, não comporta todas as demais formas de identidade e diferenças que podem ser observadas na linguagem, pois, se assim fosse – como explica Foucault (2008a) –, conceberíamos uma ideia totalitária de que, a partir de certo momento e acontecimento, todos pensariam da mesma maneira e, ainda, com as diferenças nas superfícies, diriam a mesma coisa, produzindo um grande discurso possível de ser percorrido em todos os sentidos. Ao analista de discurso, então, cabe a tarefa de abandonar as grandes unidades chamadas “épocas” e, em seu lugar, trabalhar com o conceito de “períodos enunciativos” que “se articulam no tempo dos conceitos, nas fases teóricas, nos estágios de formalização e nas etapas de evolução linguística, mas sem se confundir com eles” (FOUCAULT, 2008a, p.167).

Observamos, assim, o filósofo ir delineando sua proposta arqueológica com base em conceitos-chaves como “discurso”, “enunciado”, “formação discursiva”, “regularidades discursivas”. Tais noções não se dão prontamente na obra de Foucault, mas vão se construindo aos poucos, delineando-se, de forma a não simplificá-las e, mais do que isso, apresentar conjuntamente um caminho teórico-metodológico que o analista deve empreender para a realização do exercício de análise.

Foucault (2008a) irá denominar discurso como:

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008a, p. 133).

Todavia, o discurso, como propõe Foucault (2008a), não é algo meramente repetível e seu aparecimento não poderia ser facilmente assinalado na história. O

filósofo explica que o discurso é uma “prática” – como já anteriormente mencionado neste capítulo – um “fragmento de história”, unidade e mesmo descontinuidade nessa própria história. É essa história que impõe os limites, os recortes, as transformações e os modos específicos da temporalidade do discurso, portanto não se trata de marcar seu surgimento abrupto no interior das cumplicidades do tempo.

Segundo Veyne (1998), a tese central de Foucault e, para o estudioso, a mais original, foi a de demonstrar que “o que é feito”, o objeto, está relacionado com o que foi o “fazer” em determinado momento histórico; logo, o “fazer”, a prática, não se explica pelo “o que é feito”. Dessa forma, pensar o “discurso” como prática é compreender um universo “material”, pois, segundo Veyne (1998), a história nada mais é que a história contada pelos homens e chamada de “verdade”, a luta histórica sempre gira em torno dessas verdades. Assim Veyne (1998) define a “prática”:

[...] a prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). Se a prática está, em certo sentido, ‘escondida’, e se podemos, provisoriamente, chamá-la de ‘parte oculta do iceberg’, é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase totalidade de nossos comportamentos e da história universal [grifos do autor] (VEYNE, 1998, p. 248).

É a partir dessa compreensão que podemos afirmar que os enunciados por nós analisados nesse trabalho se constituem em práticas discursivas, pois constroem um discurso, um regime de verdades sobre a figura do jornalista. Foram os discursos a respeito da figura do jornalismo que possibilitaram, por exemplo, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de dispensar o diploma como requisito obrigatório para o exercício do jornalismo; ou seja, é o discurso realmente exercido como uma “prática”.

A prática se refere àquilo de que falam os historiadores: o que as pessoas fazem. Logo – explica Veyne (1998) – se a palavra “discurso” remete ao que é dito e a palavra “prática” ao que é praticado, o convite de Foucault é o de compreender e analisar o que é efetivamente dito, mas que muitas vezes os sujeitos não sabem: os sujeitos acreditam dizer de forma livre, mas estão submetidos a uma gramática específica, às práticas históricas. Para Veyne (1998), sob o discurso consciente há gramáticas e práticas que fazem o sujeito acreditar que as coisas são o que são, mas na verdade sobre tudo que é dito há silenciamentos, reentrâncias, reticências, chamados de “amplos drapeados” pelo autor. Assim, como explicita Veyne (1998),



trata-se de compreender que as coisas nada mais são que a objetivação de práticas determinadas, e que tais determinações devem ser colocadas à luz, uma vez que a consciência não as concebe. Destarte, as coisas, os objetos são correlatos das práticas e toda prática depende de suas transformações, pois, para Foucault (2008a), tudo é histórico e tudo depende de tudo: “em vez de um mundo feito de sujeitos ou então de objetos e de sua dialética, [...] são as estruturas [relações, as práticas] que dão seus rostos objetivos à matéria” (VEYNE, 1998, p. 275).

Para Veyne (1998), então, toda história é arqueológica por natureza, pois explicitar a história é, em primeiro lugar, vê-la como um conjunto, correlacionando dados objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivizam; no entanto, não se trata de relacionar essas práticas a uma causa única, mas sim, a todas as práticas vizinhas nas quais estão ancoradas. O autor alerta que, dessa maneira, o discurso não pode ser visto como uma suprarrealidade, diferente do mundo “real”; segundo ele, Foucault não propunha a divisão entre a realidade e a aparência, não há objetos naturais em seu horizonte de prometedora racionalidade, o filósofo devolve à realidade “sua originalidade irracional”, histórica (VEYNE, 1998, p. 281).

Nesse sentido, compreendendo o discurso como prática, mas também como um conjunto de enunciados. Qual seria o *status* do próprio enunciado? O enunciado não deve ser tratado como uma estrutura, uma unidade, mas, conforme Foucault (2008a, p.98), como uma função de existência em que se entrecruzam “um domínio de estruturas e de unidades possíveis”, permitindo seu aparecimento em conteúdos concretos no tempo e no espaço. Assim, a busca por descrever um enunciado caminha pela descrição das condições que permitem a realização de tal função, possibilitando a uma série de signos uma existência específica (FOUCAULT, 2008a).

## **2.2 O desempenho da função enunciativa**

Pelo visto, uma análise discursiva pautada nos pressupostos de Foucault deve compreender o enunciado como uma “função” – função enunciativa – que, conforme Foucault (2008a), constitui-se de um referencial, uma posição de sujeito, um campo associado e um suporte material. Ressaltamos a importância de aplicar a noção de “função enunciativa” no processo de descrição e interpretação discursiva dos objetos que tomamos como *corpus* de nosso processo de análise. Como

procuraremos mostrar analiticamente, a descrição do exercício da função enunciativa nos enunciados sob análise pode dar visibilidade às práticas discursivas identitárias que objetivam/subjetivam o sujeito jornalista, possibilitando a compreensão dos mecanismos de produção de sentidos dos enunciados sobre os quais nos debruçamos.

O referencial é o correlato do enunciado, seu “tema”, aquilo de que se fala ou com que se relaciona. Foucault (2008a) explica que esse correlato do enunciado refere-se a um conjunto de domínios nos quais objetos podem aparecer e relações podem ser assinaladas, mas que não são constituídos de “coisas”, de “realidades”, de “fatos”. O referencial, segundo o filósofo, é constituído de “leis de possibilidade, de regras de existência para objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 103).

Nesse sentido, é o referencial que possibilita o sentido à frase, o valor de verdade à proposição, na medida em que se firma como condição, lugar e campo de emergência dos objetos e coisas e de suas relações colocadas em jogo no próprio enunciado. A descrição enunciativa dá-se, então, por meio da relação presente entre o enunciado e os espaços de diferenciação – estes, criados pelo próprio enunciado.

Assim como observar o referencial de um enunciado, faz-se necessário também deter-se no sujeito, com o qual o enunciado mantém uma íntima relação; porém esse sujeito não é um elemento gramatical de primeira pessoa presente numa frase, nem um indivíduo que tenha escrito algum material. Conforme Foucault (2008a), para que um conjunto de signos exista é preciso um “autor”<sup>6</sup> da formulação, uma instância produtora que não seja idêntica ao sujeito do enunciado. O pensador francês expõe que o sujeito do enunciado é uma função vazia e determinada, não idêntica entre um enunciado e outro. Trata-se de uma função vazia, pois pode ser ocupada por indivíduos díspares, indiferentes na formulação dos enunciados. Assim também, um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes “posições”, alternadamente, assumindo o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2008a).

Nesse entendimento, é possível que num mesmo texto não haja apenas uma posição sujeito uniforme e presente em todo o seu transcorrer, mas também uma

---

<sup>6</sup> Foucault (2009, p. 26) ao diferir a noção de “autor” do indivíduo que escreveu um texto, define-o como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”.

variável, podendo transmutar-se de uma frase a outra. Vemos, como aponta Foucault (2008a), que a posição sujeito é um dos traços da função enunciativa, o que permite descrevê-la e compreender seu funcionamento. Decorre daí, como explicita Foucault (2008a, p. 108), que na descrição de uma formulação enquanto enunciado não se buscará a relação direta entre o enunciado e o autor de sua formulação, tampouco as implicações a ela inerentes tal como o que o autor quis dizer ou disse sem querer, mas sim, “qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”.

Levantados alguns apontamentos da posição sujeito, podemos tratar da terceira característica da função enunciativa, a existência do domínio associado. Como expõe Foucault (2008a), para que haja enunciado é preciso, além de um campo de objetos e de uma relação com o sujeito, relacioná-lo com todo um campo adjacente, porquanto todo enunciado mantém uma relação com outros enunciados. De acordo com o filósofo, é o campo associado que permite uma série de signos ou uma frase tornarem-se um enunciado, terem um contexto determinado.

O campo associado é constituído por uma série de outras formulações, dentro das quais o enunciado está inscrito e forma um elemento, de formulações às quais o enunciado se refere, seja de forma explícita ou implícita, para refutar, assimilar, contestar, adaptar e de formulações posteriores propiciadas pelo próprio enunciado como sua sequência, consequência ou réplica. É também constituído de formulações dotadas de um *status* compartilhado com o enunciado em questão – independentemente da ordem linear – com as quais se valorizará, se apagará ou poderá ser oferecido como objeto possível de um discurso futuro (FOUCAULT, 2008a).

Observamos que “uma sequência de elementos linguísticos só é enunciada se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular” (FOUCAULT, 2008a, p. 111). Foucault (2008a) argumenta que o enunciado não é uma simples projeção de representações e de situações determinadas sobre o plano da linguagem, nem é a utilização, por um sujeito falante, de determinados elementos e regras linguísticas, mas delinea-se em um campo enunciativo, onde tem um *status* e um lugar, o que lhe permite relacionar-se com o passado e abrir-se a um futuro eventual. Destarte, compreendemos que não há enunciado livre e neutro, pois a todo o momento o enunciado faz parte de uma série ou de um conjunto, no qual desempenha um papel juntamente com os outros enunciados, seja

para apoiar-se neles, seja para se distinguir dos demais – uma parte integrante do jogo enunciativo. Nesse ponto, o filósofo francês é enfático: “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2008a, p.112). Cabe ressaltar que o enunciado não se marca como um princípio de individualização de todo um conjunto significativo, mas, ao contrário, é ele que situa tais unidades significativas num espaço em que estas podem multiplicar-se e acumular-se (FOUCAULT, 2008a).

Por fim, podemos tratar do quarto elemento da função enunciativa: o suporte material. Para que uma sequência de conjuntos linguísticos possa ser considerada enunciado é preciso que tenha existência material. Como questiona Foucault (2008a), como podemos falar de enunciado sem uma voz que o tenha enunciado, sem uma superfície material onde tenham sido registrados os signos, sem sua materialização em um elemento sensível, sem sua marca em um espaço da memória e do espaço? O autor explica que, mesmo que dissimulado, condenado ao esvanecimento, todo enunciado sempre se apresenta em uma espessura material que, antes um suplemento, é parte constituinte do enunciado, pois “as coordenadas e os *status* material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos [grifos do autor]” (FOUCAULT, 2008a, p. 113).

A partir desse entendimento, podemos dizer que exatamente as mesmas palavras dispostas num cartaz afixado numa universidade, ou num livro jurídico, ou numa conversa, não constituem um mesmo e único enunciado, pois devido às suas especificidades, *status* e lugar, produzem um enunciado próprio, com sentidos por vezes diferentes. Foucault (2008a) vai ressaltar que a materialidade para um enunciado é muito mais que um princípio de variação, de alteração dos critérios de reconhecimento ou de determinação dos subconjuntos linguísticos; conforme já dito, a materialidade é constituinte de um enunciado, uma vez que ele precisa de “uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2008a, p.114).

Em que pese a isso, é imprescindível marcar que um enunciado pode, sim, repetir-se em materialidades diferentes; o que não se repete de forma alguma é a “enunciação”, compreendida por Foucault (2008a) como o acontecimento em que é emitido um conjunto de signos e que, por isso mesmo, carrega em si uma singularidade situada e datada. Pode-se, assim, falar de enunciações distintas que projetam o mesmo enunciado. Decorre daí que há diferenças ínfimas que não são

capazes de alterar a identidade de um enunciado<sup>7</sup>, mas há condições e limites que fazem surgir um novo enunciado. Uma dessas condições estabelece que a identidade do enunciado está sujeita a um “regime complexo de instituições materiais”, ou seja, é “mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal” (FOUCAULT, 2008a, p. 116). Outro conjunto de condições e limites ao qual está submetida a identidade do enunciado, conforme Foucault (2008a), é o imposto por outros enunciados dentro dos quais se configura o enunciado em questão, pelo domínio a partir do qual ele é utilizado ou aplicado, assim como pela função e/ou papel que deve desempenhar. Assim, um enunciado tem a peculiaridade da repetição, mas dentro de condições estritas.

Caminhamos, assim, para a noção de “arquivo”, que a princípio é definido por Foucault (2008a) como o conjunto de todos os sistemas de enunciados. O filósofo explica que tal noção não pretende abarcar todos os textos guardados por uma cultura em seu poder, nem mesmo todas as instituições que puderem registrar e conservar os discursos dos quais a sociedade quer manter lembrança e sempre a disposição. Trata-se de observar que todas as coisas ditas pelos homens não surgiram simplesmente pelas leis do pensamento, por jogo de circunstâncias, nem pela sinalização de performances verbais fruto de uma ordem do espírito ou das coisas, mas por todo um jogo de relações que caracterizam o nível discursivo, produtos de regularidades específicas (FOUCAULT, 2008a). De acordo com o pensador francês, é compreender que se há coisas ditas – e somente as ditas –, o ponto de adentramento é pelo sistema da discursividade, pelas leis de possibilidade e de impossibilidades enunciativas, e não pelo questionamento da razão das coisas em si que foram ditas ou recorrendo aos homens que disseram:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (FOUCAULT, 2008a, p. 147)

---

<sup>7</sup> Foucault (2008a) exemplifica que as várias edições e os vários exemplares de um mesmo livro, mas impressos em papéis diferentes, em locais distintos e em datas não equivalentes carregam o mesmo enunciado.

Tal entendimento do “arquivo” não procura conservar o enunciado do acontecimento, mas atua na própria base do “enunciado-acontecimento”, na raiz na qual se define, desde a gênese, o “sistema de sua enunciabilidade”, o “sistema de seu funcionamento” (FOUCAULT, 2008a). De acordo com Foucault (2008a), o “arquivo” não busca agrupar tudo o que foi dito em “um” discurso, mas é o próprio princípio de diferenciação dos discursos em suas múltiplas existências, especificando sua duração. Assim, o “arquivo” é o que permite o surgimento de tantos enunciados sob a forma de acontecimentos regulares, de coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação, expõe o filósofo. Ou seja, “é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2008a, p. 148). Sendo assim, alerta o teórico, não é possível descrever todo o arquivo de uma sociedade, cultura, civilização, nem mesmo de nossa época, visto que é a partir dele que podemos falar, que permite o aparecimento de nossos discursos; ele não é descritível em sua totalidade, dá-se por fragmentos, níveis. Sua descrição se faz cada vez mais possível quanto mais nos afastamos daquilo que nos delimita, dos nossos discursos, a partir do corte que estabelece o que não se pode mais dizer, enfim, o que está fora das práticas discursivas vigentes.

Conforme Foucault (2008a), não se trata de buscar a origem, a gênese de um discurso, mas descrever (interrogando) o que já foi dito, a função enunciativa que está se exercendo, a formação discursiva da qual pertence, o sistema geral do arquivo do qual faz parte, pois “a arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 2008a, p. 49). Inicia-se então uma caminhada rumo àquele território que foge à simples vontade e querer do sujeito, à dispersão e (re)encontro dos sentidos que lhe escapam, fogem, mas que, principalmente, estão presentes em seu discurso<sup>8</sup> – território dos jogos enunciativos, onde os enunciados, dóceis ou rebeldes a interesses, podem circular, servir, esquivar-se, permitindo ou não a realização de desejos, regidos por uma ordem de contestações e de lutas, tornando-se motivo de apropriação e/ou de rivalidades (FOUCAULT, 2008a).

---

<sup>8</sup> Na AD, conforme expõe Sargentini (2004), a ideia de um sujeito livre de qualquer determinação sociológica, neutro e transparente a si mesmo – “eu falo” – desconstrói-se com as problematizações marxistas – “fala-se” – e reflexões freudianas – “isto fala” – instauradas nos estudos da linguagem.

### 2.3 Saber e Poder: a inscrição de um regime de verdade(s)

Toda essa analítica do discurso e do enunciado caminha para uma relação profícua com a questão do poder. Como já ressaltado nas considerações iniciais deste trabalho, não há como dissociarmos a questão do saber da do poder, uma vez que os saberes são construídos de maneira a legitimar o exercício do poder, mas também os poderes existentes são capazes de alterar o regime de saber em uma sociedade. Quando pensamos a mídia como uma esfera produtora e disseminadora de informação, não corremos o risco quando a julgamos uma esfera que em nossa sociedade produz o saber, mas em que o poder é exercido também. Afinal, nos perguntamos: “quem tem o direito de falar na mídia?”. Sabemos que não é qualquer um que a qualquer momento pode fazer isso. A partir do entendimento de que nossa pesquisa tem de tratar da relação entre saber e poder, trazer a discussão realizada por Foucault sobre o poder é, antes de tudo, uma forma de ressaltar quanto o exercício do poder, vinculado aos discursos que se originaram após a decisão judicial, incide diretamente sobre os sujeitos. Podemos verificar isso no momento em que observamos que, a partir dessa decisão – que é também uma forma de exercício do poder – pessoas outras que não aquelas portadoras de diploma na área começaram a atuar na atividade de jornalista, que muitos cursos de Jornalismo no Brasil estão revendo suas matrizes curriculares e que muitos sujeitos estão abandonando ou mesmo não mais se matriculando nesse curso, etc.

Nessa análise, o sujeito passa a ser objetivado por “práticas divergentes”, dividido no interior de si mesmo e submetido a regimes e técnicas disciplinares; trata-se das “sociedades disciplinares” (GREGOLIN, 2006). Todavia, ressaltamos que a questão do poder em Foucault está desarticulada da concepção do poder isolado somente nas macroestruturas da sociedade; ao contrário, o poder é exercido e está disperso nas mais ínfimas relações humanas. Além de esse poder ser “micro”, espalhado em todas as relações da sociedade, ele é, principalmente, produtor de saber. De acordo com Machado (2008), não há em Foucault algo unitário e global chamado poder, mas “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (MACHADO, 2008, p. 10); em vez de ser uma “coisa”, um “objeto natural”, o poder deve ser compreendido como uma “prática social”, construída historicamente.

Não obstante, a elaboração dessa concepção de poder não se deu de forma pronta em Foucault. O filósofo ressalta a dificuldade que teve em formular a relação entre o discurso e a questão do poder. Na proposta por ele apresentada, o poder deixa de ser ligado à soberania, aos aparelhos de Estado, às grandes instituições, ao outro, e deixa de ser visto como algo global. Para Machado (2008), essa foi a grande contribuição do projeto genealógico: deixou de ver no Estado a peça fundamental para a investigação do poder. Nas palavras do autor, “viu-se delinear claramente uma não sinonímia entre Estado e poder” (MACHADO, 2008, p. 11). Nesse sentido, o que se observa são exercícios de poder diferentes do Estado, que podem estar a ele articulados de maneiras díspares e que, principalmente, são indispensáveis para a sua própria sustentação e atuação (MACHADO, 2008).

A partir desse entendimento, deve-se observar como o poder se exerce “concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas” (FOUCAULT, 2008b, p. 06), dando importância às “malhas mais finas da rede do poder”, no funcionamento geral de suas engrenagens, não somente à sua significação econômica. Distante da dicotomia do poder em um nível macro ou micro, o poder deve ser observado nas formas mais regionais e concretas, atingindo materialmente a vida dos sujeitos, no nível do “próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micropoder ou subpoder” (MACHADO, 2008, p. 12). Conforme Machado (2008), esse entendimento irá refletir-se tanto no espaço da análise como no nível em que ela se efetua, uma vez que os procedimentos técnicos de poder incidem num controle minucioso e detalhado no corpo, nos gestos, atitudes, comportamentos, discursos, etc.

Como observa Machado (2008), tais poderes periféricos, moleculares, não são confiscados ou absorvidos pelo aparelho de Estado, pois não nasceram necessariamente deste foco central, assim como aqueles que porventura surgiram fora Estado não são compulsoriamente reduzidos a ele; ou seja, os poderes se exercem nos mais diversos níveis e pontos da rede social, podendo ou não estar integrados ao poder do Estado (MACHADO, 2008). De acordo com Machado (2008), transformações ocorridas no nível capilar não estão necessariamente ligadas às transformações do Estado. Isso reflete, segundo o autor, a preocupação de Foucault nas análises que empreendeu: não é preciso partir do centro para a periferia, do macro para o micro, para dar conta de uma análise do nível molecular de exercício



do poder. Procurando se insurgir contra a ideia de que “o Estado seria o órgão central e único de poder”, de forma que toda a rede de poderes da sociedade moderna estaria atrelada e ligada a esse poder central, sendo uma mera extensão dos efeitos produzidos por tal esfera, Foucault propõe “partir da especificidade da questão colocada”, ou seja, do poder que está intimamente ligado à produção de dados saberes (como a psiquiatria e a sexualidade), analisar como tais micropoderes “se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado” (MACHADO, 2008, p. 13). Enfim, é preterir uma análise descendente em favor de uma análise ascendente.

Dada essa nova concepção de poder, Machado (2008) expõe que não houve uma transferência de lugar, do Estado para a periferia, pois o poder não está presente ou localizado em um lugar específico da estrutura social. O poder funciona como uma rede de mecanismos e dispositivos nos quais todos estão imersos, portanto, do qual ninguém escapa; não há exterior, limite ou fronteira possível (MACHADO, 2008). Conseqüentemente, como explicita Machado (2008), o poder não pode ser visto como uma “coisa”, uma propriedade que alguém possui ou não; não há de um lado os que detêm poder e de outro os desprovidos de poder:

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, 2008, p. 14).

Machado (2008) expõe que compreender o poder como uma relação é vislumbrar que até mesmo as relações de resistência ao poder, as lutas, não são feitas do exterior, fora dos meandros do poder, pois nada está fora dele. Dessa forma, todas as lutas de resistência estão inseridas na rede de poder. Machado (2008, p. 14) afirma que “onde há poder há resistência”, e, tal como ocorre com o poder, a resistência está espalhada, em pontos móveis e transitórios, por toda a estrutura social. Para o estudioso, um caso que facilitaria compreender tal relação seria a “guerra”, em que há luta, relações de força, afrontamento, situações estratégicas: ou se ganha, ou se perde; não há uma relação unilateral.

Assim, também Foucault (2008b) ressalta que o poder não estará atrelado somente à noção de “repressão” e de lei, ou seja, a um caráter jurídico. Se o

contrário fosse verdadeiro, tal concepção não conseguiria dar conta da condição “produtor” presente no poder, pois quando ligamos os efeitos de poder somente à repressão, recaímos no aspecto jurídico, a um poder atrelado a uma lei que diz somente “não”. Dessa forma, verificamos que é tal noção que confere o caráter de “acontecimento” ao nosso objeto de análise: o poder que diz “sim” ao exercício do Jornalismo sem a necessidade do diploma na área. Para Machado (2008), a ideia central de Foucault reside em mostrar que as relações de poder não estão fundamentalmente alicerçadas no nível do direito, da violência, regidas por leis contratuais ou da repressão. Foucault (2008b) assim caracteriza a noção de poder:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2008b, p. 08).

Amparado nessa concepção, Machado (2008) pondera que, ao poder somente opressor que atinge os cidadãos, impondo limites, castigando, oprimindo, Foucault acrescenta uma “concepção positiva”, produtiva, transformadora, que busca dissociar dominação e repressão. De acordo com o autor, longe de dizer que o poder exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, faz-se necessário compreender que o poder “produz o real; produz domínios de objetos e rituais de verdade” (MACHADO, 2008, p. 16). Em vez de alvejar o corpo humano e supliciá-lo, mutilá-lo, cumpre aprimorá-lo, adestrá-lo.

Dessa forma, como explicita Machado (2008), o poder não procura expulsar os homens da vida social, impedindo a realização de suas atividades, mas busca gerir a vida dos cidadãos, tornando-a útil ao máximo, potencializando e aproveitando em *continuum* as capacidades dos homens e controlando suas ações. Trata-se de um objetivo duplo, político e econômico: dar aos homens uma utilidade econômica (torná-los força de trabalho) máxima com o mínimo de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, ou seja, “tornar os homens dóceis politicamente” (MACHADO, 2008, p. 16).

Observamos atualmente, presente nas instituições, nas mais ínfimas relações sociais, o que Foucault denominou de “disciplina” ou “poder disciplinar”. Não se trata de um aparelho, nem de uma instituição, mas de uma rede – com todas as suas

técnicas, dispositivos, mecanismos, instrumentos – que atravessa todo o corpo social (MACHADO, 2008). Por meio do poder disciplinar, é possível controlar as operações do corpo, assujeitando-o e impondo-lhe a docilidade e a utilidade necessárias para a manutenção da sociedade.

De acordo com Machado (2008), as características básicas do poder disciplinar são: a) a disciplina é um tipo de organização do espaço: é necessário dispor os corpos em espaços fechados, individualizados, combinatórios, classificatórios, nos quais os homens desempenham diferentes funções que lhes são exigidas, de maneira hierarquizada; b) a disciplina é um controle do tempo: trata-se de sujeitar o corpo ao tempo, de forma que ele produza de maneira rápida e eficaz; c) a vigilância é o principal instrumento de controle: a vigilância contínua, perpétua, permanente, deve ser vista pelos indivíduos vigiados; a vigilância deve se fazer presente em todos os lugares do espaço, de modo que o vigiado adquira a visão de quem o olha; d) a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento, ou seja, ao passo que o poder é exercido, um saber é produzido.

Segundo Machado (2008), a grande importância dessas relações de poder disciplinar na sociedade após o século XIX é a de não serem negativas, mas positivas, uma vez que produzem a individualidade: “o indivíduo é uma produção do poder e do saber” (MACHADO, 2008, p. 19). A título de exemplificação, o autor elucida que foi o hospício que produziu o louco como doente mental, como indivíduo, como objeto a ser investigado. Assim, o poder disciplinar – especificamente este, e não qualquer outro tipo de poder – fabrica o indivíduo, e não o destrói; o indivíduo nada mais é que um dos mais importantes efeitos do poder (MACHADO, 2008):

A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história essa figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, ao mesmo tempo, como objeto de saber (MACHADO, 2008, p. 20).

Nesse contexto, neste subcapítulo pudemos compreender o que é esse projeto “genealógico” apresentado por Foucault. Tal abordagem deve levar em consideração o modo como se dá a constituição dos objetos de estudo em relação à trama histórica, e não a um sujeito constituinte. Trata-se de uma análise que se volta à “constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 2008b, p. 07). A

genealogia é, então, “uma forma histórica que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito” (FOUCAULT, 2008b, p. 07).

Segundo Machado (2008), a genealogia se refere ao “porquê” dos saberes, procurando verificar sua existência e transformações como peças de relações de poder. De acordo com o autor, trata-se de observar que todo saber tem sua origem em relações de poder: saber e poder estão intrinsecamente ligados. Toda constituição de um campo de saber está ligada a relações de poder; assim como novas relações de poder são construídas a partir de um campo do saber: “todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (MACHADO, 2008, p. 21).

Feitos esses apontamentos, no próximo capítulo de nosso trabalho traçamos um histórico da questão do diploma de Jornalismo no Brasil. A partir dela, é possível observar como determinados campos do saber se articulam para (não) assegurar o diploma, e observar como dentro de um mesmo campo há a resistência, a oposição. O capítulo que apresentamos em seguida é de caráter instrumental e imprescindível para nossa pesquisa, pois é a partir dessa “história” contada pelos homens – e aqui (re)contada – que podemos verificar o engendramento das relações de poder, culminando na movência/transformação de diferentes campos do saber.

### 3. O MOVIMENTO HISTÓRICO NO/DO DIPLOMA DE JORNALISMO

*“[...] o acontecimento é interpretável somente em seu próprio horizonte de sentidos. Ele é perceptível apenas no próprio momento de seu surgimento. O acontecimento introduz no continuum do mundo as multiplicadas possibilidades de uma produção de sentido irreduzível a um contexto ‘externo’. Ele é a própria origem do sentido, ele faz sentido” (GUILHAUMOU, 2009, p. 130).*

Partindo do projeto de compreender a presença de Michel Foucault nos estudos da Análise de Discurso, observando as contribuições que a teoria do filósofo proporcionou aos diferentes projetos e análises – com gêneses, temáticas e observações por vezes díspares –, identificando noções e métodos que, de modo especial, sirvam como esteio sobre o qual se edifica nossa pesquisa, podemos, então, chegar ao momento de caracterizar o contexto histórico do nosso objeto de análise.

Ressaltamos que o trabalho aqui empreendido não é o de um historiador que se tenha debruçado proficuamente sobre o contexto histórico que possibilitou o surgimento dos enunciados analisados; todavia, acreditamos que este capítulo se delinea como de extrema importância, uma vez que se caracteriza como instrumento para a análise proposta. É preciso conhecer a história do diploma de Jornalismo no Brasil, para então analisarmos os enunciados produzidos pela mídia e compreender os saberes ali presentes que possibilitam, juntamente com o exercício do poder, a objetivação/subjetivação do sujeito jornalista. Para um breve histórico da questão do Jornalismo no país, especificamente no tocante à questão do diploma como requisito obrigatório para o exercício da profissão do jornalista, pautamo-nos na concepção de “história” proposta por Foucault.

A partir de tal concepção, compreendemos que o movimento histórico aqui delineado não é nada mais que um gesto do analista – uma construção própria – de, numa forma de explicitar o *corpus*, fazer um pequeno recorte de alguns momentos da história que são responsáveis por caracterizá-la, mas não conseguem exauri-la nem dar conta de todos os seus imbrincamentos, de suas múltiplas temporalidades, até porque em momento algum teríamos tal pretensão.

### 3.1 A (des)continuidade da história em Foucault

Frente a essa discussão sobre o *status* da história, julgamos interessante trazer alguns apontamentos de De Certeau (1982, p. 30) sobre “a história, uma prática e um discurso”. O autor expõe a importância de o historiador ressaltar o lugar de onde se fala, o assunto de que se vai tratar e a partir de qual ponto de vista, bem como de especificar o período a ser tratado em sua análise, o objeto e o lugar.

De Certeau (1982) diz ser necessário primeiramente marcar a singularidade empreendida em cada análise e já de antemão negar a possibilidade de uma sistematização totalizante que daria conta da descrição e interpretação de todo o objeto. Ao contrário, é preciso ressaltar – explica o autor – que há uma variedade de procedimentos científicos, de funções sociais e convicções que imprimem um caráter singular na pesquisa a que se propõe. Nessa perspectiva, expõe De Certeau (1982), observa-se a função operante dos discursos, uma vez que eles próprios se inscrevem na história: ao mesmo tempo em que falam da história, estão sempre situados nela.

Conforme De Certeau (1982), o que se depreende dessa concepção é que os discursos não são “corpos flutuantes” presentes na máxima globalizante que denominaria história: os discursos são históricos, pois sempre estão ligados a determinadas operações, sendo definidos por funcionamentos; conseqüentemente, os discursos só podem ser compreendidos a partir da prática da qual resultam e, por esta razão, a história deve ser entendida como uma prática, sendo o discurso seu resultado, devendo a relação de ambos ser apreendida sob a forma de uma produção (DE CERTEAU, 1982). Para De Certeau (1982), o próprio termo *história* conjuga sucessivamente tanto a ciência como o seu objeto, está entre a operação científica e a realidade que ela analisa; assim – explica o autor – só é possível designar a espessura e extensão do “real”, produzir sentidos nele e a partir dele, pelo discurso.

Dessa maneira, observar o discurso e a sua produção permite apreender as relações que ele estabelece com o “seu outro”, o “real”, pois há uma historicidade da história: uma relação tensa entre a prática interpretativa e a prática social (DE CERTEAU, 1982). Nesse sentido, De Certeau (1982) explica que a história oscila entre dois polos: remete a determinada prática (a uma dada realidade), mas também a um discurso fechado, uma vez que na organização de um texto encerra uma

maneira de inteligibilidade: “Sem dúvida a história é o nosso mito. Ela combina o ‘pensável’ e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende” (DE CERTEAU, 1982, p.32).

Em face de tais ponderações, buscamos, na introdução de *A Arqueologia do Saber* (2008a), a maneira como Michel Foucault trata a noção de história, maneira que, sem sombra de dúvida, servirá de fundamento para a constituição dos saberes na sociedade ocidental. Para tanto, o filósofo estabelece uma distinção entre a concepção clássica de história, a “história global”, e a que chama de “história geral”. Tal divisão se ancora na pluralidade de historicidade, na descontinuidade, no descentramento do sujeito e no monumento (NAVARRO, 2008).

A ruptura que Foucault (2008a) instaura na análise tradicional da história (global) baseia-se na oposição aos longos períodos e nos equilíbrios estáveis, difíceis de romper, como as “épocas” e os “séculos”. Enquanto a história globalizante procura reconstruir o rosto de uma sociedade com base em uma única forma de historicidade, a “história geral”, como ressalta o filósofo, busca interrupções de posição e natureza diversas nas continuidades do pensamento, da história, da ciência; não mais o fundamento perpetuador por meio de encadeamentos e sequências imprescindíveis entre os acontecimentos, mas as séries, os deslocamentos, as transformações responsáveis pela fundação e renovação dos fundamentos. Nesse mesmo rumo, a Escola dos *Annales*, em sua terceira geração, mostra-se um campo fértil para essa “Nova História” que se abre à heterogeneidade e como uma fragmentação do “real” (SARGENTINI, 2004).

Nesse movimento, a “história global” – em que se descreve o princípio material e espiritual de uma sociedade, o “‘rosto’ de uma época” reconstruído por meio de relações homogêneas, numa rede casuística em que as relações se simbolizam umas às outras (a história articulada em blocos dotados de coesão) – dá lugar ao que Foucault (2008a, p.11) chama de “história geral” – que considera e problematiza as séries, os limites, os recortes, as possibilidades de relação, procurando determinar qual a relação possível de descrever entre as diferentes séries, e, de uma à outra, observar as correlações e dominâncias, “de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente”.

Podemos observar, então, a suplantação da continuidade pela descontinuidade. Na “história global”, o descontínuo, as disjunções, deveriam ser

apagadas, contornadas, em nome da continuidade dos acontecimentos histórico-sociais (a história articulada em blocos dotados de coesão). Diferentemente, na história genealógica proposta por Foucault derruba-se a linearidade do tempo e em seu lugar entram as múltiplas causalidades imbricadas: a história não está circunscrita em um centro, mas se desdobra em um espaço de dispersão (NAVARRO, 2008).

O filósofo francês explica que cabe ao historiador distinguir níveis possíveis de análise com métodos próprios para cada situação, observando os limites de um processo, “o instante de funcionamento irregular de uma causalidade circular” (FOUCAULT, 2008a, p.11). Conseqüentemente, Foucault (2008a) propõe novos questionamentos para o trabalho do analista: quais estratos isolar uns dos outros e, a partir daí, que séries instaurar. Nesse contexto sugere estabelecer critérios de periodização para cada uma das séries e relações entre uma e outra e, então, determinar quais as séries das séries (ou quadros) possíveis de estabelecer e, diante da cronologia ampla, em que quadro podem ser instauradas sequências distintas de acontecimentos.

Nesse cenário, conforme Sargentini (2004), a ideia de um sujeito livre de qualquer determinação sociológica, neutro e transparente a si mesmo – “eu falo” - desconstrói-se com as problematizações marxistas – “fala-se” – e reflexões freudianas – “isto fala” – instauradas nos estudos da linguagem. Descentra-se o sujeito em relação às regras de sua ação, às leis do seu desejo, às formas de sua linguagem: na “história geral”, há uma preocupação com os saberes e não com as ações de determinadas personalidades históricas. Diferentemente, as continuidades ininterruptas operadas pela “história global” garantiriam ao sujeito a origem de todo o devir e toda prática; seria o abrigo privilegiado e a soberania do sujeito (Foucault, 2008a):

[...] a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. (FOUCAULT, 2008a, p. 14).

Desse modo, cumpre colocar em suspenso a “verdade” conferida ao “documento” e seu tratamento como espelho da realidade para a história. Na “história global”, o documento é tomado como verdade, de forma que só há uma



verdade capaz de explicar os acontecimentos. Para a “história geral”, não se trata mais de reconstituir a história a partir do que dizem os documentos, buscando neles a origem de todo o devir, o que queriam dizer e se diziam a verdade, mas de desmonumentalizar o documento, interpretá-lo, trabalhar a partir de seu interior e elaborá-lo; ou seja, procurar organizar, recortar, distribuir, ordenar e repartir em níveis, estabelecendo séries, distinguindo o que é pertinente do que não é, identificando elementos, definindo unidades, descrevendo relações (FOUCAULT, 2008a, p.07). Nessa perspectiva, trata-se de devolver ao documento seu caráter de monumento, de acontecimento, cabendo ao pesquisador (re)interpretá-lo e (re)organizá-lo.

Fundamentado na “história geral”, o caminho teórico-metodológico da arqueologia dos discursos deve se basear na constituição de séries enunciativas e nas relações que estas estabelecem entre si, considerando o conjunto de enunciados ditos e escritos, na sua irrupção de acontecimento e na instância própria de cada um (FOUCAULT, 2008a). Dessa forma, como expõe Navarro (2008), o percurso metodológico do analista se constitui dos gestos de isolar a instância do acontecimento, relacionando-a a outros enunciados, e de recortar dada série enunciativa, buscando a relação existente entre os elementos presentes nelas e o modo como constroem e produzem sentidos acerca do acontecimento.

### **3.2 O acontecimento discursivo: o discurso não é só estrutura**

Deparamo-nos, assim, com o projeto apresentado por Foucault (2008a) de descrever os “acontecimentos discursivos” buscando neles as unidades que formam. O filósofo ressalta que o campo desses acontecimentos é sempre um conjunto limitado e finito das unidades linguísticas formuladas, ainda que, inumeráveis que são, suplantem a capacidade de registro e de memória. Dessa maneira, diante de qualquer fato do discurso, em vez de se questionar:

[...] segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimento do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2008a, p.30).

Longe de encontrar nos enunciados a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ao analista do discurso se propõe a tarefa de reconstruir um novo discurso, descobrindo aquela palavra inesgotável, muda, responsável por animar “do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre os interstícios das linhas escritas e, às vezes, as desarruma” (FOUCAULT, 2008a, p.31).

Destarte, uma análise dos acontecimentos discursivos deve levar em consideração a singularidade do enunciado, procurando determinar as condições de sua existência, fixando-lhe limites, estabelecendo relações com outros enunciados a que esteja ligado e apontando as demais enunciações que exclui. Dessa forma, a tarefa do analista diante do acontecimento é compreender o enunciado em sua dialética “singularidade” e “repetição”, “dispersão” e “regularidade”. Foucault (2008a, p.31) atenta para o fato de que essa tarefa não consiste em buscar o discurso semissilencioso no que está manifesto, mas, ao contrário, em demonstrar de que forma o enunciado se marca como único, excluindo a possibilidade de ser qualquer outro e ocupando, em relação aos demais com os quais se relaciona, um lugar “que nenhum outro poderia ocupar”.

Foucault (2008a), então, procura explicar o que de início pode soar contraditório: por que colocar em suspenso as unidades admitidas se, na tarefa do analista, buscar-se-ão as unidades nesse sistema de dispersão? O teórico argumenta que, quando colocamos em suspenso as unidades naturalmente aceitas, conferimos ao enunciado o *status* de singularidade de acontecimento, e aponta que a descontinuidade não é somente um grande acidente responsável pela ruptura na genealogia da história, mas também uma característica do enunciado. Nesse paradoxo do enunciado – singularidade e repetição –, o analista empreende um caminho rumo à dispersão e à regularidade. Trata-se de observar, na dispersão dos objetos, o que há de singular no enunciado, incrustando na procura de alguma regularidade dada ordem que permitiu sua emergência, suas transformações, os pontos de contato com outros enunciados.

O enunciado irrompe na História, e sua emergência, por mais banal que seja, é incapaz, a nosso ver, de mobilizar consequências futuras. Ele pode ser facilmente esquecido, mas é “sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008a, p. 31). O enunciado, como todo acontecimento, firma-se como único, mas aberto à repetição, à transformação:

estabelece contato com seu contexto de enunciação (situação de sua emergência), assim como outros enunciados que o antecederam e que o seguem. Na explicação de Sargentini (2004, p. 88), trata-se de compreender e descrever como o enunciado estabelece uma “relação horizontal” com outros enunciados do interior do intradiscurso e uma “relação vertical” a outras formulações possíveis de serem descobertas em diferentes sequências discursivas, “no interdiscurso de uma formação discursiva”.

Nesse contexto, Possenti (2009) ressalta a singularidade da noção de acontecimento para a Análise de Discurso, por dois motivos: primeiramente, por sua relação com a enunciação (concebida como um acontecimento que não se repete) e, segundo, por sua relação com a história, uma vez que o acontecimento apresenta-se como sua matéria-prima. Não obstante, segundo o autor, as pesquisas em AD preteriram o lugar privilegiado do acontecimento em favor do repetível, o estrutural. Retomando Pêcheux (1988)<sup>9</sup>, Possenti (2009, p. 120) explica que não se deve inscrever o acontecimento na estrutura – abandono da ideia primeira que concebia o discurso como repetível, idêntico a si mesmo –, nem tomá-lo como um “aerólito miraculoso”, ou seja, é preciso relacioná-lo às redes de memória e aos trajetos sociais.

Para Possenti (2009), o ponto de vista de Foucault sobre o acontecimento é exemplar para os analistas do discurso. Segundo o autor, Foucault, primeiramente, quis mostrar que o estruturalismo não se opõe à histórica, ao contrário, mantém com ela uma relação profícua; todavia, para se dar um novo sentido à noção de acontecimento, como explica Possenti (2009), Foucault precisou colocar em xeque a história como uma disciplina: ao historiador não cabe a tarefa de interpretar nos documentos uma realidade social ou espiritual que se esconderia por trás deles, mas sim, manipular e tratar uma série de documentos buscando relações possíveis de serem observadas.

Dessa forma, retomando Foucault (1972)<sup>10</sup>, Possenti (2009) ressalta que, enquanto na história tradicional havia os acontecimentos conhecidos – referentes ao que era visível, de fácil identificação – sobre os quais o historiador se debruçava para apreender os sentidos e as causas que estavam essencialmente escondidos

---

<sup>9</sup> PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Editora Ponte, 1988.

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. Retornar à história. IN: **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972, p.282-295.

neles, na história serial é possível observar tanto a existência de acontecimentos que são visíveis como, debaixo desses, outros acontecimentos (invisíveis, não perceptíveis) de ordem completamente diferente. Retomando exemplos de acontecimentos citados por Foucault, Possenti (2009) ressalta, entre outros, o crescimento populacional e o aumento da ingestão de proteínas pela população europeia no século XIX, fatos que, por vezes, são mais importantes do que uma alteração na constituição ou a passagem do regime monárquico para o republicano.

Não obstante, questionamo-nos: como estabelecer o que é um acontecimento? É a partir da noção de acontecimento, dessa história constituída de lutas e batalhas discursivas, que Foucault estabelecerá uma “teoria do discurso” (GREGOLIN, 2004). Diante desse campo dos enunciados, o filósofo buscou entender a maneira pela qual determinados acontecimentos discursivos irrompem na história, possibilitando o surgimento e, posteriormente, a cristalização de sentidos em nossa cultura. O “acontecimento”, então, é compreendido como a emergência dos enunciados, a maneira pela qual estes se inter-relacionam, produzindo sentidos; ele é, assim:

[...] nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui o seu lugar e este consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2009, p. 57-58).

Os “acontecimentos discursivos” são tratados como séries homogêneas, mas descontínuas umas em relação às outras; são a cisura rompendo o instante, dispersando o sujeito nas mais diversas posições e funções possíveis (FOUCAULT, 2009). Essa noção de descontinuidade do acontecimento desbanca, então, as duas menores e mais reconhecidas unidades – o sujeito e o instante – e introduz três noções importantes para a história do pensamento: o “acaso”, o “descontínuo” e a “materialidade”. Assim, ganham espaço acontecimentos importantes e acontecimentos mínimos; acontecimentos (raros ou repetitivos) de níveis inteiramente diferentes, que estabelecerão séries com limites amplos ou não, pois a cronologia contínua da razão dá lugar a escalas, às vezes, breves, diferentes entre si, que carregam uma história própria, “irredutíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória” (FOUCAULT, 2008a, p.07).

Buscar o regular no disperso suscita uma noção fundamental em Foucault: a de “formação discursiva”. O filósofo explica esse conceito como a possibilidade de descrever entre os enunciados, em dado sistema de dispersão, uma regularidade – estabelecendo uma ordem, (co)relações, posicionamentos, transformações – entre os tipos de enunciação, conceitos, objetos, escolhas temáticas.

É por sua relação com a enunciação (evento que não se repete) e desta com a história – explica Possenti (2006) – que a noção de acontecimento é fundamental para a Análise de Discurso (AD). Gregolin (2004) expõe que o acontecimento é uma importante base para essa teoria, pois institui a História como campo das formações discursivas: os sentidos são construídos a partir da interpenetração da História e da materialidade dos enunciados.

Possenti (2006) trata o acontecimento como algo único, inesperado, que foge à estrutura ou a uma rede causal. “Acontecimentaliza-se” a História, ao buscar o singular, o raro, o não evidente (GREGOLIN, 2004). O acontecimento, nessa medida, liga-se ao surgimento e/ou a (re)significações de determinados saberes (decorrentes de jogos de forças e estratégias) que possibilitam o aparecimento de sentidos que, *a posteriori*, tornar-se-ão evidentes, cristalizados. Diante dessa perspectiva, o acontecimento deve ser tratado em relação aos múltiplos processos que o constituem: as múltiplas temporalidades, as simultaneidades no espaço.

Ao analista cabe a tarefa de observar

[...] as condições [...] nas quais um acontecimento histórico (um elemento descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência própria a uma memória<sup>11</sup> (PÊCHEUX, 2007, p. 50).

Dado esse caráter do acontecimento, julgamos necessário trazer a abordagem de Pêcheux (2007) em complementação à de Foucault como meio de tratar desse tensionamento contraditório da inscrição do acontecimento na memória. Para Pêcheux (2007) tal tencionamento resvala em duas formas-limite: o acontecimento que não chega a se inscrever e o que é absorvido na memória como se não houvesse ocorrido.

A memória discursiva é, então, para Pêcheux (2007, p.52), o que, diante de um texto com caráter de acontecimento, restabelece os “implícitos”, os “pré-

<sup>11</sup> Pêcheux (2007) aborda essa memória como um entrecruzamento dos sentidos da memória mítica, social e da construída pelo historiador.

construídos”, os discursos transversos necessários à leitura, dado seu caráter de repetição e de regularização: “a condição do legível em relação ao próprio legível”. Não obstante, essa série do legível sempre pode ser (inter)rompida diante de um acontecimento discursivo que venha a perturbar a memória. A memória procura absorver o acontecimento; contudo, o acontecimento discursivo provoca o esfacelamento da “regularização”, produzindo uma nova série sobre a primeira: “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

Assim, em decorrência do choque do acontecimento, há um jogo de forças na memória: uma é responsável por manter a regularização do preexistente e dos pré-construídos a ele veiculados, de forma a integralizar ou mesmo absorver e dissolver o acontecimento; e a outra é responsável pelo processo contrário, de forma a perturbar as teias dos “implícitos” (PÊCHEUX, 2007, p.53).

Compreendemos que, a partir dos acontecimentos discursivos, determinados discursos são formulados e circulam em nossa sociedade. Retomando-se a relação saber/poder proposta no método arqueogenealógico do filósofo Michel Foucault, observa-se que, a partir da irrupção do acontecimento, novos dizeres podem emergir e outros, ser (re)significados; ou seja, novos saberes são construídos de forma a legitimar o poder que se exerce, funciona, instaurando a “verdade”, a evidência. Há entre saber e poder uma relação de mutualidade, uma vez que não há poder sem a existência de dado campo do saber, da mesma maneira que o saber constitui novas relações de poder. No mesmo local, o poder é exercido e se dá a formação de um saber.

Não obstante, como explica Sargentini (2004), não se deve acreditar na possibilidade de se chegar à irrupção de um acontecimento verdadeiro, pois o homem jamais será capaz de reapoderar-se de “si mesmo” nem do acontecimento. Cabe ao analista do discurso tratar o acontecimento em sua instância, “na pontualidade em que aparece e em sua dispersão temporal” (SARGENTINI, 2004, p. 86), e compreender o acontecimento como um conjunto heterogêneo de relações capazes de produzir diferentes estratos de interpretação, de forma que a escrita da História se dá a partir da passagem da “memória coletiva” para a “memória histórica” (GREGOLIN, 2004).

Uma vez que a história é escrita por meio de um processo de seleção e de escolhas por parte do historiador e, conseqüentemente, da supressão, apagamento

e silenciamento de alguns documentos, tal seleção acaba por refletir a cultura política de determinada época, pois os documentos conservados/monumentalizados são primordiais para a compreensão de uma sociedade (GREGOLIN, 2004). Conseqüentemente, como esclarece Gregolin (2004), quando o historiador se propõe a desmontar e interpretar os documentos, desmonumentalizando-os, interpretando as suas condições de produção e de emergência, faz-se possível observar de que forma a sociedade se representa. Em face disso – explica a autora – a memória em AD não é pensada quanto aos seus aspectos psíquicos ou neurobiológicos, mas em relação ao “estatuto social da memória”, condição de funcionamento discursivo para a produção e interpretação dos acontecimentos.

Essa discussão sobre acontecimento e sobre inscrição numa rede de memória pode ser pensada em relação à produção de discursos em sociedades mediatizadas como a nossa. Sobre esse aspecto, Nora (1995) expõe que à mídia se deve o monopólio da história. Para o autor, é a partir dela que o acontecimento demarca presença em nossa sociedade e “não nos pode evitar” (NORA, 1995, p. 181). Segundo Nora (1995), atualmente, a imprensa escrita, o rádio, a televisão, etc. não são apenas meios pelos quais os acontecimentos (independentes) são noticiados, mas se apresentam como condição de sua existência: “o fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido” (NORA, 1995, p.181).

Conforme Nora (1995), o que se observa nessa “democratização da história” pela mídia é que vivemos uma “história do presente”, ou seja, vivemos um presente como se já possuísse um sentido “histórico”, a história passa a ser construída sobre o acontecimento. De acordo com o autor, estabelece-se uma relação de contigüidade entre o próprio acontecimento e os meios de comunicação, de forma que eles parecem a princípio inseparáveis. O rádio, exemplifica Nora (1995), assegura a própria importância do acontecimento de acordo com o número de palavras usadas – é voz que informa, critica, parafraseia, conjectura etc. –, ao dar voz aos “atores” do acontecimento, consegue transformar em “atos” aquilo que seria apenas palavras dispersas. Por meio da mídia, expõe o pesquisador, o acontecimento “é projetado, lançado na vida privada e oferecido sob a forma de espetáculo” (NORA, 1995, p. 183).

Para Nora (1995), esse processo torna o acontecimento monstruoso na medida em que a mídia tende a produzir o sensacional e, dessa forma, busca

incessantemente o novo, alimentando uma fome de acontecimentos. Frente a isso, o autor explica que cabe ao historiador do presente observar o duplo sistema que se entrecruza no acontecimento, o sistema formal e o sistema de significação, pois o surgimento de um acontecimento não é arbitrário, uma vez que seu ritmo, seu volume, seu lugar, suas consequências, obedecem a regularidades que estabelecem junto aos fenômenos longínquos pontos de contato. Segundo Nora (1995), o trabalho do historiador, então, tem por finalidade culminar no acontecimento, em vez de reduzi-lo:

O acontecimento tem como virtude unir num feixe significações esparsas. Ao historiador cabe desuni-los para voltar da evidência do acontecimento à colocação em evidência do sistema. Pois a unicidade para que se torne inteligível postula sempre a existência de uma série que a novidade faz surgir. Mesmo a afirmação 'é a primeira vez que...' supõe virtualmente a possibilidade de uma segunda (NORA, 1995, p. 191).

Nora (1995) explicita que o nosso presente já procura e se consiste no novo estatuto do acontecimento, que, nessa “sociedade do consumo”, tem sido tratado como um próprio objeto de consumo, sobre o qual a sociedade investe seus afetos. Para Guilhaumou (2009, p. 123), “a acontecimentalidade engendra o sentido” e isso denota o caráter imanente do acontecimento. O historiador comenta que na Análise de Discurso na França o acontecimento foi tratado somente no seu aspecto “criador”, não sendo interrogado pela sua implicação num aspecto totalizante ao término de uma longa duração. A tarefa do analista, então, passaria pela dimensão linguística do acontecimento, mas também por seus aspectos pragmáticos e narrativos. Para Guilhaumou (2009), nesse sentido, há três derivações do acontecimento em dada ordem racional: o acontecimento linguístico, o acontecimento discursivo e a narrativa do acontecimento.

Enquanto o acontecimento linguístico, como explica Guilhaumou (2009, 124), estaria no nível da norma referencial da língua, da passagem do concreto ao abstrato, “da tipificação histórica de sujeitos e de objetos cognitivos”, o acontecimento discursivo – como proposto por Michel Foucault – seria a inscrição do que é dito, o fruto do enunciado.

Assim, adentrar o universo do acontecimento discursivo pressupõe uma leitura de arquivos, saindo do campo dos nomes e referenciais para se dirigir ao mundo da reflexividade discursiva e de todos os recursos intrínsecos dos sujeitos da



enunciação em sua relação com o acontecimento (GUILHAUMOU, 2009). Diante dessa perspectiva, ressalta Guilhaumou (2009) que a análise irá se ater aos sujeitos, objetos e conceitos, bem como a todas as funções derivadas do enunciado, de forma que a descrição do enunciado de arquivo se torna inseparável dos dados reflexivos. A interpretação, conseqüentemente, é fruto da descrição do itinerário de um sujeito, da organização de dado objeto e da formação de determinado conceito que se inscreve num dispositivo acontecimental (GUILHAUMOU, 2009). Dessa forma, como explica esse autor, torna-se possível compreender os sentidos que irrompem dos enunciados em sua dispersão arquivística, sem ser necessário voltar-se à descrição das frases: tal compreensão, conforme o historiador, quebra a afirmação de que o acontecimento só poderia ser descrito pela lógica das frases.

Por outro lado, Guilhaumou (2009, p. 125) explica que não se trata de simplesmente conceber o arquivo como material de onde podem ser extraídos os fatos de maneira referencial; o arquivo deve ser concebido como um “gesto de leitura” em que se atualizam “as configurações significantes, os dispositivos de significações de enunciados atestados”. De acordo com Guilhaumou (2009), ante tal compreensão, como também ressaltou Sargentini (2004), não será possível descrever totalmente o arquivo de uma época em sua totalidade, pois ele se apresenta por fragmentos e sua descrição está sempre aberta.

Compreender um acontecimento discursivo pressupõe notar que não há contexto externo e prévio ao enunciado: o enunciado é seu próprio contexto (GUILHAUMOU, 2009). Assim, a dualidade “texto-contexto” é pouco profícua na análise do acontecimento discursivo, pois o “acontecimento não é mais redutível somente à situação nem ao contexto” (GUILHAUMOU, 2009, p. 126). Guilhaumou (2009) explica que a situação – elemento do mundo real ou situação dita de enunciação – não goza de dinâmica própria, no máximo fornece uma ideia vaga de um contexto ampliado em que se pode, no espaço discursivo, caracterizar o uso de signos. A situação permite uma ordem da descrição, mas não é possível, por meio dela, chegar à formação desta ordem: a partir da situação só conseguimos chegar a problemáticas de usos presentes numa teoria dos signos (GUILHAUMOU, 2009). Conforme Guilhaumou (2009), considerar somente a situação é reduzir e homogeneizar os enunciados constitutivos do acontecimento discursivo, tornar não produtiva a leitura do arquivo e se limitar aos elementos textuais próprios à constituição do *corpora*:

Se se admite que todo acontecimento tem um panorama singularizável numa situação histórica, deve-se imediatamente acrescentar que sua apresentação, sua maneira discursiva de ser lida é imanente, revelando-se, portanto, irreduzível à situação histórica (GUILHAUMOU, 2009, p. 127).

Como exemplo Guilhaumou (2009) cita o caso da Revolução Francesa: não é possível entendê-la em sua totalidade simplesmente na enumeração dos acontecimentos que nela se desenrolaram, é preciso também compreender e descrever como o significante do acontecimento Revolução Francesa é em si um termo do seu próprio acontecimento, apresentando a maneira como este acontecimento se apresenta ao espectador que o julga.

Consequentemente, propõe Guilhaumou (2009, p. 127) que é preciso deixarmos de lado a descrição de usos em dada situação para podermos interrogar os limites internos dos discursos em contínuo deslocamento (acontecimento), “dos sujeitos descentrados, de objetos reconfigurados e de conceitos reterritorializados”. Dessa forma – concebendo o enunciado dentro de um arquivo – explica o autor, é possível tratar o acontecimento tanto como “constituente” quanto como “configurante”, buscando entre os enunciados uma regularidade em vez de se deter no referente ou na originalidade lexical de um enunciado. Conforme Guilhaumou (2009), a partir da regularidade enunciativa é possível observar as regras de funcionamento do trajeto temático no qual o enunciado se atualiza; assim, a descrição da configuração dos enunciados, especialmente da intriga no interior do trajeto temático, é o cerne do dispositivo para a análise dos acontecimentos discursivos, já que o acontecimento discursivo é o ato que configura um espaço público, que pode “ser categorizado sob uma descrição produtora de julgamentos e de argumentos” (GUILHAUMOU, 2009, p. 128).

O sujeito descentrado e os atores/espectadores do acontecimento discursivo possibilitam a inscrição da intriga em determinado espaço e temporalidade próprios, como explica Guilhaumou (2009). De acordo com o historiador, tal sujeito da enunciação está apto a apreender o conjunto da cena discursiva, participando do “fechamento” narrativo do acontecimento discursivo de maneira plena e integral. Diante dessa perspectiva, explica Guilhaumou (2009) que o próprio acontecimento discursivo é inteligível por/em si mesmo, ou seja, é interpretável em seu próprio horizonte de sentidos. O acontecimento discursivo abre esse certo *continuum* do

mundo a uma multiplicidade de sentidos que apenas um contexto externo não consegue dar conta, uma vez que o próprio acontecimento faz sentido, é a própria origem do sentido (GUILHAUMOU, 2009, p. 130).

Possenti (2009), ao tentar abarcar a noção de acontecimento em uma teoria do discurso, explica que o acontecimento fundamental não seria só, necessariamente, aquele do qual todos se dão conta, mas, nas práticas mais comuns de análise, um acontecimento poderia ser considerado como tal “na medida em que ensejasse sua retomada ou sua repetição” (POSSENTI, 2009, p. 125). O autor cita como exemplos de acontecimentos discursivos – e não meras reformulações ou novas enunciações do que já foi dito – o estruturalismo, o feminismo e o nacionalismo.

Afirma Possenti (2009) que tal concepção de acontecimento pressupõe considerar que há diversas ordens de acontecimentos, cabendo ao analista observar as consequências que daí decorrem. Na esteira desse entendimento, determinado manifesto ou congresso pode ser um grande acontecimento discursivo, na medida em que a partir dele se constitua um arquivo; atrelado a esse acontecimento, muitos outros discursos são rememorados, tratados, reelaborados (POSSENTI, 2009). Assim, conforme Possenti (2009), vislumbramos o que Foucault trata: há acontecimentos que são mais ou menos visíveis; portanto, ressalta Possenti que o tratamento deve ser diverso em função do tempo e de memória, convencendo-nos de que há diferentes tipos de duração.

Para Possenti (2009, p. 126), ao se operar a noção de acontecimento é preciso compreender que isso é muito mais do que inserir determinado acontecimento em uma série: significa “uma verdadeira ruptura com uma história linear”. Dessa forma, segundo o teórico, a noção plural de acontecimento permite algumas rupturas. A primeira se dá com uma história que procura o sentido em toda parte – especialmente os sentidos de mesma ordem, frutos de um mesmo processo; a segunda, com a relação discurso-enunciação como evento singular; e a terceira consiste em especificar os elementos que em dado discurso fogem aos sujeitos e dos quais estes têm conhecimento nos mais diversos tipos de acontecimentos históricos pertencentes a camadas diferentes de duração (POSSENTI, 2009).

Nesse bojo, então, caminhemos para o “nosso” acontecimento discursivo.

### 3.3 Nosso acontecimento discursivo: a decisão do STF

Levantada essa discussão teórica referente ao acontecimento discursivo, no qual trouxemos Foucault, Pêcheux, De Certeau, Guilhaumou, Gregolin, Sargentini, Navarro, podemos compreender como se configura o nosso acontecimento discursivo. Julgamos que simplesmente descrevê-lo sem qualquer reflexão teórica sobre a nossa compreensão de acontecimento discursivo resultaria numa atividade não produtiva.

Dessa forma, também ao se empreender uma discussão a respeito do diploma de Jornalismo, julgamos necessário voltar-se um pouco para a história, a fim de resgatar alguns momentos que foram cruciais para a obrigatoriedade do curso superior para o exercício da profissão jornalista.

Em *A questão não é do diploma, mas do canudo* (2002), Alberto Dines, jornalista e editor do *Observatório da Imprensa*, faz esse retrospecto como forma de, segundo ele, compreender em toda sua extensão o problema que é colocado, de forma a não ficar preso a um “opinionismo simplista e inconsequente” (DINES, 2002, p. 23). Nilson Lage (2002), em *À frente, o passado*, explica que na década de 1950 o país estava imerso numa revolução industrial tardia, em que grandes empresas estatais e privadas eram implantadas, e em decorrência disso, a publicidade foi transferida para as agências específicas (presentes no Brasil desde a década de 1920), que marcaram de vez seu papel no mercado e desconstruíram pouco a pouco a figura do jornalista corretor de anúncios. Segundo o autor, o jornalista publicitário só continuou existindo em áreas marginais, por exemplo, em editais de concursos públicos, em vestibulares e em empresas que publicavam matérias pagas disfarçadas de matéria editorial.

Começaram a se difundir, assim, as assessorias de imprensa (denominadas assim, e não mais como assessorias de comunicação ou de relações públicas) de caráter realmente profissional (LAGE, 2002). No bojo dessas transformações, explica Lage (2002) que a busca por qualificação profissional em nível superior para o Jornalismo, que já despontava em 1919, começava a se intensificar pela pressão de profissionais que buscavam erradicar as distorções nas informações jornalísticas tão comuns na época. Sobre esse processo, Zuculoto (2002), em *Formação superior e qualidade de ensino: uma luta histórica por um jornalismo sempre melhor*, expõe que já no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro, em

1918, reivindicava-se uma determinação que estabelecesse curso superior específico para a formação do profissional jornalista. Para Zuculoto (2002), naquele Congresso a “categoria expressava claramente sua preocupação com uma formação de qualidade, manifestando a necessidade de ensino superior para o jornalismo” (ZUCULOTO, 2002, p.40).

Lage (2002) comenta que a regulamentação profissional de 1938 veio estabelecer e regulamentar a criação dos cursos de Jornalismo, sendo que as primeiras faculdades surgiram a partir da década de 1940. Segundo o autor, no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, nos contatos internacionais estabelecidos começou-se a vislumbrar o atraso técnico e de formação pessoal da imprensa brasileira. O atraso técnico foi muito mais fácil de resolver do que o de formação pessoal, por causa das linhas de crédito fornecidas pelo governo.

Assim, como “pouca gente se lembra” – ressalta Lage (2002, p. 62) – já se fazia iminente desde o final da década de 1950 a instituição da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, obrigatoriedade que foi estabelecida em lei no início dos anos 1960. Não obstante, a exigência presente em lei não foi aplicada rapidamente. Conforme Lage (2002), a lei foi protelada por dois motivos: o intervencionismo do governo norte-americano e a pressão exercida pelos donos dos jornais, contrários ao aumento salarial e às mudanças nos métodos empresariais (a padronização dos textos jornalísticos tornava incabíveis os elogios presentes nas matérias pagas disfarçadas, exemplifica o autor). Este último deveu-se, segundo o estudioso, ao fato de que, na análise feita pelos EUA sobre a Revolução Cubana, verificou-se o papel crucial dos jornalistas em repassar informações aos guerrilheiros e, de certa forma, torná-los simpáticos e populares, principalmente pela publicação do ideário marxista (tema recorrente em toda a América Latina).

De acordo com Lage (2002), em face de tal situação, os Estados Unidos, por meio do Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina, organismo com sede no Equador), promoveu a adoção de uma formação básica fundada no estruturalismo que, na época, era considerada alternativa a Marx. Na explicação do autor:

Parte importante do projeto era a diluição do conteúdo crítico inerente ao jornalismo em um curso de comunicação social que formaria também

publicitários, pessoal de relações públicas e cineastas. Na maioria dos países latino-americanos foi feito assim (LAGE, 2002, p. 63).

Não obstante, no Brasil, à época um país já industrializado, segundo Lage (2002), o parecer de Celso Kelly, responsável por instituir os cursos de comunicação em 1968, permitiu duas vertentes: o curso polivalente e a especialização por área profissional.

Dessa forma, como explica Lage (2002), é preciso compreender que o Decreto-Lei 972, responsável por instituir a obrigatoriedade da formação em ensino superior para o exercício do Jornalismo, desde muito tempo estava pronto, mas constantemente era retido, por causa das pressões exercidas e sentidas pelo General Artur da Costa. Apesar disso, o Decreto foi promulgado em 17 de outubro de 1969, sendo assinado pela junta militar responsável pelo governo do país na época (GHEDINI, 2002). Conforme Ghedini (2002), posteriormente o Decreto sofreu alterações pela Lei 6.612 de dezembro de 1978 e pelo Decreto 83.284 de março de 1979.

Assim, o Decreto-Lei 972/69, no seu art. 4º declarava o que segue:

Art 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de:  
I - prova de nacionalidade brasileira;  
II - fôlha corrida;  
III - carteira profissional;  
IV - declaração de cumprimento de estágio em empresa jornalística;  
V - diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas de "a" a "g" no artigo 6º (BRASIL, Decreto-Lei 972/69).

No entanto, conforme Zuculoto (2002), tal Decreto não significou o fim do empenho da classe dos que defendiam a obrigatoriedade do diploma. Segundo a autora, mostrou-se cada vez maior a necessidade de a categoria estimular debates e manter um estreito relacionamento com todos os segmentos envolvidos com a profissão, especialmente as universidades (acadêmicos e docentes) e as entidades representativas.

Segundo Zuculoto (2002), um dos eventos em que as discussões atingiram o ponto mais alto foi o Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas, promovido em 1997 pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e realizado em Vila Velha,

Estado do Espírito Santo, para discutir prioritariamente a qualidade da formação do jornalista. O produto desse Congresso, como expõe Zuculoto (2002), foi o lançamento das bases de Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional. O Programa não foi implantado, mas, conforme Zuculoto (2002), foi sendo aprimorado pela Fenaj e pelos sindicatos, e atualmente conta com o apoio (assinatura) de entidades como a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM).

Segundo Dines (2002), quando o Decreto foi promulgado o país vivia sob o regime do AI-5, pelo qual os grandes patronos jornalísticos perderam a autonomia e cada vez mais o governo militar, como forma de superar o desgaste público, intensificava a campanha para seduzir tanto as bases profissionais como o meio acadêmico. Dines (2002) explica que na época não houve reações ou objeções ao Decreto por parte dos donos de jornais e que estas só se iniciaram após o fim do regime militar, quando o “patronato midiático” buscou assumir seu poder efetivo.

Em 17 de outubro de 2001, o Ministério Público Federal, contrário à exigência do diploma para o exercício do jornalismo, entrou com ação contra o Governo Federal na 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo – 3ª Região. Para o MP, a obrigatoriedade do diploma estabelecida no Decreto-Lei 972/69 confrontava-se com o artigo 5º da Constituição Federal, que garante a liberdade de expressão (FENAJ, 2005). Conforme notícia publicada no *site* da Fenaj (2005), no dia 23 de outubro de 2001, o pedido do MP foi acatado por decisão liminar da juíza federal substituta Carla Abrantkoski Rister, ficando suspensa a necessidade do diploma de Jornalismo para realizar o registro profissional. A decisão resultou da ação civil pública aberta pelo Ministério Público Federal, por meio do então procurador regional dos direitos do cidadão, André de Carvalho Ramos. Enquanto não houvesse julgamento nas instâncias superiores, a decisão da juíza valeria provisoriamente e o Ministério do Trabalho poderia conceder registro de jornalistas a pessoas que não tivessem diploma (FENAJ, 2005).

Opondo-se à decisão da juíza, a Fenaj e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo solicitaram o agravo de instrumento, no dia 22 de novembro de 2001, no sentido de que fosse suspensa a liminar concedida pela juíza (FENAJ, 2005); mas o

juiz escolhido para avaliar o recurso, Manoel Álvares, do Tribunal Regional Federal - TRF 3º Região, decidiu manter a liminar. Por sua vez, o Governo Federal (réu) entrou com recurso contra a liminar, por meio da Advocacia Geral da União (AGU) (FENAJ, 2005); mas a juíza federal substituta Carla Rister, em 10 de janeiro de 2003, em sentença de primeira instância confirmou a liminar anteriormente concedida por ela, assim o diploma continuava não obrigatório para o exercício da atividade de jornalista. Em face da decisão, novamente a Fenaj e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo entraram com recurso em 21 de julho de 2003 contra a decisão da juíza e dessa vez os órgãos tiveram a apelação aceita pela desembargadora federal Alda Basto, do TRF – 3º Região, em 23 de julho de 2003, que decidiu suspender a decisão da juíza Carla Rister; no entanto tal decisão durou pouco tempo: já em 02 de dezembro de 2003 o juiz federal Manoel Álvares resolveu reconsiderar a decisão da desembargadora e confirmar a sentença expedida pela juíza Carla Rister.

Após tal decisão, segundo informa o *site* da Fenaj (2005), o processo aguardou novamente análise do recurso da Fenaj e do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo por uma junta de três juízes, entre os quais o juiz federal Manoel Álvares (relator), mas seguiu recebendo recursos de ambas as partes – de um lado, a União e a Fenaj, e do outro, o Ministério Público e o Sindicato das Empresas de Rádio e TV de São Paulo.

Segundo a Fenaj (2008), quase dois anos depois, em 26 de outubro de 2005, a 4ª turma do Tribunal Regional Federal – 3ª Região, composta pelo juiz Manoel Álvares (relator) e pelas desembargadoras Salete Nascimento e Alda Basto, acabou acatando os argumentos levantados pela Fenaj e pelo Sindicato, principalmente o de que não há contradição legal entre a exigência do diploma e o princípio da liberdade de expressão (FENAJ, 2008). Para os magistrados, o diploma seria o produto da necessidade de qualificação e formação de jornalistas responsáveis e o Decreto-lei n.º 972/69 teria sido recepcionado pela Constituição.

Em 9 de outubro de 2006, por meio da Ação Cautelar n.º 1.406/2006, de autoria do Ministério Público Federal de São Paulo, o Procurador Geral da República Antonio Fernando de Souza solicitou liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de que suspendesse a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (FENAJ, 2008). A Ação Cautelar foi deferida em 17 de novembro de 2006 pelo ministro do STF, Gilmar Mendes, e, como a Segunda Turma do STF não



referendou a decisão final, a manifestação do ministro suspendia liminarmente a decisão do TRF 3ª Região de São Paulo, ou seja, o jornalismo pode ser exercido por pessoas que não possuem o diploma (FENAJ, 2008).

Em notícia publicada no *site* da Fenaj (2008) esclarece-se que a liminar concedida e o julgamento para referendá-la não se referem ao mérito do processo iniciado em 17 de outubro de 2001 pelas empresas de comunicação que culminou na decisão de 26 de outubro de 2005 que reconheceu o diploma como instrumento legal necessário para o exercício da profissão de jornalista; entretanto esse processo encontrava-se no STF aguardando julgamento.

Em abril de 2008, em substituição à ministra Ellen Grace, assume a presidência do STF o ministro Gilmar Mendes. À época, esse ministro declarou que o julgamento do recurso (RE/511961) de oposição à obrigatoriedade do diploma iria para a plenária ainda no segundo semestre de 2008, sendo ele o relator (FENAJ, 2008). Em 17 de setembro do mesmo ano, um abaixo-assinado em defesa do diploma contendo aproximadamente 20 mil assinaturas foi entregue pelo presidente da Fenaj, Sérgio Murillo, ao STF. No mesmo dia, houve manifestações em frente ao Supremo com a presença de aproximadamente 200 líderes de sindicatos e estudantes de Jornalismo (FENAJ, 2008).

A ideia do abaixo-assinado e da manifestação, segundo notícia publicada no *site* da Fenaj (2008), era mostrar aos ministros a necessidade de formação superior para o exercício da profissão de jornalista. Com tal intuito, ainda, a Fenaj encomendou ao Instituto Sensus pesquisa referente à opinião da população a respeito da obrigatoriedade do diploma: 74,3% dos entrevistados manifestaram-se a favor da formação em nível superior do jornalista.

Posteriormente a isso, deparamo-nos com o seguinte acontecimento discursivo que delimita nossa pesquisa: em 17 de junho de 2009, por 8 votos a 1, ou seja, por maioria dos votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o diploma de jornalismo não era requisito obrigatório para o exercício da profissão.

Tratamos esse fato como um acontecimento discursivo por fugir à estrutura da história e romper com a “rede causal” até então estabelecida, apresentando-se como algo único, e mesmo inesperado (POSSENTI, 2006). A rede de enunciados que nos propomos a analisar só surgiu em decorrência desse acontecimento singular.

Voltemos à descrição do acontecimento. O único ministro a defender a continuação da exigência de formação em nível superior em jornalismo para o exercício da profissão foi Marco Aurélio. Já a maioria absoluta dos que votaram contra tal exigência é formada pelo relator Gilmar Mendes e os ministros Carmem Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Celso de Mello.

A decisão é resultado da análise do recurso extraordinário interposto pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp) e pelo Ministério Público Federal. O primeiro contestava o acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que defendia a necessidade do diploma, mas contrariava a decisão da primeira instância em uma ação civil pública. A alegação do Ministério Público Federal é a de que o Decreto-Lei 972/69 – que fixa regras para exercício da profissão de jornalista, entre elas a obrigatoriedade do diploma – não era compatível com a Constituição de 1988.

Antes mesmo dessa decisão, em novembro de 2006, o STF concedeu o direito do exercício da atividade jornalística àqueles que já atuavam na área, mesmo sem o registro no Ministério do Trabalho ou do diploma do curso superior específico. Em 30 de abril de 2009, também o STF decidiu derrubar a Lei de Imprensa. Juntamente com o relator do caso, Carlos Ayres Britto, mais sete ministros entenderam que a legislação promulgada em 1967, na época do regime militar (1964-1985), era incompatível com a Constituição Federal.

Dessa forma, esse fato é um verdadeiro acontecimento, algo não trivial, pois modifica a legislação do Jornalismo, permitindo aos que não possuem o diploma de curso superior nessa especialidade o exercício da profissão jornalística. Estabelece mais um fator em relação ao que é permitido e ao que não é permitido, e assim acaba envolvendo os atuais profissionais da informação (com ou sem diploma), professores (ou melhor, a academia dos pesquisadores da comunicação), os alunos da graduação em Jornalismo (tanto os que somente fazem o curso para deter o diploma e posteriormente poder exercer a profissão quanto aqueles que, além disso, preocupam-se com a dimensão teórica como meio de melhor qualificar-se em sua

formação de pesquisador), os (não) futuros alunos de jornalismo<sup>12</sup>, os sindicatos dos profissionais jornalista, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), os donos e funcionários das empresas de comunicação (de televisão, rádio, jornal, revista, agência de notícia, assessoria de imprensa, internet, etc.). Em complementação, marca-se como um acontecimento na medida em que não é rotineiro, comum, habitual, que a legislação de uma profissão passe por mudanças tão profundas, atingindo todos os profissionais a ela vinculados, e que o Supremo Tribunal Federal se reúna para decidir se o diploma continuará sendo requisito para o exercício de uma profissão.

Podemos dizer que a referida decisão, embora seja fruto de uma discussão bem anterior a ela, marca-se como um “retorno” de um fato desestabilizador, dadas as idas e vindas da decisão da justiça. Afinal, nem toda a sociedade brasileira estava ciente de que se discutia a incompatibilidade da exigência do diploma para o exercício do Jornalismo. A partir do fato ocorrido em 17 de junho, os meios de comunicação se voltaram para o assunto e, então, a informação se estendeu a um número maior de pessoas: houve repercussão. O acontecimento virou especial e, a partir dele, produziu-se uma série de discursos referentes ao fato em si. Tal acontecimento foi posteriormente, motivo de reportagens, levantes, protestos, artigos de opinião, declarações, matérias especiais, debates, charges em diversos veículos de comunicação, e foi tão somente por conta desse fato que discursos puderam ser formulados, produzidos e veiculados. Retomando Possenti (2006), esse é um “bom exemplo de um 'fato' que se transforma em acontecimento – é retomado, revisado, analisado, especificado, detalhado, correlacionado a outros similares ou tornados similares” (p.95).

Observa-se que a decisão do STF produz textos para além do evento em si. A partir dele, retomam-se discursos antigos, como a moral e a ética, o “dom” para determinadas atividades, o que se entende por liberdade de expressão e de informação, a despolitização da profissão, etc. Sobressai, nesse sentido, a importância da relação entre memória e história, que permite a rememoração de outros discursos, inclusive outros acontecimentos, para serem repetidos, mas muitas vezes ressignificados: relações interdiscursivas e intertextuais “se desenham, as

---

<sup>12</sup> Empregamos (não) futuros alunos de jornalismo, uma vez que a decisão do STF, de certa forma, pode ser um fator determinante para que aspirantes a jornalistas não vejam mais a necessidade de fazer o curso de Jornalismo, pelo fato de o diploma deixar de ser pré-requisito para o exercício da profissão.

diversas posições se materializam, as posições vão se repetindo ou se renovando” (POSSENTI, 2006, p.95).

Nesse contexto nos questionamos: como uma prática discursiva, ou melhor, um acontecimento discursivo impinge a produção de determinados saberes em uma sociedade e, conseqüentemente, a produção de identidades (processo de subjetivação) em determinados sujeitos envolvidos, inscritos nesse acontecimento? Antes de nos debruçarmos sobre a análise a partir da qual tentaremos compreender o funcionamento desse processo, julgamos necessário trazer a discussão sobre a noção de identidade, buscando alguns pressupostos na Teoria dos Estudos Culturais e tentando compreendê-los sob um viés discursivo. É essa tarefa que buscamos realizar no nosso próximo capítulo.

## 4. A CONSTRUÇÃO E A MOBILIDADE DA IDENTIDADE DO JORNALISTA

*“Pois esta identidade, bastante fraca, contudo, que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam; os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros. [...] E, em cada uma destas almas, a história não descobrirá uma identidade esquecida, sempre pronta a renascer, mas um sistema complexo de elementos múltiplos, distintos, e que nenhum poder de síntese domina. [...] A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstina em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 2008b, p.34-35)*

Procuraremos abordar nesse capítulo, primeiramente, a noção de identidade tão cara aos Estudos Culturais, (re)operacionalizando-a pelo viés discursivo. Para, assim, compreendida a noção de “identidade”, caracterizar e delimitar nosso *corpus* de análise – descrevendo e interpretando os enunciados (tomados como uma “função” que comporta um referencial, uma posição sujeito, um campo associado e um suporte material) em busca dos sentidos produzidos e colocados em circulação pela mídia –, e perscrutar a materialização das práticas discursivas midiáticas que objetivam/subjetivam o sujeito jornalista, forjando-lhe uma(s) identidade(s).

### 4.1 Identidade: a luta pelo exercício do poder sobre a vida cotidiana

Conforme Hall (2009, p. 103), há atualmente uma “explosão discursiva em torno do conceito ‘identidade’” que tem despertado muitas discussões e críticas a respeito de como o conceito está sendo trabalhado. De acordo com o autor, as pesquisas nas mais diferentes áreas têm apontando para uma desconstrução da identidade integral, originária e unificada. Expondo as diversas abordagens dadas à identidade – pela filosofia, psicanálise, teorias do pós-modernismo – o teórico se interroga sobre o “porquê” de ainda travar uma discussão a respeito da identidade. Afinal, “quem precisa dela?” (HALL, 2009, p.103).

Para Hall (2009), a pergunta é respondida por duas abordagens. Primeiramente, o autor se ampara na teoria da “desconstrução” proposta por

Jacques Derrida (1981)<sup>13</sup>: diferentemente de teorias que pretendem superar determinados conceitos tidos como “inadequados” e substituí-los por conceitos “mais verdadeiros”, a desconstrução os coloca “sob rasura”. A partir desse posicionamento, compreendendo que não há outros conceitos inteiramente diferentes que possam substituí-los, essa noção, então, não deve ser abordada tal como na sua forma original, não reconstruída, mas (re)operacionalizada, tomada em suas formas “destotalizadas”, “desconstruídas” (HALL, 2009). Para Hall (2009), a identidade é um desses conceitos que devem ser operados em suspenso: “uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2009, p. 104).

Sendo assim, vemos que a questão da identidade passa a ser discutida nas mais diversas esferas sociais. Segundo Hall (2006), atualmente tal argumento é extensamente discutido, uma vez que as “velhas identidades” estão dando lugar a “novas identidades” fluidas, descentradas, que nada mais são que o reflexo do homem moderno, em um processo cujo resultado é chamado de “crise de identidade”. Conforme o autor, essa crise é parte de uma mudança muito maior operada nas estruturas e processos centrais da sociedade moderna: inseridos nessa sociedade, os sujeitos têm perdido as referências que lhes garantiam uma estabilidade no mundo social. Segundo Bauman (2005), o caráter frágil e provisório da identidade não consegue ser mais ocultado.

Hall (2006) explica que a mudança estrutural que vem transformando a sociedade iniciou-se fortemente no final do século XX, fragmentando paisagens culturais – até então bases sólidas de referência para os indivíduos sociais – como gênero, sexualidade, etnia, gênero e nacionalidade. Para o estudioso, essas transformações estão operando mudanças nas identidades pessoais, na forma como os indivíduos veem a si próprios: trata-se do “descentramento do sujeito”: “esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo” (HALL, 2006, p. 09).

Como ressalta Woodward (2009), teóricos e sociólogos vislumbram na sociedade contemporânea ou da modernidade tardia as identidades entrando em colapso, em conflito. As transformações globais têm tido papel preponderante nas

---

<sup>13</sup> DERRIDA, Jacques. **Positions**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

(re)operações das identidades, de forma que fatores econômicos, culturais e sociais estabelecem novas formas de produção e consumo, gerando identidades novas e globalizadas, como explica a autora. Para Bauman (2005), em meio a esse mundo de oportunidades fugazes e de seguranças frágeis, não funcionam mais as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis. Segundo Woodward (2009), a globalização exerce um papel paradoxal:

[...] a homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade (WOODARD, 2009, p. 21).

Argumenta Woodward (2009) que, muito além dessas mudanças operadas em escala global, nacional e política, a formação das identidades, também está nos níveis “local” e pessoal. Retomando Ernesto Laclau (1990)<sup>14</sup>, a autora expõe que as sociedades modernas não têm mais um núcleo ou centro determinado e fixo de produção de identidades, responsável por moldar todas as relações sociais, mas que há uma pluralidade de centros. Próximo ao que propunha o filósofo Foucault (2008b), Laclau (1990), citado por Woodward (2009), sustenta que não existe mais uma única força totalizante e determinante, como propõe o conceito de classe no paradigma marxista, e que, conseqüentemente, sendo a luta de classes não inevitável, a emancipação social não estaria nas mãos de uma única classe: a partir dessa multiplicidade de centros, novas identidades puderam emergir.

Para melhor compreensão desse cenário de uma identidade fragmentada, de bases móveis, Hall (2006) ressalta a necessidade de caracterizar três concepções de identidade: a) do sujeito do Iluminismo; b) do sujeito sociológico; e c) do sujeito pós-moderno. Conforme expõe o autor, o sujeito do Iluminismo é aquele baseado na ideia de um sujeito totalmente unificado, centrado, racional, consciente e responsável por suas ações. Assim, essa concepção é “individualista” tanto do sujeito quanto de sua identidade: há um centro no interior do indivíduo que se desenvolve junto dele, mas permanece sempre contínuo e idêntico a ele.

Já a concepção do sujeito sociológico se direciona para a complexidade que a modernidade exigia e, dessa forma, reflete que esse centro interior do sujeito não é

---

<sup>14</sup> Teórico citado no corpo de texto, mas não constante nas referências bibliográficas de **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual (2009), de Kathryn Woodward.

autônomo e autossuficiente, mas sim, formado na relação estabelecida com o “outro”; é com o “outro” que são mediados os valores, sentidos e símbolos (a cultura) vivenciados na sociedade (HALL, 2006). Conforme Hall (2006), trata-se de uma visão “interativa” entre o “eu” e o “outro” – a sociedade –, sendo a identidade fruto/gerada dessa relação. Compreende-se que o sujeito carrega uma essência interior – o “eu real” –, que é construída e modificada nessa relação dialógica *in continuum* estabelecida com o mundo cultural exterior; ou seja, as identidades possíveis são aquelas oferecidas pelo mundo, são formadas no entremeio entre o interior e o exterior, o pessoal e o mundo público, expõe Hall (2006). O pesquisador explicita que os sujeitos se projetam nas identidades culturais oferecidas, de forma a internalizar valores e significados, tomando-os como parte de si. Dessa forma, alinham-se os sentimentos subjetivos aos lugares objetivos ocupados por esses sujeitos no mundo social e cultural: “[...] a identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2006, p.12).

Não obstante, ressalta Hall (2006) que tais argumentos começam a ser questionados à medida que vão mudando. A figura do sujeito com uma identidade única e estável cede lugar a um sujeito descentrado, fragmentado, que comporta não mais uma, mas várias identidades, muitas vezes contraditórias e mal resolvidas. Nesse processo, as identidades construídas pelas paisagens sociais exteriores, que permitiam uma conformidade da questão subjetiva dos sujeitos com as objetivas da cultura começam a entrar em conflito, em decorrência de mudanças estruturais e institucionais (HALL, 2006). Conseqüentemente, como expõe o autor, o mecanismo de identificação a partir do qual os sujeitos se projetam nas identidades culturais torna-se mutável, problemática e provisório.

O fruto desse processo é o sujeito pós-moderno, explica Hall (2006), que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente; uma “celebração móvel” é como caracteriza o autor a identidade desse sujeito. Dessa forma, compreende-se que a identidade é continuamente construída e modificada em virtude das formas como os sujeitos são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que os circundam, ou seja, são construídas historicamente e não mais biologicamente. Hall (2006) argumenta que todo sujeito carrega em si diferentes identidades em diferentes momentos e, assim, deixa de ser um centro coerente dentro do qual haja uma unificação das identidades. Ao contrário, as identidades estão a todo o



momento em conflito, digladiando entre si, apontando para direções opostas e transformando o sujeito da identidade unificada, completa, segura e coerente, em um mito, uma fantasia:

[...] ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Para Hall (2006), essa movência nas identidades nada mais é que a outra face do sujeito descentrado, uma consequência das transformações operadas, especialmente, por cinco correntes/avanços das teorias sociais e das ciências humanas.

O primeiro descentramento se refere ao pensamento marxista, especialmente quando afirma que os homens só fazem a história possível de ser feita em virtude das condições que lhes são dadas. Conforme Hall (2006), os estudiosos de Marx compreenderam que os indivíduos não eram “agentes” ou autores da história (logo, não haveria noção de uma agência individual), uma vez que as ações desses sujeitos estavam atreladas às condições históricas sob as quais nasceram. O autor retoma o estruturalista marxista Louis Althusser, segundo o qual Marx operou duas grandes mudanças na filosofia: que não há uma essência universal do homem e que tal essência não é fruto de “cada indivíduo singular”, sujeito real. O que há são as relações sociais e suas condicionantes – força de trabalho, modos de produção, circuito do capital, etc. – e não o homem com sujeito central de suas ações.

O segundo grande descentramento se refere à descoberta do inconsciente por Sigmund Freud, que substitui a ideia de um sujeito completamente racional e cognoscente pela compreensão de que a sexualidade, as identidades e os desejos são formados levando em consideração diversos sistemas psíquicos e simbólicos operados no inconsciente (HALL, 2006). Woodward (2009) concorda com essa ideia e afirma que, quando considerado o nível psíquico, uma pergunta importante a ser levantada é o porquê de as pessoas “assumirem” dadas posições de identidade e com elas se identificarem: “Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem?” (WOODWARD, 2009, p. 15). Diante desse questionamento a autora expõe que, juntamente com o nível simbólico e social, o nível psíquico exerce papel preponderante para uma completa conceitualização da

identidade: a junção desses elementos contribui para explicitar como as identidades podem ser formadas e mantidas.

De acordo com Hall (2006, p. 37), releitores de Freud como, por exemplo, Jacques Lacan, explicam que a criança não nasce já com a imagem de um “eu” inteiro e unificado, mas que tal construção, a subjetividade, é formada gradualmente e com dificuldade por “complexas negociações psíquicas inconscientes” numa relação entre o “eu” e o “outro”. Esta negocia um elo entre o sujeito e os sistemas de representação simbólica exteriores a ele, como a língua, a cultura e a diferença sexual. Retomando os apontamentos dos teóricos do inconsciente, o autor expõe que nesse processo de construção do “eu” desde a tenra idade há sentimentos contraditórios e mal resolvidos que irão acompanhar o sujeito pelo resto da vida, formando o inconsciente, clivando e dividindo o sujeito, ainda que tal sujeito vivencie sua identidade como algo unificado e resolvido posteriormente.

A partir desse entendimento, Hall (2006) afirma que a identidade é formada no decorrer do tempo (logo, não é inata) por processos inconscientes, estando sempre incompleta e funcionando como um processo em andamento. A certa altura o autor comenta: “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de **uma falta** de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso **exterior**, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por **outros** [grifos do autor]” (HALL, 2006, p. 39). Em nosso entendimento a identidade é um processo criado não só pelo indivíduo sobre si mesmo, como ressalta Hall (2006), mas também por esse “outro”; logo, não é somente como imaginamos que os outros nos veem, deve-se considerar como o sujeito é “visto” e objetivado/subjetivado pelo outro, como a mídia, por exemplo.

O terceiro descentramento tratado por Hall (2006) está associado ao estruturalismo do linguista Ferdinand de Saussure, que explica que nós não somos os “autores” nem do que dizemos nem dos significados que expressamos por meio da língua. Compreende-se que tudo o que é dito está inserido no interior das regras da língua (sistema convencionado e social) e dos sistemas de significação da cultura em que o sujeito se encontra. O estruturalismo de Saussure expõe que a língua preexiste ao sujeito e, dessa forma, quando o sujeito fala é ativado um imenso emaranhado de significados de que já estão impregnados a língua e os sistemas culturais (HALL, 2006). Saussure, como expõe o autor, compreendia que não há uma relação direta entre as palavras e os objetos, que os significados são formados

por processos de similaridade e de diferença entre as palavras existentes no código da língua. Dessa forma, sabe-se o que é a “vida”, pois ela não é a “morte”.

Partindo dessa compreensão, Hall (2006) estabelece uma analogia entre língua e identidade: sabemos quem somos porque não somos o outro. Assim, o sujeito nunca consegue estabelecer o significado final de sua identidade, pois tudo o que dizemos (as palavras) carrega margens que conduzem a um “antes” e a um “depois” que nem sempre nos são acessíveis: “o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 2006, p. 41).

Compreende-se, então, que a identidade é relacional, portanto, só é construída *pela* e *na* diferença (WOODWARD, 2009). Conforme Woodward (2009), é preciso haver algo fora dela, uma diferente identidade que a distingue, mas que, principalmente, possibilita sua própria existência: ou seja, a identidade se marca por aquilo que ela não é, pela diferença. A diferença assume, assim, dois lados: o negativo, quando exclui e marginaliza aqueles que são considerados os “outros”, forasteiros; e o positivo, quando proclamada como fonte enriquecedora do hibridismo, da diversidade, da heterogeneidade (WOODWARD, 2009). Silva (2009) também compartilha dessa ideia ao afirmar que identidade e diferença mantêm uma relação de estreita dependência. Ao se reafirmar uma identidade, automaticamente se estão negando outras, apontando diferenças; assim também, afirmar uma diferença só faz sentido na relação com outras afirmações sobre a identidade, numa rede oculta de negações sobre (outras) identidades. Conforme o autor, “[...] assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2009, p. 75). É nessa relação com o “exterior constituinte”, com o “Outro”, que a identidade pode ser construída (HALL, 2009).

Woodward (2009) expõe que os “símbolos” também são maneiras de caracterizar uma identidade. A título de exemplificação, a autora explica que as roupas que uma pessoa usa podem estabelecer uma associação com sua identidade. Desenha-se um cenário no qual a identidade é construída tanto pelo “simbólico” como pelo “social” e pelo “material”:

A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é

incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais (WOODWARD, 2009, p. 14).

Vemos desenharem-se, assim, sistemas classificatórios quando da conceituação da identidade, direcionando como determinadas relações sociais devem ser organizadas e divididas: algo como uma oposição entre “nós e eles” (WOODWARD, 2009). A identidade que vai sendo construída e/ou (re)afirmada pela diferença também obscurece tantas outras diferenças que não “cabem” naquele momento. Segundo Woodward (2009), vê-se que as próprias identidades não são unificadas, de forma que pode haver uma discrepância grande entre o nível coletivo e o nível individual.

O quarto descentramento apontado por Hall (2006), o qual nos é muito caro, refere-se aos trabalhos sobre sujeito e identidade do filósofo e historiador francês Michel Foucault. Expondo o trabalho do filósofo de realizar uma genealogia do sujeito moderno, Hall (2006) destaca a noção de “poder disciplinar”, vigente no decorrer do século XIX e com o ápice no início do século XX, que procura regular, vigiar o governo da espécie humana, da população, do indivíduo e do corpo. Esse “poder disciplinar” está ligado às instituições que policiam e disciplinam as sociedades modernas, como a escola, o hospital, as clínicas, as oficinas, etc., e procuram manter as atividades, os desejos, os prazeres dos indivíduos, a saúde física e moral, sob controle e disciplina, amparando-se nas áreas/disciplinas especializadas e no conhecimento das ciências sociais (HALL, 2006). A busca desse poder é tornar os corpos dóceis e, ao mesmo tempo – como ressalta o autor – aplicar um saber que “individualiza”, categoriza o sujeito e seu corpo. Para Hall (2006), depreende-se dos “regimes disciplinares” descritos por Foucault o paradoxo de que quanto mais coletivas e organizadas são as instituições, maior será o isolamento, a individualização e a vigilância do sujeito individual.

Todavia, conforme Gregolin (2003), ao se abordar a “disciplinarização” é preciso atentar para o fato de que os indivíduos não são autômatos que aceitem passivamente todas as determinações do poder. Embora a sociedade procure cada vez mais um ajustamento controlado, tanto racional quanto econômico, entre as redes de comunicações, os jogos das relações de poder, etc., a resistência sempre se encontra presente. A autora ressalta que se só houvesse a submissão e a passividade, estar-se-ia decretando o fim da História. Gregolin (2003) atenta para o fato de que o poder, em Foucault, nunca é permanente, absoluto, e sim transitório e

circular, tornando possível surgirem fissuras onde a docilidade dos corpos pode ser substituída por sua libertação.

Por último, o quinto descentramento abarcado por Hall (2006) é o operado pelo feminismo, tanto como crítica teórica quanto como movimento social. Surgindo juntamente com outros movimentos sociais durante os anos de 1960, como os movimentos estudantis, o movimento pela paz, os antibelicistas e outros, que fizeram surgir a “política de identidade” (uma política para cada movimento), Hall (2006) afirma que o feminismo teve uma relação mais direta com o descentramento do sujeito cartesiano e sociológico. Segundo o autor, isso se deve aos seguintes fatores: questionamento da distinção clássica entre o “público” e o “privado”, o “dentro” e o “fora”; a colocação em suspenso de novas áreas da vida social, como família, sexualidade, divisão doméstica do trabalho, etc.; e a politização da subjetividade, da identidade e do processo de identificação. Destarte, ele influenciou na forma como os sujeitos são formados e produzidos como sujeitos generificados, e, além de lutar pela posição social das mulheres, também conseguiu incluir as questões das identidades sexuais e de gênero e ressaltar a noção da “diferença sexual” em oposição à ideia de homens e mulheres como parte de uma e mesma identidade, a “Humanidade” (HALL, 2006).

Ao discutirmos os cinco descentramentos apontados por Hall (2006), observamos que, ao tratar a identidade, a todo o momento recaímos no “circuito da cultura” e, segundo Woodward (2009), na forma como se dá o relacionamento entre identidade e diferença e destas com a noção de representação. Nessa relação entre cultura e significado – explicita a estudiosa – este só pode ser compreendido num sistema de representação quando analisado em quais “posições-de-sujeito” é produzido e como os sujeitos podem ser posicionados em seu interior. Trata-se de observar como são produzidas identidades por tais sistemas de representação: “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeitos” (WOODWARD, 2009, p. 17).

Nesse processo, conforme Woodward (2009), as representações produzem significados e estes, por sua vez, dão sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Dessa compreensão resulta que a representação, fruto de um processo cultural, gera identidades individuais ou coletivas, e os sistemas simbólicos, estrutura de tal representação, permite responder a questões como: “Quem eu sou?”

O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (WOODWARD, 2009, p. 17). Assim, como expõe a autora, são os discursos e tais sistemas de representação que criam os lugares a partir dos quais os sujeitos podem se posicionar e dos quais podem falar, mas que também, ressaltamos, são posicionados e são falados. É a partir dos discursos que, muitas vezes, a mídia diz à sociedade qual a “posição-de-sujeito” a ser tomada/ocupada: a do “novo homem”, do adolescente esperto, da mãe sensível - exemplifica a teórica.

Ressalta Woodward (2009) que, somado a isso, há o processo de “identificação”, a partir do qual os sujeitos se identificam com os outros, seja pelas similaridades, seja pela falta de uma consciência da diferença e/ou separação. Esse conceito tem sido trabalhado dentro dos estudos culturais, que, por vezes, procuram explicar como a mídia, por exemplo, consegue ativar desejos inconscientes relativos a pessoas ou a imagens, de forma que os sujeitos possam se ver em tais imagens e personagens apresentados na tela.

Em todo o caso – explica Woodward (2009) – faz-se necessário se voltar também para o poder da representação e identificar como determinados significados se sobrepõem a outros. Numa aproximação com os pensamentos de Foucault (2008b), a autora afirma que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2009, p. 18). São as mais ínfimas relações de poder que estão presentes na forma como as identidades são moldadas pela cultura, dando sentido às experiências dos sujeitos e permitindo-lhes optar por um modo específico de subjetividade ante as várias identidades possíveis. Nesse mesmo entendimento, para Silva (2009), uma vez que a identidade é uma relação social, a sua definição – tanto a discursiva como a linguística – está sujeita à relações de força, à relações de poder. O teórico é enfático: “elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2009, p. 81).

Para Silva (2009), o que está em jogo nesta disputa pela identidade são recursos simbólicos e materiais da sociedade, portanto há nela uma clara conexão com as relações de poder, a saber, com o poder de impingir a identidade e de marcar a diferença. Segundo o autor, é preciso compreender que a identidade e a diferença nunca são inocentes, de forma que onde é possível verificar a

diferenciação, o poder se faz presente. Entre as marcas da presença do poder, de acordo com Silva (2009), estão incluir/excluir, demarcar fronteiras, classificar e normalizar.

Por outro lado, como já expunha Foucault (2008b), onde há poder há também resistência. Indo ao encontro dessa compreensão, Silva (2009) argumenta que há um duplo movimento oscilante na produção de identidades: um que tenta fixá-las e estabilizá-las, outro que procura subvertê-las e desestabilizá-las. O autor explica que a identidade tende para a fixação, mas uma vez que é construída *na e pela* linguagem, está sempre escapando; assim, ainda que seja uma tendência, a fixação de uma identidade é impossível.

Conforme Woodward (2009), os sujeitos estão imersos num emaranhado de instituições – definidas como “campos sociais” por Pierre Bourdieu (1984)<sup>15</sup>, citado por Woodward (2009) –, como família, escola, partidos políticos, etc., dentro das quais exercem diferentes papéis, utilizando um conjunto de recursos simbólicos. Conseqüentemente, diferentes contextos sociais acarretam diferentes significados sociais: “em um certo sentido, somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os ‘campos sociais’ nos quais estamos atuando” (WOODWARD, 2009, p. 30).

Nesse cenário, os sujeitos são subjetivados e se subjetivam em relação a diferentes áreas como a etnia, a raça, o gênero, a sexualidade e a política. A partir dessas áreas surgem novas formas de identificação, e estruturas identitárias antes tão rígidas começam a adquirir um caráter móvel, intercambiável, fragmentado (WOODWARD, 2009). Segundo Woodward (2009), a complexidade da vida moderna exige que os sujeitos assumam (complementamos afirmando que também lhes são impingidas) diferentes identidades, muitas vezes em conflito entre si.

É a partir desse entendimento que Woodward (2009) afirma existir certa diferença entre os termos “identidade” e “subjetividade”, embora muitas vezes sejam usados de forma intercambiável. A autora define a “subjetividade” como algo que é próprio ao sujeito, envolvendo pensamentos e emoções conscientes e inconscientes e constituindo a concepção de quem ele é. Para a teórica, os sujeitos vivem suas subjetividades em um contexto social no qual linguagem e cultura significam a experiência desses sujeitos sobre quem eles são e no qual eles adotam suas

---

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre. **Distinction**: a social critique of the judgement of taste. Cambridge: MA, Harvard University Press, 1984.

identidades: “quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos” (WOODWARD, 2009, p. 55).

Também Silva (2009) expõe que identidade e diferença não são coisas prontas, “já-ai”, mas são ativamente produzidas num mundo cultural e social. São os sujeitos quem as fabrica, logo elas são criações sociais e culturais. Dessa forma – explica o autor – a identidade e a diferença são atos de criação linguística, o resultado de um processo simbólico e discursivo: os sujeitos se constituem e são constituídos *pelo* e *no* discurso, conforme ratifica Woodward (2009). Segundo a autora, os sujeitos estão submetidos ao discurso, devendo eles próprios assumi-lo, posicionando-se a si próprios e sendo posicionados. Para a estudiosa, é a partir das posições que assumem e com as quais se identificam que os sujeitos constituem suas identidades. Não obstante, compreendemos que tal processo engloba sobremaneira as relações de identificação e de representação criadas pela instância produtora do discurso sobre os sujeitos objetos de tais práticas de subjetivação. Fernandes e Alves Júnior (2008) asseveram que o sujeito está imerso num processo constante de subjetivação, que lhe constrói identidades.

Retomando Foucault, Hall (2009) expõe que o que falta numa discussão sobre a identidade é uma “teoria da prática discursiva”, ou seja, estabelecer uma relação entre os sujeitos e as práticas discursivas, observando como a identificação implica um processo de subjetivação e a política de exclusão promovida por tal subjetivação. Para o estudioso, as identidades – sempre mutáveis, fragmentadas, em deslocamento e (re)construção – são construídas pelos discursos, práticas e posições, portanto estão sujeitas à historicização:

[...] é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2009, p. 109)

Como explicita Hall (2009), é pelo fato de a identidade estar envolvida em modalidades específicas de poder que ela se encontra intimamente envolvida com a marcação da diferença e da exclusão. A identidade não deve ser vista como algo que tudo inclui, que agrega, inteira, mas como algo que divide, segrega, exclui, que



transforma o diferente em “exterior” (HALL, 2009). Diante disso, retomando Laclau<sup>16</sup> (1990), o autor afirma que toda construção de uma identidade é um ato de poder e que sua (re)afirmação depende da repressão do que é diferente, daquilo que ameaça.

Próximo desse viés discursivo de identidade que procuramos empregar nesta dissertação, Hall (2006) acaba por definir a identidade como o ponto de encontro entre discursos e práticas que interpelam os sujeitos, que falam neles, que os convocam a assumir algum lugar como sujeitos de um discurso particular e dos processos produtores de subjetividade, os quais constroem sujeitos aos quais se pode “falar”. A identidade, nessa medida, é resultado da articulação do sujeito ao fluxo do discurso; é o ponto temporário de diferentes posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para esses sujeitos. Retomando Foucault, o autor levanta a necessidade de estabelecer uma correlação entre os campos do saber, a normatividade e as formas de subjetividade, ao colocar em suspenso a identidade. Trata-se de observar como os indivíduos são levados, por meio do discurso, a exercer sobre si, mas também sobre os outros, diferentes formas de se constituir e reconhecer-se como sujeito:

[...] há a produção do eu como um objeto do mundo, as práticas de autoconstituição, o reconhecimento e a reflexão, a relação com a regra, juntamente com a atenção escrupulosa à regulação normativa e com os constrangimentos das regras sem os quais nenhuma subjetivação é produzida (HALL, 2009, p. 125)

É nesse sentido que Gregolin (2003) afirma que, aos olhos de Foucault, na sociedade contemporânea as lutas giram em torno da questão da busca da identidade. Para a pesquisadora, tais lutas são recusas às abstrações, à violência do Estado econômico e ideológico que não reconhece os indivíduos, à inquisição científica e administrativa que determina a identidade dos sujeitos. Gregolin (2003) argumenta que a principal causa dessas lutas é o exercício do poder sobre a vida cotidiana.

Navarro (2008) explica que, como proposto nos trabalhos de Foucault, é necessário teorizar o poder, dada a influência que ele exerce na vida cotidiana da sociedade. O pesquisador afirma que o poder classifica os indivíduos, designa-os por sua própria individualidade, uni-os pela identidade, estabelece o que é verdade

---

<sup>16</sup> LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Revolution of Our Time**. Londres: Verso, 1990.

no próprio reconhecimento do sujeito, mas também nas formas como o “outro” deve reconhecê-lo. Conforme Gregolin (2003, p. 102), “é uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos<sup>17</sup>”. Considerando o discurso uma “prática”, Navarro (2008) propõe analisar a identidade como produto das práticas discursivas que atuam sobre a forma como os sujeitos veem a si mesmos e o outro e sobre as formas de exercício de determinado governo sobre si e sobre o outro. O autor expõe, então, aquilo que tomamos como ponto referencial para o presente trabalho: uma análise discursiva arqueogenealógica deve considerar a categoria do poder, observando o modo como os discursos da mídia, no nosso caso, objetivam e subjetivam os sujeitos.

Fernandes e Alves Júnior (2008) explicam que os indivíduos na condição de sujeito integram um lugar heterogêneo e cambiante no discurso. Inserido em tal discurso, o sujeito é atravessado pela existência de diferentes campos do saber, que lhe permitem subjetivar-se e ser subjetivado como sujeito de uma identidade específica. Segundo Gregolin (2003), há três tipos de lutas pela construção da identidade: 1) as que se opõem a toda e qualquer forma de dominação (étnica, social e religiosa); 2) as responsáveis por denunciar as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que produzem; 3) as que lutam contra a submissão dos indivíduos a si mesmos e aos outros (são contra a sujeição, as diversas formas de subjetividade e de submissão). Dessa forma, argumenta a autora:

[...] por isso, para Foucault, o problema – ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico – que se nos coloca atualmente não é o de tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de libertá-lo das representações de individualização criadas pelo poder globalizador (GREGOLIN, 2003, p. 103).

Levantadas essas diversas reflexões sobre a identidade – tão cara aos Estudos Culturais – estabelecendo um diálogo com a Análise de Discurso, sua constituição *pelo* e *no* discurso, sua relação com o poder e, conseqüentemente, as formas de resistência<sup>18</sup>, podemos, agora, caminhar para a descrição de nosso

<sup>17</sup> Gregolin (2003) explicita que a palavra “sujeito” em Foucault pode apresentar dois sentidos: o primeiro diz respeito àquele que é submetido a um outro pelo controle e pela dependência; o segundo é aquele assujeitado à própria identidade, seja pelo reconhecimento e/ou pelo conhecimento de si. Em todo o caso, segundo a autora, trata-se de um poder que subjuga e submete, mas que sempre tem o correlato, a possibilidade de resistência.

<sup>18</sup> Conforme Gregolin (2003, p. 103), o sujeito vive numa constante tensão entre aceitar e recusar o poder, “entre a relutância do querer e a intransitividade da liberdade”.

*corpus* de análise e, então, analisar as formas de materialização dos processos de objetivação/subjetivação do sujeito jornalista pela mídia.

#### 4.2 Apresentando o *corpus* de análise

Selecionamos para nossa análise matérias publicadas em quatro diferentes veículos de comunicação: os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estadão de S. Paulo* (*Estadão*) e as revistas *Veja* e *Isto é*. Utilizamos como critério de seleção, primeiramente, as matérias publicadas logo quando da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e, posteriormente, buscamos aquelas que, de uma forma ou de outra, tratariam de assuntos correlacionados – enunciados posteriores ao acontecimento, mas que só foram possíveis por sua irrupção.

Assim, foram analisadas as seguintes matérias: editorial *Qualidade sem diploma*, revista *Veja*, 24 de junho de 2009; editorial *Jornalista sem diploma*, jornal *O Estadão de S. Paulo*, de 20 de junho de 2009; reportagem *Diploma decorativo*, revista *Isto É*, de 24 de junho de 2009; notícia *Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista*, jornal *Folha Online*, de 17 de junho de 2009; notícia *STF derruba diploma para jornalista*, jornal *O Estadão de S. Paulo*, de 18 de junho de 2009; reportagem *Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma*, jornal *O Estadão de S. Paulo*, de 30 de junho de 2009.

Diante do imenso “arquivo” presente na mídia, a tarefa do analista se torna árdua e exige cautela e cuidado quando da delimitação do *corpus*. Neste sentido, deixamos claro que essa pesquisa não busca dar conta de todos os enunciados produzidos *pela* e *na* mídia – ainda mais com a expansão da internet e a profusão de textos presentes nela –, mas apenas selecionar enunciados produzidos por alguns dos veículos de maior circulação nacional que, de uma forma ou de outra, possam representar, ainda que limitadamente, todo o conteúdo produzido alhures. Em outros termos, tendo em vista, como ensina Foucault (2008a), que é impossível descrever o arquivo de uma sociedade, e tomando como mote um conjunto limitado de enunciados relativos ao acontecimento discursivo em questão, procuramos realizar uma discussão mais abrangente sobre as relações de saber/poder que incidem sobre o sujeito jornalista, discutindo os efeitos da função enunciativa na prática discursiva que se constitui sobre esse profissional.

Julgamos ainda ser necessário justificar o motivo de não analisarmos, neste momento, os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Acreditamos que, a partir deles, uma gama ainda maior de análises seria requerida dessa pesquisa e que seria crucial observar como se dá a construção do discurso jurídico e como este funciona enquanto “prática discursiva” que rege infinitos enunciados e, ainda, subjetiva o sujeito jornalista. A análise tomaria maior amplitude e iria requerer um maior tempo de observação e de prática analítica que, neste momento, estão cerceadas pelo prazo máximo de duração para a produção dessa dissertação. Ademais, até o momento somente três votos foram divulgados pelo STF em forma de texto, de modo que os votos de todos os ministros só estão acessíveis na íntegra em formato audiovisual no sítio Youtube. Tal materialidade requer um novo olhar do analista, que, diante de tal imagem efêmera e em movimento, deve construir um percurso analítico diferenciado e próprio, que atenda e dê conta do verbal (texto) e do não verbal (áudio, imagem e imagem e movimento) – logo, impõe-se o emprego de uma nova metodologia, exigindo do analista um tempo bem maior em contato com seu *corpus*.

Frente à importância dessa tarefa que nos impõem, buscaremos dar prosseguimento a tal empreendimento numa etapa posterior de pesquisa em pós-graduação no âmbito de doutoramento, uma vez que o material audiovisual a ser analisado possui uma longa duração e requer um quadro e um caminho teórico-metodológico por vezes diferente e complementar ao aqui empregado.

Traçado esse caminho, podemos agora interrogar: como se materializam as práticas discursivas midiáticas que, ao mesmo tempo, objetivam e subjetivam o profissional jornalista? Este se torna tanto o “objeto” de que se fala quanto o “sujeito” que é caracterizado, ao qual lhe impinge uma identidade: delimita-se, circunscreve-se o sujeito por meio de práticas discursivas.

Para tanto, traçamos dois caminhos: o primeiro, parte da descrição da função enunciativa em nosso *corpus* para compreender e interpretar cada enunciado analisado como único e singular; o segundo, busca regularidades discursivas nesses enunciados que apontam para as práticas discursivas midiáticas de objetivação/subjetivação do sujeito jornalista.

#### 4.2.1 O enunciado é uma função: a função enunciativa na produção/constituição de nosso *corpus*

Tomamos os seis textos que compõem nosso *corpus* como enunciados, e como o enunciado é uma função, buscamos descrevê-los, adentrá-los, observando os sentidos que são produzidos e como o jornalista se torna objeto e sujeito do/para o discurso por meio da descrição dos elementos da função enunciativa: o referencial, a posição sujeito, o suporte material e o campo associado.

O “referencial” é denominado por Foucault (2008a) como leis de possibilidades, regras de existência para os objetos que são nomeados e descritos no enunciado. Dessa forma, compreendemos que o referencial de nossos seis enunciados nada mais é que a decisão do STF pela extinção da necessidade do diploma para o exercício do jornalismo. Pudemos identificar o referencial dos seis enunciados por meio das sequências enunciativas que se seguem:

“O Supremo Tribunal Federal varreu da legislação brasileira mais uma herança da ditadura militar: a obrigatoriedade do diploma de jornalista para quem exerce a profissão” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

“[...] O Supremo Tribunal Federal deu solução definitiva à questão da obrigatoriedade do certificado de conclusão de uma faculdade de comunicação social para exercer a atividade de jornalista. Por 8 votos a 1 o STF decidiu que o Decreto-Lei 972 de 1969, que exigia tal condição, é incompatível com a Constituição de 1988 [...]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

“Na quarta-feira 17, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por oito votos a um, que a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão é inconstitucional” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

“Sete ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votaram contra a exigência do diploma de jornalista para exercício da profissão” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

“O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou ontem, por 8 votos a 1, a exigência de diploma de jornalista para exercer a profissão” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

“Coordenadores e professores de alguns dos principais cursos de Jornalismo de São Paulo comentaram o fim da exigência do diploma para o exercício da profissão, aprovado por 8 votos a 1

pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na quarta-feira” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] O Estadão de S. Paulo, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Esse “tema” do enunciado é o que permite a produção de sentidos, ou melhor, que ele faça sentido, uma vez que estabelece a possibilidade de seu aparecimento. Tal referencial permite, então, que matérias jornalísticas e editoriais sejam escritos e surjam na sociedade ora para defender a necessidade do diploma, ora para concordar com a decisão do STF. Se não houvesse esse acontecimento, nenhum desses enunciados teria sido efetivado.

Como quaisquer outros, os enunciados analisados mantêm uma relação determinante com o sujeito que se deve isolar. Conforme Foucault (2008a), longe de tratar tal sujeito como o elemento gramatical, o indivíduo empírico que articulou o enunciado, ele é abordado com uma função vazia que pode ser ocupada por todo e qualquer indivíduo. Enfim, qual é a posição que todo e qualquer indivíduo deve ocupar para ser seu sujeito? (FOUCAULT, 2008a).

Nesse momento, observamos que nosso *corpus* está dividido em dois gêneros jornalísticos: o editorial (representado pelas publicações *Qualidade sem diploma*, de *Veja* de 24 de junho de 2009 – Anexo A, e *Jornalista sem diploma*, de *O Estadão de S. Paulo* de 20 de junho de 2009 – Anexo B) e a notícia/reportagem (*Diploma decorativo*, revista *Isto É*, de 24 de junho de 2009 – Anexo C; *Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista*, jornal *Folha Online*, de 17 de junho de 2009 – Anexo D; *STF derruba diploma para jornalista*, jornal *O Estadão de S. Paulo*, de 18 de junho de 2009 – Anexo E; *Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma*, jornal *O Estadão de S. Paulo*, de 30 de junho de 2009 – Anexo F). Ressaltamos que há diferenças, ainda que muitas vezes sutis, entre o gênero jornalístico notícia e o gênero reportagem; todavia, para a análise ora empreendida, conjugamos os dois gêneros para falar da posição sujeito, uma vez que ambos são escritos pelo sujeito jornalista e não representam oficialmente a opinião da empresa jornalística, diferentemente dos anexos A e B, que estão inseridos no gênero editorial.

Ao atentar para a posição sujeito em relação aos dois enunciados enquadrados no gênero editorial, é preciso lembrar que não se trata da opinião de um autor, mas da opinião oficial da empresa jornalística diante de um fato de grande

repercussão (MARQUES DE MELO, 1994). Assim, por não ter um único autor responsável, o editorial não é assinado, sendo de inteira responsabilidade da instituição jornalística. Como alerta Foucault (2009), a produção do discurso e a vontade de verdade apoiam-se sobre um suporte institucional que legitima e, conseqüentemente, autoriza o sujeito a proferir/produzir determinado discurso. Destarte, ao tratarmos da posição sujeito não é possível desvinculá-lo da instituição dentro da qual o enunciado emerge.

Em decorrência disso, o indivíduo responsável por formalmente produzir esses enunciados, seja do editorial seja das matérias jornalísticas, não pode dizer qualquer coisa a respeito de um assunto a seu bel prazer, afinal esse sujeito é atravessado pelos sentidos da instituição de onde fala e para quem fala. Foucault (2009) chama-nos a atenção para tal fato: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2009, p. 09).

Para Marques de Melo (1994), embora estejam formalmente dirigidos à opinião pública, os editoriais estabelecem uma forte relação dialógica com o Estado. Neste sentido, a empresa jornalística procura apontar ao Estado a maneira como os assuntos de caráter público deveriam ser tratados, orientados. Ademais, como se trata da revista *Veja* e do jornal *O Estadão*, todo e qualquer sujeito para escrever esse editorial (enunciado) deve estar alinhado à política editorial dessas duas empresas jornalísticas.

É a legitimação conferida ao sujeito editorialista pela própria instituição que permite a produção de construções como a que apresentamos abaixo. São afirmações imperiosas que refletem a opinião da empresa jornalística, de modo que só podem ser produzidas com sua autorização. O princípio da interdição está marcado fortemente:

(1) “[...] a exigência [do diploma] teve o seu **ridículo** exposto por uma comparação **brilhante** de Gilmar Mendes [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “Ao defender o fim dessa **excrescência**, o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, disse que ela atentava contra a liberdade de expressão garantida pela Constituição Federal a todos os cidadãos [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(3) “**De nossa parte**, preferimos dizer que as faculdades de comunicação **serão importantes** pela qualidade do ensino que ministrarão aos futuros profissionais do jornalismo - e decerto terão de se aprimorar, porque seus alunos sofrerão, no mercado de trabalho, a concorrência que vem com o fim da reserva de mercado [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. O Estadão de S. Paulo, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(4) “Se a exigência do diploma, estabelecida no decreto-lei do regime militar, já **era um anacronismo** quando foi criada, de lá para cá a evolução tecnológica da comunicação a deixou **ainda mais despropositada e inteiramente inócua** [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. O Estadão de S. Paulo, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

Observamos que tais construções dos editoriais da revista *Veja* e do jornal *O Estadão* se utilizam largamente de adjetivos como “ridículo” (excerto 1), “excrescência” (excerto 2), “importantes” (excerto 3), “despropositada” (excerto 4), “inócua” (excerto 4), como ressaltamos nos recortes acima trazidos, e de construções afirmativas como “serão importantes” (excerto 3), “a exigência do diploma [...] a deixou ainda mais despropositada” (excerto 4), as quais só são possíveis e reconhecidas quando inseridas no gênero “editorial”. Esse tipo de discurso emerge com maior intensidade nos chamados gêneros opinativos do jornalismo, como o artigo, a crítica, a crônica, etc. No caso do editorial, o uso desse tipo de construção textual é autorizado pela instituição para que o sujeito editorialista pudesse produzi-lo, como fortemente marcado no trecho (3) quando há o uso da expressão “De nossa parte”: no momento em que é utilizado o pronome possessivo “nossa”, são abarcados tanto o sujeito que escreveu o editorial quanto toda a empresa jornalística. De forma um pouco diferente, nos demais casos dos gêneros opinativos, por expressarem a opinião do próprio “autor”, as afirmações estão desvinculadas da instituição jornalística e a responsabilidade do que é dito recai inteiramente sobre o autor do texto.

Assim, também os jornalistas das matérias (notícias e reportagens) estão inseridos em uma instituição jornalística carregada de uma política editorial, à qual tais jornalistas devem estar alinhados. Ainda que as notícias e reportagens supostamente não apresentem a opinião da empresa jornalística, como acabamos de visualizar nos editoriais, uma vez que são produzidas por sujeitos que constituem e se constituem da instituição, elas estão inscritas numa ordem do discurso que



deve ser seguida. Exemplos de ocorrências disso são encontrados nas sequências enunciativas retiradas da revista *Isto É*:

(1) “Em decisão inédita, o STF **acaba** com a exigência do curso de jornalismo. E **pode fazer** o mesmo com outras profissões [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(2) “O tempo passou e a exigência do diploma **deixou de ser** um limitador da liberdade de expressão [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(3) “A não obrigatoriedade do diploma para jornalistas **certamente** trará reflexo negativo nas faculdades de comunicação, **embora** os responsáveis por esses cursos procurem minimizar o fato [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Mesmo sendo uma reportagem jornalística, é possível identificar alguns momentos em que a jornalista, devido a sua subjetividade, constrói um discurso que marca a opinião dentro da instituição da qual fala. No primeiro excerto, estabelece um jogo de causas e consequências: uma vez que o diploma de jornalista deixou de ser obrigatório, o mesmo “pode” acontecer com outras profissões. Já vislumbra consequências futuras diante do acontecimento da decisão do STF. No segundo recorte, a jornalista chega a afirmar que a exigência do diploma “deixou de ser” (excerto 2) um fator limitador da liberdade de expressão. No recorte (3), o advérbio “certamente” e a conjunção concessiva “embora” demarcam afirmações que não são questionadas: ao utilizar “certamente”, não abre margem para uma ideia contrária à ali exposta, como se estivesse num campo do logicamente estabilizado<sup>19</sup>.

Destacam-se, no *corpus*, outras construções cujo funcionamento discursivo denota a posição sujeito de jornalista:

(1) “Mendes **chegou** a comparar a profissão de jornalista com a de cozinheiro [grifo nosso]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

<sup>19</sup> Pêcheux (2008) expõe que os campos do logicamente estabilizado se referem àqueles que se mostram como “evidentes”, particularmente sustentados por uma relação lógica; logo, o universo do logicamente estabilizado é “construído por um conjunto relativamente simples de argumentos, de predicados e de relações [...] no domínio esportivo, a evidência dos resultados é sustentada pela sua apresentação em um quadro lógico (a equipe X, classificada na enésima divisão, derrotou a equipe Y; a equipe X está, pois, qualificada para se confrontar com a equipe Z, etc)” (PÊCHEUX, 2008, p. 22).

(2) “**Na avaliação do presidente do STF**, o decreto-lei 972/69, que estabelece que o diploma é necessário para o exercício da profissão de jornalista, não atende aos critérios da Constituição de 1988 para a regulamentação de profissões [grifo nosso]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] Folha online, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(3) “**Segundo ele** [Gilmar Mendes], exigir o diploma de quem exerce jornalismo é contra a Constituição, que garante essas liberdades [grifo nosso]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(4) “Essa obrigatoriedade tinha sido **imposta** por um decreto-lei de 1969, época em que o País era governado pela ditadura militar [grifo nosso]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(5) “**Dados do Censo** da Educação Superior de 2007 apontam que 546 cursos de jornalismo estão em funcionamento no país, com mais de 113 mil vagas [grifo nosso]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

(6) “**O coordenador** do curso de Jornalismo da PUC-SP, Marcos Crispa, **define** a decisão do STF como um ‘desastre’ [grifos nossos]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Como é próprio do discurso jornalístico, o uso de verbos dicendi e de preposições tem por objetivo atribuir ao autor determinada fala, opinião ou argumento, procurando isentar o jornalista e a empresa de ser parcial ou subjetiva. É o que observamos nos destaques “Na avaliação do presidente do STF” (excerto 2), “Segundo ele” (excerto 3) e “O coordenador [...] define”(excerto 6). Outro recurso utilizado são os dados de pesquisas de institutos reconhecidos que, por estarem dentro do universo do logicamente estabilizado (ao trabalhar com números, coleta de dados capazes de serem inferidos e quantificados), corroboram a “verdade” apresentada/construída pela matéria jornalística: “Dados do Censo da Educação Superior de 2007” (excerto 5). Também selecionamos o recorte “Mendes **chegou** a comparar a profissão” (excerto 1) e “[...] obrigatoriedade tinha sido **imposta** por [...]” a fim de demonstrar que, embora procure deixar transparecer objetividade, imparcialidade, o uso de algumas palavras nas matérias jornalísticas aponta para o caráter subjetivo inerente ao processo constitutivo da língua. No excerto (1) o uso de

“chegou” produz o sentido de algo que atingiu um ponto talvez não esperado – neste caso, para o jornalista que escreveu a matéria: o ministro “chegou” a comparar o jornalista a um *chef* de cozinha. Assim também, o próprio uso da palavra “imposta” (excerto 4) em vez de outras como “definida”, “estabelecida”, “regulamentada”, por exemplo, demarca a posição do sujeito jornalista: o diploma foi algo “imposto”, construção por meio da qual podemos perceber o sentido de que a sociedade, na época, não queria essa exigência. A partir desses recortes procuramos descrever a posição do jornalista autor das notícias/reportagens, que, embora procure construir um texto claro, objetivo, imparcial – características próprias do universo jornalístico de produzir sentido no interior dos textos elaborados nessa área –, por ser/estar sujeito do/ao discurso, acaba marcando e materializando sua subjetividade em suas construções textuais.

Deparamo-nos, conseqüentemente, com a descrição das modalidades enunciativas, como proposto por Foucault (2008a). A primeira modalidade citada pelo filósofo questiona o *status* de quem fala. Quem pode falar na matéria jornalística? Provavelmente, até então, eram jornalistas com diploma, devidamente registrados no Ministério do Trabalho para exercer essa função. Considerando-se que se trata de veículos de grande circulação – *Isto é*, *Folha online*, *Veja*, *O Estadão* –, esses jornalistas, possivelmente, passaram por um processo de seleção e/ou indicação que levou em consideração a competência para o exercício da função e a compatibilidade entre a política editorial da empresa e as convicções do jornalista, etc.

Tal especificidade fica ainda maior quando questionamos: Quem pode falar no editorial? Quem pode falar nas matérias jornalísticas? Esses dois espaços não podem ser ocupados por qualquer pessoa, mas por alguém que, primeiramente, já justifique as razões de uso da linguagem empregada. Somente os profissionais que trabalham na revista *Veja* e no *Estadão*, empresas responsáveis pelos editoriais selecionados, e na *IstoÉ*, *Folha online* e *Estadão*, que editaram as matérias jornalísticas selecionadas para nossa pesquisa, podem ter, ou melhor, têm o direito regulamentado de proferir tal discurso. Esses detêm critérios de competência e de saber para exercer a prática e a própria experimentação do saber, conforme Foucault (2008a).

Tais sujeitos estão inseridos num ambiente de diferenciação e de relações que pressupõe a subordinação hierárquica, atribuições e funções, e é principalmente

nesse estágio que chamamos a atenção para o caráter de diferenciação entre a figura do editorialista e a do jornalista responsável por redigir as matérias. Para escrever notícias e reportagens ou realizar entrevistas é exigido fazer parte das empresas jornalísticas e/ou ser por elas autorizado; já ser editorialista não é qualquer funcionário (jornalista) que pode, uma vez que nesse espaço é a imagem da empresa jornalística que está mais fortemente à vista; o que é apresentado é a opinião do veículo, e não de um único sujeito. Decorre daí que talvez o editorial seja escrito pelo alto escalão da revista/jornal ou por alguém por ele nomeado, e até mesmo pela figura do editor-chefe ou – por que não? – pelo dono da empresa.

A fala jornalística do editorial, conseqüentemente, não pode vir de alguém qualquer: há traços que definem o funcionamento desse espaço em relação a toda a sociedade. Esse espaço já é (re)conhecido e deve ser ocupado pelo sujeito de direito, responsável por articulá-lo, reivindicando para si o poder de exprimir a opinião sobre um fato de grande repercussão em nome de um veículo jornalístico. Vemos desenhar-se a “posição sujeito”, outra modalidade enunciativa proposta por Foucault (2008a), muito próxima a esse *status* do sujeito que fala. A posição sujeito – aquela que qualquer indivíduo pode ocupar na rede de informações – do editorialista é a daquele que pode e deve emitir uma opinião coadunada com a da empresa jornalística, como podemos observar em sequências enunciativas do *corpus*, do qual são destacadas as seguintes:

(1) “Poderão ganhar também as faculdades de jornalismo, que **terão de rever** currículos, a fim de formar alunos mais bem preparados para uma competição que se afigura mais dura [grifo nosso]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “Qualidade sem diploma” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(3) “**Sem dúvida** essa associação [entre a atividade jornalística e a liberdade de expressão e de informação] se harmoniza com o princípio básico que rege a liberdade de imprensa nas democracias contemporâneas... [grifo nosso]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(4) “**Muito mais eficiente** que aquela reserva de mercado, em termos de qualificação profissional jornalista, **será a concorrência** pela qualidade que terá que surgir entre essas escolas [faculdades de jornalismo] [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

Os excertos (1) e (4) manifestam afirmações categóricas que representam a opinião da empresa jornalística. Os verbos utilizados não abrem margem para dúvida, constroem o texto de forma que a “verdade” ali colocada é a única possível. Para a revista *Veja*, é “certo” que as faculdades de comunicação “terão” de rever seus currículos, não é uma possibilidade; trata-se de algo já dado como certo. O *Estadão* também afirma ser mais “eficiente” a concorrência entre as faculdades que preferem a qualidade à exigência do diploma, e isso é posto como uma verdade única que se coaduna com uma empresa inserida na lógica do capital. O uso do “sem dúvida” (excerto 3) e da própria afirmação expressa no título do editorial de *Veja* “Qualidade sem diploma” (excerto 2) direciona para essa construção típica dos editoriais de fugir do campo das “possibilidades” em proveito das “certezas” e das “afirmações”.

Já a fala do jornalista é a daquele que escreve matérias, estando mais próxima daquele que ouve, observa e anota, relata, transmite, recolhe e objetiva a informação. Como já discutimos anteriormente, devido a esse caráter do jornalista de anotar, transmitir, relatar, mas não opinar, defender, argumentar, é que se verifica o uso constante dos verbos *discendi*, de advérbios que caracterizem as “fontes” da matéria jornalística como responsáveis pelas afirmações e falas ali apresentadas, como verificamos nos seguintes excertos:

(1) “**Para ele** [Gilmar Mendes], a Constituição é clara ao estabelecer que o Estado só pode regular profissões que exijam saber científico [grifo nosso]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(2) “‘Não foi o diploma que caiu, e sim a obrigatoriedade dele’, **diz** Carlos Costa, coordenador da Faculdade Cásper Líbero [grifo nosso]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(3) “‘Esse decreto é mais um entulho do autoritarismo da ditadura militar que pretendia controlar as informações e afastar da redação dos veículos os intelectuais e pensadores que trabalhavam de forma isenta’, **disse** Lewandowski [grifo nosso]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(4) “O presidente do STF **disse** ainda que não acredita que a queda do diploma de jornalista feche as faculdades de comunicação [grifo nosso]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(5) “Relator do caso no STF, o presidente do tribunal, Gilmar Mendes, **disse** que o jornalismo é uma profissão diferenciada, que tem vinculação com o exercício amplo das liberdades de expressão e de informação [grifo nosso]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia]

*O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(6) “Único ministro a votar a favor da obrigatoriedade do diploma, Marco Aurélio Mello **afirmou** que o jornalista tem de ter técnica para entrevistar, reportar e pesquisar” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(7) “**Segundo ele** [coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, Marcos Cripa], a faculdade começou a discutir a criação de uma pós-graduação em Jornalismo, mas o futuro dos bons cursos de graduação não está ameaçado [grifo nosso]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

(8) “**Para o chefe** do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, José Luiz Proença, o fim da obrigatoriedade do diploma não significa um enfraquecimento dos cursos de Jornalismo [grifo nosso]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Os recortes apresentados permitem visualizar construções que são próprias do discurso jornalístico. Uma vez que há uma divisão (imaginária) entre o que é informação e o que é opinião dentro do veículo de comunicação, a construção textual dos textos jornalísticos acaba empregando recursos como “para ele” (excerto 1), “diz” (excerto 2), “disse” (excertos 3, 4 e 5), “afirmou” (excerto 6), “segundo ele” (excerto 7), “para o...” (excerto 8), os quais operam como indicadores da objetividade, imparcialidade, comprometimento, isenção, etc. No contrato (por vezes inconsciente) entre a empresa jornalística e leitor, é como se tais matérias jornalísticas dissessem: “somos somente informação, e não opinião”. É pelo uso de tais recursos que a prática jornalística passa a ser legitimada e aceita pelo leitor como verdade, muitas vezes, sem ser colocada em suspenso, como uma dentre tantas verdades possíveis. Vale lembrar que o efeito de verdade vinculado aos enunciados jornalísticos sob análise decorre do poder que se exerce por meio da prática jornalística, o qual legitima o saber que nela é produzido.

Outra modalidade enunciativa é a dos “lugares institucionais”: de onde o jornalista e o editorialista obtêm seu discurso, onde ele é legitimado. O lugar institucional é o veículo de informação, neste caso, as revistas *Veja* e *Isto é* e os jornais *Folha online* e *O Estadão*; todavia, o jornalista poderia estar em outros lugares institucionais, tais como um jornal impresso, um canal específico de rádio ou

de televisão, uma assessoria de imprensa, por exemplo. Assim, podemos caracterizar de onde falam os editorialistas e os jornalistas.

*Veja* é uma revista de circulação semanal há mais de 40 anos no mercado; é publicada pela “Editora Abril” com tiragem superior a um milhão de exemplares, atingindo 8.774.000 leitores. O preço de capa da publicação é de R\$8,90<sup>20</sup>. O perfil do leitor da revista é composto de 47% de leitores do sexo masculino e 53% do sexo feminino. Do total, 46% são da “classe B”, 28% da “classe A”, 23% da “classe C”, 3% da “classe D” e 0% da “classe E”. O Sudeste é a região com mais leitores (58%), seguido pelo Sul (15%), Nordeste (14%), Centro-Oeste (9%) e Norte (4%). A faixa etária dos leitores de *Veja* é de 25 a 34 anos (22%), acima de 50 anos (22%), entre 35 a 44 anos (21%), 20 a 24 anos (12%), 15 a 19 anos (10%), 45 a 49 anos (9%) e 10 a 14 anos (3%)<sup>21</sup>.

Conforme informa o próprio *site*, o *Estadão* (<http://www.estadao.com.br/>) é considerado o mais antigo jornal da capital paulista ainda em circulação (ESTADÃO, 2010). Fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Basiliense, em 4 de janeiro de 1875, sob o nome *A Província de S. Paulo*, viria a receber o atual nome, *O Estado de S. Paulo*, em janeiro de 1890, e é de propriedade exclusiva da família Mesquita a partir de 1902. O portal de onde retiramos o editorial que compõe nosso *corpus* (*Estadao.com.br*) surgiu em 2000, resultado da união dos sites *Agência Estado*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Informações disponíveis no próprio portal indicam que o *Estadao.com.br* atingiu, em janeiro de 2003, a marca de mais de um milhão de visitantes mensais, galgando-o à posição de liderança entre os veículos de jornalismo em tempo real no país (ESTADÃO, 2010). O acesso às matérias do *site* é gratuito, mas há conteúdos exclusivos para os assinantes do jornal impresso.

Conforme o *site Revistas* (2010), a revista semanal *IstoÉ Independente*, conhecida somente como *IstoÉ*, tem uma tiragem de mais de 440 mil exemplares, com 60% do público assinante pertencente à Região Sudoeste do país, com idade entre 20 e 49 anos, das classes A e B. O *site* informa, ainda, que a revista foi

---

<sup>20</sup> Conforme informações gerais apresentadas pela Editora Abril. Disponível em: <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em: 08 de Ago. 2010.

<sup>21</sup> Dados disponíveis em: <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em: 08 de Ago. 2010.

lançada em 1976 pelo jornalista italiano Mino Carta, e pertence à *Editora Três*. O preço atual da revista nas bancas é de R\$9,90.

Assim como ocorre com *Estadao.com.br*, o jornal *Folha online* (<http://www.folha.uol.com.br>) é a edição online do jornal *Folha de S. Paulo*, em que parte do conteúdo é gratuita e o restante disponível somente para os assinantes do jornal impresso ou do conteúdo digital. Segundo informações do *site* do jornal (CONHEÇA FOLHA, 2010), a *Folha de S. Paulo* foi fundada em 1921 e é, desde a década de 1980, o jornal impresso mais vendido do país, com uma circulação média de 302 mil exemplares em dias úteis e 365 mil exemplares aos domingos. O *site* informa ainda que a *Folha online* foi o primeiro jornal a oferecer o conteúdo *online* aos seus leitores, com uma equipe de reportagem própria, que prima pela mesma qualidade editorial e criticismo da *Folha*.

Feita essa breve descrição das instituições em que se encontram os enunciados que analisamos, podemos então considerar que tais enunciados só puderam existir porque estão inseridos em um domínio associado, ou seja, só produzem sentido se imersos em um jogo de relações com outras formulações já feitas, dentro das quais se inscrevem e formam um elemento e as quais se referem, às que virão posteriormente e, por fim, àquelas que possuem um *status* compartilhado (FOUCAULT, 2008a). Os enunciados sempre devem ser considerados em relação a esse campo associado – a essa memória discursiva que, não obstante, permite-lhes a própria existência – e, conseqüentemente, aos sujeitos produtores desses enunciados.

Observamos, assim, no *corpus* analisado, uma (re)citação de tantos outros enunciados coexistentes no mesmo campo associado. Vislumbramos que esses seis enunciados analisados estão imersos num campo associado, em que uma memória discursiva está a todo o momento operando uma série de enunciados relativos à definição do que é a prática jornalística, aos princípios que regem a profissão, ao modo como se configura e se constrói uma matéria jornalística (notícia, reportagem, entrevista, artigo, editorial etc.), como observamos nos seguintes enunciados:

(1) “O fim da obrigatoriedade alinha o Brasil com as nações onde **o jornalismo abriga**, sem embarços de nenhuma espécie, todos **aqueles que** encontraram **no** ambiente dos **meios de comunicação** a melhor maneira de **dividir o que aprenderam** nos campos da economia, da ciência, do direito, das artes, da moda e do esporte [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)



(2) “[...] o ministro Gilmar Mendes associou **liberdade de expressão e comunicação** [...] ao **exercício da atividade jornalística** sem quaisquer formas de controle, restrição ou condição imposta pelo Estado. **Sem dúvida** essa associação se **harmoniza com** o princípio básico que rege a **liberdade de imprensa** nas democracias contemporâneas [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “Quando uma **notícia não é verídica** ela não será evitada pela exigência de que os jornalistas frequentem um curso de formação [...]”, disse [Gilmar Mendes] [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(4) “O **jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada**. Os **jornalistas são** aquelas **pessoas que se dedicam** profissionalmente ao exercício pleno da **liberdade de expressão** [...]”, afirmou Mendes [grifos nossos]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Aos poucos vai se delineando a prática jornalística, seja nas afirmações contidas nos editoriais, seja nos comentários trazidos em todos os enunciados. Dessa forma, o jornalista é caracterizado como aquele que procura “dividir” o conhecimento adquirido em algum curso superior (excerto 1) e aquele que se dedica à liberdade de expressão e de informação (excertos 2 e 4). A notícia no jornalismo deve ser “verídica” (excerto 3) e o jornalismo nada mais é que a “difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada” (excerto 4). Tais conceitos, presentes na memória social, são resgatados para caracterizar a prática jornalística, o jornalismo e o profissional jornalista.

Vemos também uma memória ser reativada quanto à (não) necessidade de formação em curso superior para a investidura em determinada profissão (ressaltamos que não são apenas os enunciados relativos ao campo do jornalismo que reverberam, mas entra em pauta também a necessidade de diploma para tantas outras profissões, como médico, advogado, engenheiro etc.), como se pode visualizar nos seguintes recortes:

(1) “**A obrigatoriedade** do diploma **foi impingida** em 1969, auge do regime de exceção instalado cinco anos antes, **não para melhorar o jornalismo brasileiro**, mas para controlar o acesso às redações de repórteres, editores e fotógrafos que eram considerados ameaçadores aos generais [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “Além de ferir o direito constitucional, já que **impedia pessoas** formadas apenas em outra área de **manifestar seu conhecimento e pensamento** por meio da atividade jornalística, a exigência teve seu ridículo exposto [...] [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(3) “Por 8 votos a 1 o STF decidiu que **o Decreto-Lei 972** de 1969, que exigia tal condição, **é incompatível** com a **Constituição de 1988**, justamente **porque esta garante** a plena **liberdade de expressão e comunicação** [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(4) “A **decisão** do STF **abre espaço** para que **outras atividades** também possam **ter a necessidade legal de diploma revista**. O próprio Gilmar Mendes compartilha desse princípio. Para ele, a Constituição é clara ao estabelecer que o Estado só pode regular **profissões** que **exijam saber científico** [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(5) “Esse **decreto** é mais um **entulho** do autoritarismo da **ditadura militar** que pretendia **controlar as informações** e **afastar** da redação dos veículos os **intelectuais e pensadores** que trabalhavam de forma isenta’, disse Lewandowski [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

Diante de alguns dos trechos que remetem à (não) necessidade do diploma, é possível observar que vão sendo resgatadas informações que buscam justificar, ou não, a exigência de diploma para o exercício da profissão jornalista. Constrói-se um discurso segundo o qual o diploma, por ter sido estabelecido como obrigatório na época do regime militar, não melhora a prática jornalística (excerto 1), impede a manifestação da liberdade de conhecimento e pensamento (excerto 2), assim como as liberdades de expressão e comunicação (excerto 3), pois procura “controlar” as informações afastando intelectuais e pensadores que atuavam de maneira “isenta” (excerto 5) e não se coaduna com a Constituição, a qual estabelece que o diploma só pode ser exigido de profissões que exijam “saber científico” (excerto 4).

Uma terceira memória reativada diz respeito às leis e aos demais dispositivos institucionais e/ou legais que versam sobre a liberdade de imprensa e a liberdade de opinião e de expressão, principalmente à Constituição de 1988 e ao Decreto-Lei nº972/69. As leis são recorrentes, pois estão entre os instrumentos de exercício do poder na sociedade. Por meio delas torna-se possível governar, estabelecer uma ordem do (não) poder/fazer, punir, docilizar. Apresentamos alguns dos trechos em que podemos vislumbrar a presença dos instrumentos jurídicos legais:

(1) “Na avaliação do presidente do STF, o **decreto-lei 972/69**, que estabelece que o diploma é necessário para o exercício da profissão de jornalista, não atende aos critérios da **Constituição de 1988** para a regulamentação de profissões [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(2) “Essa obrigatoriedade tinha sido imposta por um **decreto-lei de 1969**, época em que o País era governado pela ditadura militar [grifo nosso]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(3) “A decisão destrói a forma como a **profissão** foi **organizada** no Brasil **nos últimos 40 anos**: a exigência vigorava desde 1969, pelo **decreto lei 972** [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Também é possível observar, nos enunciados analisados princípios éticos e morais que um profissional – no caso, o jornalista - deve seguir e respeitar. A partir do momento em que se questiona a necessidade de diploma para o exercício da profissão, resvala-se num campo discursivo que procura definir/caracterizar o “bom” profissional, estabelecendo funções, preceitos e práticas que devem ser seguidos, como se verifica nas seguintes sequências enunciativas:

(1) “Os **jornalistas** são aquelas pessoas que se **dedicam** profissionalmente ao **exercício** pleno da **liberdade de expressão** [...]’, afirmou o ministro” [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “[...] o Decreto-Lei 972 de 1969, que exigia tal condição, é incompatível com a Constituição de 1988, **justamente** porque esta **garante** a plena **liberdade de expressão e comunicação** [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “Disse a Suprema Corte que o maior bem a ser tutelado não é o direito do jornalista de informar, mas sim o da **sociedade de ser informada** [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(4) “[...] qualquer um pode transmitir informações e opiniões - exercendo, desse modo, ainda que sem os **rígidos princípios éticos adotados** pelas **empresas de comunicação** que se pautam pela **seriedade** e pela **responsabilidade**, uma típica atividade jornalística [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(5) “Apesar das constatações fica difícil imaginar que um **jovem** que queira ser **jornalista** não **procure** outro curso superior, buscando uma **formação humanística** mais **sólida** [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(6) “Tais  **cursos**  são importantes e  **exigem preparo técnico e ético**  dos profissionais para atuarem. Os jornalistas se dedicam ao exercício pleno da liberdade de expressão. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensadas e tratadas de forma separada’, afirmou [Gilmar Mendes] [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(7) “Apesar de ter votado contra a exigência do diploma, o presidente do STF reconheceu que é  **inegável**  que  **frequentar um curso superior**  com disciplinas  **técnicas sobre redação e edição, ética e teoria da comunicação**  pode dar ao profissional uma formação sólida para o exercício cotidiano do jornalismo [grifos nossos]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(8) “Único ministro a votar a favor da obrigatoriedade do diploma, Marco Aurélio Mello afirmou que o  **jornalista tem de ter técnica para entrevistar, reportar e pesquisar**  [grifos nossos]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(9) “Um erro médico pode matar uma pessoa, mas um  **ataque mentiroso**  cometido por um  **jornalista**  em uma notícia pode  **afetar a vida de uma família para sempre, matá-la publicamente** . Se com a exigência do diploma já existe uma série de erros, imagine agora’ [coordenador do curso de Jornalismo da PUC-SP, Marcos Crispa] [grifos nossos]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

(10) “No fundo, não temos no Brasil a concepção de que o  **jornalismo**  é um  **compromisso social** ’ [ministro das Comunicações, Hélio Costa] [grifos nossos]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

(11) “Proença [chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, José Luiz Proença] considera que a  **prática**  da profissão  **exige**  uma  **formação superior** , mesmo que o diploma não seja obrigatório [grifos nossos]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Nesses diversos recortes que procuramos ressaltar, vemos delinear-se alguns compromissos e exigências que são requeridos do profissional jornalista. Ainda que estes estejam espalhados nos diferentes enunciados, o que procuramos é explicitar como, a todo o momento, é reativada uma memória discursiva sobre a prática e comprometimento ético do sujeito jornalista. Não se trata de vislumbrar um mesmo conceito que irá se repetir em todos os enunciados, mas de apontar para as diferentes noções que compõem essa memória, a qual não nos é acessível em sua

totalidade. Como já mencionado, é reforçado que o “bom” jornalista deve atuar em conformidade com a liberdade de expressão, informação, pensamento e comunicação (excertos 1 e 2), zelando pelo direito da sociedade de ser informada muito mais do que pela simples tarefa de informar (excerto 3), visto que o jornalismo é, antes de tudo, um “compromisso social” (excerto 10). Constrói-se o sujeito jornalista como aquele que está inserido numa instituição que, tal como ele, preza preceitos rígidos e éticos e embasados na “responsabilidade” e “seriedade” (excerto 4), que procura uma boa “formação humanística” (excerto 5), uma vez que está inserido em um “curso superior” (excerto 11) que lhe ensina preceitos “éticos” (excerto 6), além de técnicas de redação e edição para entrevistar, reportar e pesquisar (excertos 7 e 8). Entre as consequências do mau uso do jornalismo é apresentado o risco que a sociedade pode sofrer quando algo “mentiroso” é publicado na imprensa (excerto 9).

Nesse campo associado, além dos preceitos éticos e morais do jornalista, está presente a história do jornalismo no mundo e, mais especificamente, no Brasil. As leis, ao passo que indicam instrumentos legais que regulam(entam) a profissão, também são indícios de uma construção histórica a respeito do jornalismo. Elas denotam os movimentos e lutas a favor e contra o diploma, ainda que não sejam mencionadas explicitamente no enunciado, afinal a lei é o produto final de um processo muito maior, que leva em consideração os empreendimentos dos homens na (re)construção da história da sociedade. Abaixo apontamos alguns dos excertos que materializam a presença dessa memória nos enunciados analisados:

(1) “O Supremo Tribunal Federal varreu da legislação brasileira mais uma herança da ditadura militar: a obrigatoriedade do diploma de jornalista para quem exerce a profissão” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “A obrigatoriedade do diploma foi impingida em 1969, auge do regime de exceção instalado cinco anos antes, não para melhorar o jornalismo brasileiro, mas para controlar o acesso às redações de repórteres, editores e fotógrafos que eram considerados ameaçadores aos generais” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(3) “Com a redemocratização do país, a norma passou a servir de instrumento de pressão política de sindicatos sobre jornais, revistas e emissoras independentes” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(4) “O ministro Mendes relatou o processo que chegou ao Supremo em 2006 e no qual já dera, na ocasião, liminar suspendendo a exigência do diploma. Esse processo se originara de ação contra a obrigatoriedade do diploma, proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de São Paulo. Em 2001, a 16ª Vara de São Paulo extinguiu a

exigência, mas em 2003 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região a restabeleceu” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(5) “A decisão destrói a forma como a profissão foi organizada no Brasil nos últimos 40 anos: a exigência vigorava desde 1969, pelo decreto lei 972. Na época, o governo militar pretendia inibir a liberdade de expressão, limitando o espaço nos veículos de comunicação àqueles que tivessem diploma específico. O tempo passou e a exigência do diploma deixou de ser um limitador da liberdade de expressão” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(6) “**Histórico.** O Ministério Público Federal entrou com ação em outubro 2001 para que não seja exigido o diploma de jornalista para exercer a profissão. Uma liminar edita ainda em outubro de 2001 suspendeu a exigência do diploma de jornalismo. A Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e a União entraram com um recurso. Em outubro de 2005, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região entendeu que o diploma é necessário para o exercício do jornalismo. A decisão provocou um novo recurso do Ministério Público Federal no STF e, em seguida, com a ação para garantir o exercício da profissão por quem não tem diploma até que o tema seja definido pelo Supremo. Em novembro de 2006, o STF decidiu liminarmente pela garantia do exercício da atividade jornalística aos que já atuavam na profissão independentemente de registro no Ministério do Trabalho ou de diploma de curso superior na área [grifo do autor]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(7) “Essa obrigatoriedade tinha sido imposta por um decreto-lei de 1969, época em que o País era governado pela ditadura militar” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(8) “Numa perspectiva otimista, eles devem até melhorar. Nesses quarenta anos de exigência do diploma, as escolas de comunicação tiveram uma influência positiva na formação do jornalista brasileiro. Crescemos em termos de pesquisa na área. A queda da obrigatoriedade é uma forma de cobrar qualidade dos cursos”, diz [chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, José Luiz Proença]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Essa série enunciativa promove, discursivamente, uma espécie de reescrita da história do diploma de jornalismo no Brasil. Como explica Foucault (2008a), a história que conhecemos é aquela contada pelos homens por meio do discurso. Tomando isso como premissa, é possível concluir que um mesmo fato pode adquirir contornos díspares em função do sujeito que produz o enunciado, da instituição dentro da qual este se encontra, dos saberes que são mobilizados para se construir um efeito de “verdade” e não outro, e da correspondência entre a história contada por meio do discurso e a “realidade”. Em todo o caso, materializa-se nos seis enunciados a recorrência a uma memória social e histórica que procura justificar e embasar, por meios de diferentes acontecimentos, o acontecimento discursivo, a

decisão do STF. Essa (re)construção da história procura ressaltar que a exigência da obrigatoriedade se deu na época do regime militar (excertos 1, 2, 5 e 7), e posteriormente foi amplamente discutida, sendo determinada, por diferentes instâncias, ora a obrigatoriedade ora a não exigência do diploma (excertos 3, 4, 6 e 8). Os meandros da história são rememorados de diferentes jeitos, portanto são (re)contados das mais diversas maneiras pelas instâncias produtoras do discurso.

Outro elemento do campo associado ativado diz respeito aos votos dos ministros sobre o caso, sendo, notoriamente, o de Gilmar Mendes o mais citado, devido ao fato, entre outros, de ser o relator do processo. Ressaltamos que, conquanto os demais oito votos não sejam tratados com a mesma importância com que é tratado o de Gilmar Mendes, eles são rememorados já no simples gesto de citação do número de votos favoráveis ou contrários à exigência do diploma. O silenciamento e o apagamento desses outros votos também produzem sentido, na medida em que são incorporados ao voto do ministro Gilmar Mendes. Este se torna a figura central que representa toda a instituição do STF. Se houve diferentes argumentos daqueles apresentados por Mendes por parte dos demais ministros, mesmo tendo culminado no mesmo voto, eles são unificados quase exclusivamente em torno de um único voto. Os votos presentes na memória discursiva dos enunciados analisados podem ser observados, entre outros, nos seguintes trechos:

(1) “Ao defender o fim dessa excrescência, o relator do caso, ministro **Gilmar Mendes, disse** que ela **atentava contra a liberdade de expressão** garantida pela Constituição Federal a todos os cidadãos [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “**Por 8 votos a 1** o STF decidiu que o Decreto-Lei 972 de 1969, que exigia tal condição, é incompatível com a Constituição de 1988, justamente porque esta garante a plena liberdade de expressão e comunicação [grifo nosso]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “Ao relatar o processo na quarta-feira **o presidente do Supremo disse**: ‘Um excelente **chefe de cozinha** certamente **poderá ser formado** numa faculdade de culinária, o que **não legitima o Estado a exigir** que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante **diploma de curso superior nessa área**’ [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(4) “Na quarta-feira, 17, o Supremo Tribunal Federal (STF) **decidiu**, por **oito votos a um**, que a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão é inconstitucional [grifos nossos]” (PATI,

Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(5) “**O voto de Mendes foi seguido pelos ministros** Carmen Lucia, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Ayres Britto, Cezar Peluso e Ellen Gracie. Marco Aurélio foi o único contrário [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(6) “**Esse decreto é mais um entulho do autoritarismo da ditadura militar** que pretendia controlar as informações e afastar da redação dos veículos os intelectuais e pensadores que trabalhavam de forma isenta’, disse **Lewandowski** [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(7) “Único ministro a votar a favor da obrigatoriedade do diploma, **Marco Aurélio Mello** afirmou que o jornalista tem de ter técnica para entrevistar, reportar e pesquisar [grifo nosso]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

Por fim, também ressaltamos que as discussões presentes nas universidades e em outras esferas da sociedade a respeito do tema também compõem essa memória discursiva reativada. Essa memória aponta para as consequências fruto da decisão do STF (acontecimento discursivo), que promoveu a alteração no regime de saberes da sociedade e, nesse bojo, a instauração de novas formas de exercício dos micro-poderes. Para ilustrar esse componente da memória discursiva, trouxemos os seguintes excertos:

(1) “Poderão ganhar também as faculdades de jornalismo, que terão de rever currículos, a fim de formar alunos mais bem preparados para uma competição que se afigura mais dura” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “De nossa parte, preferimos dizer que as faculdades de comunicação serão importantes pela qualidade do ensino que ministrarão aos futuros profissionais do jornalismo - e decerto terão de se aprimorar, porque seus alunos sofrerão, no mercado de trabalho, a concorrência que vem com o fim da reserva de mercado” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “Muito mais eficiente que aquela reserva de mercado, em termos de qualificação do profissional jornalista, será a concorrência pela qualidade que terá que surgir entre essas escolas. Cada qual terá que aperfeiçoar ao máximo os seus cursos, buscar o corpo docente mais bem habilitado e o padrão de ensino mais eficiente, para arregimentar alunos que queiram disputar empregos nos veículos de comunicação” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)



(4) “Célio Campos, coordenador de jornalismo das Faculdades Integradas Hélio Afonso, no Rio de Janeiro, também não acredita em um recuo de alunos matriculados” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(5) “Os órgãos representativos dos jornalistas ainda não digeriram a decisão do STF e pretendem trabalhar para buscar mecanismos de regulamentação da profissão” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(6) “O que fica meio no ar é qual será o critério agora para conseguir o registro. Concordo que a obrigatoriedade do diploma não é necessária, mas a formação sim. É preciso haver um critério”, afirma o coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, Marcos Cripa” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

(7) “[...]O mercado se tornará uma terra sem lei, principalmente nos grandes centros, onde a influência política e econômica das grandes empresas é muito grande [coordenador do curso de Jornalismo da PUC-SP, Marcos Crispa]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

(8) “A revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo está sendo discutida por uma comissão de especialistas formada pela Secretaria de Educação Superior, que deve entregar a proposta até agosto ao Ministério da Educação” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

A partir do momento em que identificamos no *corpus* analisado discussões em torno de uma possível revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo (excertos 1 e 8), da alteração nas práticas exercidas pelo mercado de trabalho do profissional jornalista (excerto 1, 2, 3 e 7), da indefinição da regulamentação da profissão após a decisão do STF (excerto 5 e 6) e da possibilidade de alteração na procura pelo curso de jornalismo (excerto 4), podemos afirmar que se trata efetivamente da materialização da movência nos regimes de saberes da sociedade após o acontecimento discursivo (decisão do STF) que, conseqüentemente, apontam para alterações no exercício do poder. Constatamos o exercício do discurso como “prática” capaz de alterar o curso da história da sociedade.

Ressaltamos, ainda, que esse campo associado comporta os demais enunciados futuros que surgiram(ão) em decorrência direta ou não da publicação desses enunciados, que são reativados a todo o momento pelos sujeitos produtores de discurso. Vemos, aqui, a exemplificação da união intrínseca entre os enunciados,

do elo presente na cadeia dos enunciados e de como estes estão imbricados, sendo impossível conceber um só enunciado que não esteja ligado a tantos outros, prontos a serem lembrados ou mesmo apagados no jogo enunciativo.

Após discorrer sobre o campo associado, faz-se necessário atentar para outro elemento da função enunciativa: para que uma sequência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como enunciado, como ressalta Foucault (2008a), é preciso que tenha uma existência material. Segundo o filósofo, tal materialidade é constituinte do enunciado, fazendo parte dos seus caracteres intrínsecos: “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2008a, p. 114). Assim, precisamos ressaltar as seis “enunciações”: a) o editorial *Qualidade sem diploma* se deu na edição n.º 2.118, ano 42, n.º 25, de 24 de junho de 2009, da revista *Veja*; b) o editorial *Jornalista sem diploma* foi publicado no site do *Estadão* em 20 de junho de 2009; c) a reportagem *Diploma decorativo* foi publicada na edição n.º 2.067, ano 32, de 24 de junho de 2009; d) a reportagem *Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista* foi publicada no site da *Folha online* em 17 de junho de 2009; e) a notícia *STF derruba diploma para jornalista* foi publicada em 18 de junho de 2009; e f) a reportagem *Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma*, em 30 de junho de 2009, ambas no site do *Estadão*. Conforme Foucault (2008a), todo enunciado é passível de repetição, mas sua existência material, o momento de sua enunciação, é que lhe confere um caráter único e não repetível.

Esses enunciados só se concretizaram mediante outros enunciados que os antecederam, mais especificamente, os votos dos ministros do STF que culminaram na extinção da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista (nosso acontecimento discursivo). Foi preciso uma alteração na ordem estabelecida da prática jornalística – não exigir mais o diploma para o exercício da profissão – para que esses dois editoriais e essas quatro matérias jornalísticas pudessem ser publicados, retomando partes explícitas de outros enunciados (voto do ministro Gilmar Mendes).

A existência material desses enunciados também tem significância no momento em que enfatizamos que os editoriais foram publicados na *Veja* e no *Estadão*, e que as matérias foram publicadas na *IstoÉ*, *Folha online* e *Estadão*, e não em outros veículos. Essa condição já lhes confere/produz sentido, uma vez que não estão em outras revistas como, por exemplo, *Super Interessante*, *Cult*,

*Capricho*, etc. As empresas jornalísticas têm um público-alvo (ainda que não coincida com seus leitores reais) e uma linha editorial próprios que devem ser levados em consideração e seguidos por todos os seus jornalistas e colaboradores.

Nos enunciados analisados, é preciso ressaltar também que se configuram como próprios do impresso (ainda que alguns tenham sido publicados na internet, a linguagem empregada é predominantemente textual) e não como produtos audiovisuais, como o caso da televisão e do rádio, por exemplo. O material verbal encerra em si, nesse caso, todo um processo de construção próprio do jornalismo, mais especificamente do gênero editorial (uso de adjetivos, verbos *dicendi*, opinião explícita, argumentos, etc., de uma construção textual que vai ao encontro do parecer do STF desfavorável à exigência do diploma e, posteriormente, argumentos teóricos que embasam e justificam o posicionamento) e de notícia/reportagem (objetividade, imparcialidade, a contenção no uso de adjetivos e de afirmações sem as respectivas declarações, etc.).

A partir da descrição dos elementos da função enunciativa, apreendemos a constituição dos enunciados em questão. Essa descrição possibilitou marcar a singularidade dos enunciados, observar os sentidos neles produzidos, assim como determinar seus princípios de diferenciação. Feito esse trabalho, podemos, então, imergir nos enunciados em busca das formas de materialização dos processos de objetivação-subjetivação do sujeito jornalista, dos sentidos possíveis de ser apreendidos acerca da construção identitária desse sujeito pelo discurso midiático.

#### 4.2.2 A(s) identidade(s): práticas discursivas midiáticas na objetivação/subjetivação do sujeito jornalista

Realizado o movimento de descrição/interpretação dos elementos da função enunciativa que se exerce nas sequências enunciativas selecionadas do nosso *corpus*, o passo seguinte é compreender como são materializadas as práticas discursivas midiáticas que tornam o jornalista objeto do discurso e o subjetivam, construindo-o e impingindo-lhe identidade(s).

Como são próprias da construção dos sentidos a suposta “unidade” e “completude” do texto, observamos que os editoriais de *Veja* e *Estadão* trazem argumentos que denotam a ideia de que o posicionamento a ser assumido não poderia ser outro senão aquele apresentado, logo não abrem margem para a

possibilidade de questionamento e de reflexão. Dessa forma, identificamos a materialização dos efeitos de poder vinculados aos enunciados. Como ressalta Foucault (2009), estamos lidando com um dos grupos de procedimentos que permitem o controle dos discursos: trata-se do princípio de rarefação. Quando delimitamos o que é um editorial e quem pode e deve falar nele, verificamos que estão determinadas as condições de seu funcionamento, impondo aos sujeitos que ali falam certo número de regras que devem ser obedecidas e não permitindo que todo o mundo tenha acesso a eles e neles possa falar. A partir dessa compreensão, podemos dizer que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer (sic) a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2009, p. 37).

Chamamos a atenção, primeiramente, para os títulos dos dois editoriais e da reportagem da revista *IstoÉ* analisados neste trabalho:

(1) “Qualidade sem Diploma” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. Veja, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “Jornalista sem diploma” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. O Estadão de S. Paulo, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “Diploma decorativo” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

A construção textual dos títulos é feita sem o uso de verbos. São sintagmas nominais que já indicam, de saída, o posicionamento do sujeito que fala em relação ao acontecimento, posicionamento que é tecido pelos argumentos construídos no decorrer dos textos.

Iniciamos a análise traçando um paralelo entre a construção textual dos títulos dos dois editoriais (excerto 1 e 2): “Jornalista” (excerto 2) do editorial de *Veja* está empregado no mesmo lugar de “Qualidade” (excerto 1) no editorial do *Estadão*, e tanto um quanto o outro estão ligados à caracterização de “sem diploma”; ou seja, um fazer jornalístico de qualidade não prescinde de diploma. A partir desses mesmos títulos, podemos fazer um contraponto com “Qualidade *com* diploma” e “Jornalista com diploma”: observa-se que um discurso, para se firmar, notoriamente, denota um outro ao qual se opõe, ou que procura apagar, silenciar. Considerando o *real* da língua (a impossibilidade do fechamento dos sentidos), ainda que não

marcado e escrito no presente enunciado, esse “outro” discurso (“Jornalista *com diploma*”) ecoa e produz sentido nele. Trata-se do princípio da contradição no interior do mesmo discurso: ora a noção de “qualidade” está ligada à necessidade de um diploma de nível superior, ora não. Pelo título, observamos que o “diploma” deixa de ser visto como uma comprovação do que é de “qualidade”, atestado; afinal, até aqueles que não o possuem podem fazer o mesmo que fazem os que o detêm.

É da construção desse sentido que retomamos o título da reportagem de *IstoÉ* (excerto 3) quando fala em “Diploma decorativo”. Dada a não necessidade de diploma para o exercício da profissão, esse “objeto” não teria outra serventia senão a de decoração, colocando em questionamento o próprio processo de construção do conhecimento no ensino superior, e não somente o produto final, o diploma. Uma primeira regularidade se apresenta: **especificamente para os casos de jornalistas, relativiza-se a formação em ensino superior para o exercício da profissão**. O jornalista é então caracterizado como alguém que não precisa do diploma para exercer a profissão com qualidade; logo, desvincula-se a profissão, como também o profissional, de um documento regulatório. Podemos visualizar essa regularidade, também, nos seguintes excertos dos enunciados analisados:

(1) “Dessa forma, **ganham em qualidade** redações, leitores e espectadores [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “**Não** haveria **condição alguma** de **exigir-se** prova de conclusão de **curso específico** para esse trabalho [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “A corte entendeu que a **atividade não exige conhecimento técnico específico** que torne obrigatório o canudo [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(4) “Mendes disse que o **diploma** para a profissão de jornalista **não garante** que não haverá danos irreparáveis ou prejudicar direitos alheios [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(5) “Apesar de ter votado contra a exigência do diploma, o presidente do STF reconheceu que é inegável que **frequentar um curso superior** com disciplinas técnicas sobre redação e edição, ética e teoria da comunicação **pode dar** ao profissional uma **formação sólida** para o exercício cotidiano do jornalismo [grifos nossos]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

Nesses recortes, o “diploma” de jornalismo “pode” (excerto 5) oferecer uma formação que resultaria na boa qualidade no exercício da profissão, mas como tal instrumento “não garante” (excerto 4) isso, uma vez que a profissão não exige “conhecimento técnico específico” (excerto 3), não há “condição alguma” para se exigir o diploma para (excerto 2) a prática de um jornalismo de qualidade (excerto 1).

Entre os seis enunciados analisados, observamos a presença e o uso constante de verbos e adjetivos nos editoriais, principalmente pelo fato de essa construção ser própria do gênero, conforme já exposto na descrição da função enunciativa, e com menos intensidade, na reportagem da revista *IstoÉ* e nas matérias do *Estadão* e da *Folha online*. No início do texto da revista *Veja* lemos:

(1) “O Supremo Tribunal Federal **varreu** da legislação brasileira mais uma herança da ditadura militar: a obrigatoriedade do diploma de jornalista para quem exerce a profissão [grifo nosso]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

Entre os sentidos do verbo “varrer” está o de limpar, remover sujeira de algum lugar; ou seja, a exigência do diploma de jornalista seria algo sujo a ser varrido da legislação. Assim também, conforme posto no próprio texto, tal exigência é vista como uma “excrescência”, algo “ridículo”, reafirmando o sentido produzido de que exigir o diploma seria um tumor, uma aberração, algo em demasia que deveria ser extirpado.

Já o editorial do *Estadão* inicia-se da seguinte forma:

(2) “**Finalmente**, depois de anos de polêmica, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu **solução definitiva** à questão da obrigatoriedade do certificado de conclusão de uma faculdade de comunicação social para exercer a atividade de jornalista [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

O advérbio “finalmente” ressalta um caráter de algo que tardou mas, enfim, aconteceu: naturaliza-se o sentido de que não poderia ser diferente do que ocorreu, de algo que há tanto tempo se esperava. O uso de “solução definitiva” denota o poder expresso nas mãos do STF, que não pode ser revogado, e rememora as tantas outras decisões tomadas em instâncias menores que ora suspenderam a exigência do diploma, ora o exigiram. Não se abre margem para mais discussão sobre o assunto, uma vez que outra decisão supostamente não poderá ser tomada.

Como forma de marcar a autoridade e, também, o caráter de “verdade” construído pelo próprio texto, os editoriais e as matérias jornalísticas trazem a posição do relator do caso, o ministro Gilmar Mendes, que, explicitamente no caso dos editoriais, coaduna-se com a posição das empresas jornalísticas. Não obstante, como é próprio do discurso jornalístico, nas matérias jornalísticas é necessária a voz do “outro” para que a do jornalista possa ser (re)afirmada e (con)firmada, assim como é necessário o “apagamento” de tantas outras vozes, principalmente antagônicas à da opinião expressa no editorial, para que essa adquira o sentido de verdade irrefutável. A menção a Gilmar Mendes se faz presente em cinco dos seis enunciados analisados:

(1) “Ao defender o fim dessa excrecência, o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, disse que ela atentava [...]”(Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “Com estas palavras, o ministro Gilmar Mendes associou [...]”(Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “Em seu voto, no entanto, o relator do processo, ministro Gilmar Mendes, pontuou que [...]”(PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(4) “Mendes defendeu a extinção da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(5) “Relator do caso no STF, o presidente do tribunal, Gilmar Mendes, disse que o jornalismo é uma profissão diferenciada” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

Essa remissão ao argumento do referido ministro dá visibilidade ao funcionamento de um dos procedimentos de controle do discurso, o “comentário”, analisado por Foucault (2009), nos seguintes termos:

Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer (FOUCAULT, 2009, p. 22).

A fala do relator do caso, o ministro Gilmar Mendes, ressoa em todos os enunciados analisados, ao contrário dos votos dos outros ministros, que aparecem timidamente. Assim, o voto de Mendes passa a representar a instituição STF, como se recaísse sobre ele a decisão tomada por essa esfera jurídica, e, a partir de então, passa a ser retomado, transformado, remorado e apropriado pelo discurso da mídia, ecoando o que “foi dito”. Diante disso, podemos afirmar que, embora as matérias jornalísticas utilizem a voz de Mendes como uma das “fontes” de informação, as opiniões expressas não representam as da instituição jornalística; como é próprio do comentário, elas recaem no paradoxo do qual nunca se escapa: “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT, 2009, p. 25). O discurso jornalístico é construído utilizando-se a voz do outro: determinam-se as vozes que se farão ouvir e aquelas que serão silenciadas. Dessa forma, o editorial de *Veja* traz, primeiramente, a seguinte citação direta do ministro Gilmar Mendes:

(1) “Os **jornalistas** são aquelas pessoas que se **dedicam** profissionalmente ao exercício pleno da **liberdade de expressão**. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

O editorial do *Estadão* também traz a mesmíssima citação de Gilmar Mendes acrescida da seguinte fala do ministro:

(2) “O **jornalismo** é a própria manifestação e **difusão do pensamento e da informação** [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

Exceto a matéria do *Estadão Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma* (Anexo F), os outros três enunciados, além dos dois acima mencionados, recorrem a essa mesma fala do ministro na construção textual, conforme se observa nos trechos a seguir:

(3) “Em seu voto, no entanto, o relator do processo, ministro Gilmar Mendes pontuou que ‘o jornalismo e a liberdade de expressão são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada’” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)



(4) “Na avaliação do presidente do STF, o decreto-lei 972/69, que estabelece que o diploma é necessário para o exercício da profissão de jornalista, não atende aos critérios da Constituição de 1988 para a regulamentação de profissões” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(5) “Relator do caso no STF, o presidente do tribunal, Gilmar Mendes, disse que o jornalismo é uma profissão diferenciada, que tem vinculação com o exercício amplo das liberdades de expressão e de informação” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

Observamos a importância que a mídia confere ao retomar a fala do ministro, na qual se correlaciona o jornalismo com a liberdade de expressão e de informação. Conforme expõe Foucault (2007) em *As palavras e as coisas*:

[...] as coisas e as palavras vão separar-se [...] porque agora não há mais aquela palavra primeira, absolutamente inicial, pela qual se achava fundado e limitado o movimento infinito do discurso; doravante a linguagem vai crescer sem começo, sem terreno e sem promessa (FOUCAULT, 2007, p. 59, 61).

Destarte, as palavras não carregam em si o sentido, como se fossem simplesmente utilizadas e empregadas pelos homens. As palavras só fazem sentido por meio da relação do sujeito com seu objeto, dos valores, características, classificações, etc. que o sujeito impõe ao objeto. É dessa forma que se constrói o discurso de que jornalismo é sinônimo de liberdade de expressão, de que não há outra forma de se pensar tal atividade; fundem-se de tal forma “as palavras” às “coisas” que se impõe uma barreira à produção de quaisquer outros sentidos para tais palavras. Uma memória discursiva – tudo aquilo dito alhures – referente ao jornalismo é ativada, de forma que se lhe impõe como uma prática da verdade, objetiva, isenta, na qual a opinião deve ser deliberadamente colocada em espaços próprios com argumentações que a justifiquem.

Diante disso, vemos mais uma vez a identidade do jornalista ser desenhada pelo/no discurso e, como ratifica Hall (2009), é-lhe colocada uma característica intrínseca, de modo que não poderia ser outra, ou ser diferente. O sujeito jornalista, obrigatoriamente, tem de estar atrelado às noções de liberdade de expressão e de informação. Se para ser jornalista é preciso defender tais liberdades, e se essas liberdades são cerceadas ao se exigir o diploma, um discurso é forjado nesse instante: todo jornalista deveria ser contra a exigência do diploma para o exercício

da profissão. O jornalista passa a ser objetivado e subjetivado nesse momento por tais práticas midiáticas: **ser jornalista é ser um sujeito que luta e defende a liberdade de expressão e de informação.**

Considerando que esse discurso vai sendo construído por feixes e relações, aproximações e distanciamentos, encontramos no decorrer dos enunciados os momentos de silenciamento do discurso do outro, como nesse trecho do editorial de *Veja*:

(1) “Além de ferir o direito constitucional, já que **impedia** pessoas formadas apenas em outras áreas de manifestar seu conhecimento e pensamento por meio da atividade jornalística [grifo nosso]”. (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

O editorial do *Estadão* ressalta:

(2) “o ministro Gilmar Mendes associou liberdade de expressão e comunicação que a Constituição assegura em alguns de seus dispositivos - com ênfase típica de uma sociedade que já sofreu a censura de um regime autoritário - ao exercício da atividade jornalística **sem quaisquer** formas de controle, restrição ou condição imposta pelo Estado [grifos nossos]”. (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

Chamamos a atenção, primeiramente, para a necessidade de os editoriais trazerem para seus discursos o respaldo de instrumentos próprios do discurso jurídico: a Constituição. Na construção discursiva, verifica-se constantemente a necessidade de buscar em campos preestabelecidos e estabilizados – neste caso, o campo do jurídico – instrumentos que garantam o caráter de verdade e de autoridade do discurso ora posto. Foi preciso trazer a Constituição Federal para (re)afirmar que não há como negar que a exigência do diploma, de uma forma ou de outra, infringe o exposto na Lei Magna. Aderir a esse discurso é pensar o diploma como uma forma de “controle”, “restrição” ou “condição” que o Estado impõe para coibir a prática do bom jornalismo.

Esse caráter do “logicamente estabilizável” é verificado quando na continuação do texto do *Estadão* é posto:

(3) “**Sem dúvida** essa associação se harmoniza com o princípio básico que rege a liberdade de imprensa nas democracias contemporâneas [grifo nosso]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

A afirmação “sem dúvida” confere ao editorial do *Estadão* o caráter de uma verdade irrefutável, impossível de ser pensada de outra forma. Outras três matérias jornalísticas também fazem menção à incompatibilidade do diploma com a Constituição Federal por meio da figura do ministro Gilmar Mendes. Para isso, utilizam do discurso do outro, repassam a responsabilidade para as fontes da informação de suas matérias. Assim, encontramos as seguintes construções:

(4) “Na avaliação do presidente do STF [Gilmar Mendes], o **decreto-lei 972/69**, que estabelece que o diploma é necessário para o exercício da profissão de jornalista, não atende aos critérios da **Constituição de 1988** para a regulamentação de profissões [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(5) “Segundo ele [Gilmar Mendes], exigir o diploma de quem exerce jornalismo é contra a **Constituição**, que garante essas liberdades [grifo nosso]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

(6) “Para ele [Gilmar Mendes], a **Constituição** é clara ao estabelecer que o Estado só pode regular profissões que exijam saber científico [grifo nosso]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Não obstante, também observamos, especialmente nos editoriais, que a afirmação de que a exigência do diploma fere a Constituição é a opinião do veículo de comunicação que procura, por meio da construção do texto (a unidade e ideia de fechamento), imprimir um único sentido possível: aquele que defende. Assim, também o silenciamento se faz notar no enunciado de que pessoas formadas em outras áreas eram impedidas de expor seu conhecimento e pensamento por meio da atividade jornalística, conforme exposto no recorte (1).

Como é de conhecimento público (ainda que nem todos o saibam), há no jornalismo espaços próprios para aqueles que colaboram com uma reflexão mais específica, os quais geralmente são ocupados por profissionais de outras áreas que não a da informação. É o caso, por exemplo, dos artigos, ensaios, crônicas e contos. Nesses espaços, em vez de jornalistas, são “colaboradores” que refletem sobre diferentes temas de relevância para a sociedade e que, por terem uma formação própria, estão de certa forma capacitados para explorar o assunto com profundidade. Há também o gênero entrevista, no qual é o jornalista que conduz as perguntas e o rumo delas, mas é o entrevistado quem dará informações e

explicações, ou seja, há outra voz que não somente a do jornalista. A informação a respeito desses espaços tem de ser silenciada para que não haja refutação capaz de invalidar o discurso construído.

Diferentemente do que ocorreu nos editoriais, foi possível constatar que as matérias da revista *IstoÉ*, do site *Folha online* e do próprio *Estadão* trouxeram outras fontes de informações, contrárias à decisão do STF. Na *IstoÉ*, é dada voz a Sergio Murillo de Andrade, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj):

(1) “A postura do STF é um duro golpe na qualidade da informação jornalística e na organização da categoria” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Na *Folha online* é ressaltado no último parágrafo da matéria o voto contrário de Marco Aurélio à extinção do diploma:

(2) “Único ministro a votar a favor da obrigatoriedade do diploma, Marco Aurélio Mello afirmou que o jornalista tem de ter técnica para entrevistar, reportar e pesquisar” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

Na reportagem do *Estadão* é trazida a opinião de Marcos Crispa, coordenador do curso de jornalismo da PUC-SP:

(3) “[...] Marcos Crispa, define a decisão do STF como um ‘desastre’. Segundo ele, foi um retrocesso no tempo. ‘A não obrigatoriedade do diploma será ruim para a qualidade da informação. O mercado se tornará uma terra sem lei, principalmente nos grandes centros, onde a influência política e econômica das grandes empresas é muito grande.’” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Assim, verificamos que o apagamento e o silenciamento é maior nos editoriais, em que não há nenhuma menção explícita às vozes contrárias à decisão do STF.

Ao nos deter na frase de Gilmar Mendes retomada pela *IstoÉ*, abaixo ilustrada, encontramos outra regularidade nos enunciados analisados:

(1) “só pode regular profissões que exijam saber científico” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Exceto a matéria do *Estadão* sobre os professores comentando a decisão do STF (Anexo F), todos os demais enunciados fizeram menção à comparação feita pelo ministro Gilmar Mendes entre o jornalista e o chefe de cozinha, como é possível verificar nos excertos abaixo:

(2) “[...] a exigência teve seu **ridículo** exposto por uma comparação **brilhante** de Gilmar Mendes: “Um **excelente chef de cozinha** certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área [grifos nossos]” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(3) “Ao relatar o processo na quarta-feira o presidente do Supremo disse: ‘Um excelente **chefe de cozinha** certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área’ [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(4) “Mendes ainda comparou o jornalista a um cozinheiro. ‘Um **excelente chef de cozinha** certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por um profissional registrado mediante diploma [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(5) “Mendes chegou a comparar a profissão de jornalista com a de cozinheiro. ‘Um **excelente chefe de cozinha** poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima estarmos a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área’ [grifos nossos]” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(6) “‘Um **excelente chefe de cozinha** certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área’, observou Mendes [grifos nossos]” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] *O Estadão de S. Paulo*, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

Conforme destacamos no recorte do enunciado (2), o editorial de *Veja* traz constantemente o uso de adjetivos, tendendo mais para o juízo de valor sem muita profundidade. São os casos de “ridículo”, “brilhante” e, até mesmo, “excelente”, presentes no enunciado do ministro, os quais foram apropriados pelo discurso de *Veja*, e também pelo *Estadão*, que assimilou a comparação em favor de seus argumentos. Uma vez apropriados, julgamos que a voz do ministro passa realmente a ser constituinte do enunciado dos veículos de comunicação. Ressaltamos que os dois editoriais não trouxeram toda a fala do ministro, mas tão somente aquela que

poderia confirmar os argumentos expostos e ajudar no processo de convencimento do leitor e nesse processo de construção de uma identidade para o jornalista.

A partir, então, do momento em que os dizeres de Gilmar Mendes passam a ser assimilados pelos dois editoriais (excertos 2 e 3) e a ser rememorados nas matérias jornalísticas (excerto 4, 5 e 6), observamos que **o jornalista é comparado a um chefe de cozinha**. Duas atividades são postas lado a lado como se tratassem e trabalhassem com os mesmos objetos e a mesma realidade. Gilmar Mendes, na fala reportada pela *IstoÉ*, alega que não se pode cobrar o diploma de jornalista, pois a profissão não exige “saber científico” (excerto 1). É preciso haver uma desconstrução histórica e social para que a comparação possa fazer sentido, uma vez que o jornalista é aquele profissional que tem como matéria-prima de trabalho a notícia, a informação, enquanto o chefe de cozinha é o profissional que trabalha com alimentos, preparando pratos, sobremesas, guarnições, etc.

O “dom” do chefe de cozinha (o termo permite supor que ele também não precise de qualquer formação superior ou equivalente para o exercício de sua profissão) é colocado também para o jornalista: exercer o jornalismo passa a ser um “dom”, e como tal, não se aprende em universidade, pois não se exige um “saber científico” (excerto 1). A questão do “dom” acaba por acarretar duas possibilidades: aquilo que é inato (ter propensão à...) ou aquilo que é adquirido pela experiência. Dessa forma, ao se conceber o “dom” como algo inato, tanto o jornalista quanto o chefe de cozinha já nascem com uma propensão para o exercício dessas profissões; ou, do ponto de vista da experiência, ambas as atividades são aprendidas no próprio exercício da função. A comparação é capaz de produzir ainda mais sentidos: a informação é comparada a comida. Trabalhar com informação e as consequências decorrentes desse exercício seria a mesma coisa que trabalhar com o alimento: qualquer erro de informação traria os mesmos prejuízos à sociedade que um prato malfeito.

Ainda analisando esse processo de subjetivação do jornalista, ao compará-lo a um chefe de cozinha, a notícia da *Folha online* traz outra fala do ministro Gilmar Mendes:

(7) “Quando uma notícia não é verdadeira ela não será evitada pela exigência de que os jornalistas frequentem um curso de formação. É diferente de um motorista que coloca em risco a coletividade. A profissão de jornalista não oferece perigo de dano à coletividade tais como medicina, engenharia, advocacia nesse sentido por não implicar tais riscos não poderia exigir um diploma para exercer a profissão. Não há razão para se acreditar que a exigência do diploma seja a forma mais adequada

para evitar o exercício abusivo da profissão', disse" (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

Diferentemente, a reportagem a respeito da opinião dos professores sobre a decisão do STF, publicada pelo *Estadão*, traz o seguinte argumento de Marcos Crispa, coordenador do curso de jornalismo da PUC-SP:

(8) "Crispa também criticou a afirmação feita ontem pelo ministro do STF Gilmar Mendes sobre a criação de um 'modelo de desregulamentação' das profissões que não exigem aporte científico e treinamento específico. 'Um erro médico pode matar uma pessoa, mas um ataque mentiroso cometido por um jornalista em uma notícia pode afetar a vida de uma família para sempre, matá-la publicamente. Se com a exigência do diploma já existe uma série de erros, imagine agora'" (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Gilmar Mendes fala do lugar de ministro do STF (excerto 7), formado em direito, que separa o jornalismo de outros campos do saber, como o próprio direito, a medicina, as engenharias, etc.; já Marcos Crispa (excerto 8) fala de um lugar de coordenador do curso de jornalismo de uma universidade privada que, em decorrência de tal medida, possivelmente verá diminuir a procura de alunos pelo curso. Em todo o caso, a fragmentação aparece como um efeito da produção da identidade do jornalista, cuja condição histórica é dada partir do acontecimento sob análise. Em algumas vezes lhe é reclamada a identidade de um profissional que requer o conhecimento da universidade para o exercício da profissão, em virtude das consequências negativas que a má prática do jornalismo pode causar; em outras lhe é configurada uma identidade que não requer obrigatoriamente esse conhecimento universitário, mas que precisa ter um "dom", uma propensão para ser jornalista.

Essa discussão em torno do saber científico (não) exigido do jornalismo acaba por resvalar em outras áreas do conhecimento. No momento em que a mídia traz a fala de Gilmar Mendes (excerto 7), na qual procura traçar um paralelo entre os cursos que exigem um saber técnico-científico realmente necessário para o exercício da profissão e aqueles que são facultativos, começa-se a colocar em suspenso a própria afirmação do ministro. Uma vez que é formado em Direito, não é por acaso que entre as profissões por ele citadas que exigem o diploma está o seu curso de formação. Consideramos que o próprio acontecimento discursivo – a

decisão do STF de não obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo – congrega esses outros discursos que questionam a desregulamentação de diferentes profissões que ainda exigem do diploma do ensino superior. A efetivação dessa possibilidade se mostra na matéria da revista *IstoÉ* quando afirma:

(9) “Em decisão inédita, o STF acaba com a exigência do curso de jornalismo. E pode fazer o mesmo com outras profissões” e adiante quando expõe que “a decisão do STF abre espaço para que outras atividades também possam ter a necessidade legal de diploma revista” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Além dessa comparação, observamos outra regularidade nos enunciados analisados – **a necessidade de ligar a necessidade do diploma com o regime militar implantado no país** – como ilustram os trechos a seguir:

(1) “A obrigatoriedade do diploma foi impingida em 1969, auge do regime de exceção instalado cinco anos antes, não para melhorar o jornalismo brasileiro, mas para controlar o acesso às redações de repórteres, editores e fotógrafos que eram considerados ameaçadores aos generais” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “[...] se a exigência do diploma, estabelecida no decreto-lei do regime militar, já era um anacronismo quando foi criada, de lá para cá a evolução tecnológica da comunicação a deixou ainda mais despropositada e inteiramente inócua” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “‘Esse decreto é mais um entulho do autoritarismo da ditadura militar que pretendia controlar as informações e afastar da redação dos veículos os intelectuais e pensadores que trabalhavam de forma isenta’, disse Lewandowski” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

(4) “[...] a exigência vigorava desde 1969, pelo decreto lei 972. Na época, o governo militar pretendia inibir a liberdade de expressão, limitando o espaço nos veículos de comunicação àqueles que tivessem diploma específico. O tempo passou e a exigência do diploma deixou de ser um limitador da liberdade de expressão”(PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Identificamos que se faz necessário no discurso construído “colar” o “regime ditatorial” vivido no país à “lei” criada pelos políticos da época, de forma que tudo que é produto dessa fusão só pode trazer prejuízo à sociedade. Liga-se a falta de liberdade de expressão à obrigatoriedade do diploma e, ainda, ao regime militar. É necessário haver essa relação para o sentido de que a exigência do diploma só pode ser algo negativo.



O reforço em somente tratar do regime ditatorial vivido no Brasil apaga outros discursos vigentes à época, que foram tratados por nós no subcapítulo “Nosso acontecimento discursivo: a decisão do STF”, mas cuja retomada se faz necessária. Conforme expõe Lage (2002), nas décadas de 1910 e 1920 começaram a surgir as assessorias de imprensa de caráter profissional, em substituição às até então chamadas assessorias de comunicação ou de relações públicas, que estavam preocupadas principalmente com a publicidade. Nesse novo momento vivido no país, em que o jornalista era uma figura cada vez mais distante da do corretor de anúncios, explica Lage (2002), começa a ser intensificada a procura por qualificação profissional em nível superior para o jornalismo, na busca por erradicar distorções nas informações jornalísticas, tão comuns na época. Zuculoto (2002) vai ao encontro do exposto por Lage (2002) quando explica que já no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro em 1918, reivindicava-se uma determinação que estabelecesse curso superior específico para a formação do profissional jornalista. Para Zuculoto (2002), naquele evento a “categoria expressava claramente sua preocupação com uma formação de qualidade, manifestando a necessidade de ensino superior para o jornalismo” (ZUCULOTO, 2002, p.40). Vê-se que esse outro discurso vigente à época é silenciado e apagado nos dois editoriais analisados (excertos 1 e 2), que procuram somente estabelecer a relação entre o regime militar e a falta de liberdade de expressão, para assim justificar a extinção da obrigatoriedade do diploma.

Verificamos que essa “colagem” continua presente no texto de *Veja*, como se vê adiante:

(5) “Com a redemocratização do país, a norma passou a servir de instrumento de pressão política de sindicatos sobre jornais, revistas e emissoras independentes” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

A exigência do diploma seria algo “antidemocrático” e, dessa forma, não condizente com o atual processo de democracia vivido pela sociedade. Colocamos em questionamento a expressão “instrumento de pressão”. Após esse enunciado, o editorial não dá qualquer explicação referente ao que entende por “pressão”, que poderia ser interpretada como sinônimo de “fiscalização”, de “questionamento” ao que até então estava sendo produzido pelas empresas jornalísticas. Entre os

sentidos possíveis de serem produzidos está o de que ser “cobrado” não é algo tão bom, como também não o é o de ser pressionado a ter jornalistas com diploma.

Somente na reportagem de *IstoÉ* (excerto 4) se nota o desprendimento do diploma em relação ao regime militar. Observamos em toda a construção textual da matéria de *IstoÉ* uma posição contrária à decisão do STF, embora, inserida como estava no gênero reportagem, tivesse de se apresentar como isenta<sup>22</sup>. Isso é perceptível no uso de “no entanto” na seguinte citação, como forma de mostrar a incoerência na decisão do ministro de ser contrário ao diploma:

“Em seu voto, **no entanto**, o relator do processo, ministro Gilmar Mendes, pontuou que [...] [grifo nosso]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, n.º 2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Podemos observar, também, o uso do verbo “destruir” na passagem:

“[...] a decisão **destrói** a forma como a profissão foi organizada no Brasil nos últimos 40 anos [grifo nosso]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, n.º 2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

O verbo “destruir” evoca algo que foi inteiramente aniquilado. É uma questão prática que não foi simplesmente alterada, mas inteiramente desfeita. Ainda que se apresente como um fato, uma verdade já dada, na afirmação de que a decisão do STF “destrói” a forma como a profissão estava até então organizada transparece a subjetividade do sujeito jornalista que redigiu a reportagem.

A partir desse contraponto entre “democracia” e “não obrigatoriedade” que verificamos no material analisado, nota-se a comparação da prática jornalística vigente no Brasil com a de outros países, conforme ilustram os seguintes excertos:

(1) “O fim da obrigatoriedade alinha o Brasil com as nações onde o jornalismo abriga, sem embaraços de nenhuma espécie, todos aqueles que encontraram no ambiente dos meios de comunicação, a melhor maneira de dividir o que aprenderam nos campos da economia, da ciência, do direito, das artes, da moda e do esporte” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, n.º 25, 24 jun. 2009. Anexo A)

(2) “Sem dúvida essa associação se harmoniza com o princípio básico que rege a liberdade de imprensa nas democracias contemporâneas, bem ilustrada pela interpretação que a Suprema Corte deu, na década de 1970, à Primeira Emenda da Constituição norte-americana - a que primeiro

<sup>22</sup> Ressaltamos que a isenção, a objetividade e a imparcialidade são incompatíveis com o caráter imanente de qualquer discurso, dado o *real* da língua e o *real* da história. Todavia, o jornalismo necessita reforçar tais características para se marcar como reprodutor da “realidade”, da “verdade” tal como ela é.

institucionalizou essa liberdade. Disse a Suprema Corte que o maior bem a ser tutelado não é o direito do jornalista de informar, mas sim o da sociedade de ser informada” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

(3) “A maioria dos países não exige o diploma e mesmo assim as faculdades de jornalismo crescem em todo o mundo’, afirma José Marques de Mello, fundador da Escola de Comunicação e Artes da USP” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(4) “[José] Marques [de Mello] enfatiza que o diploma continua a ser valorizado. “Nos Estados Unidos ele não é exigido e há quase mil escolas de jornalismo. O ensino do jornalismo vem sendo valorizado no mundo inteiro, e a grande maioria dos profissionais é recrutada nas escolas de jornalismo” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

A comparação serve em muitos casos como instrumento de reafirmação da “verdade” construída, pois traça um paralelo entre duas realidades distintas, sendo possível perceber até onde vai (ou não) o avanço de uma nação em relação a outra. Depreendemos que a realidade do Brasil não vale por si só, é preciso ser comparada a de outras nações consideradas “avançadas”, em especial aquelas nas quais a obrigatoriedade do diploma não é exigida para, então, traçado esse paralelo, vislumbrar o que pode e deve ser mudado no país.

Outra forma de materialização das práticas discursivas midiáticas que objetivam/subjetivam o jornalista se dá no momento em que se constrói o discurso de **que todo e qualquer cidadão que queira informar pode ser um jornalista**. Esse processo de subjetivação é regular e pode ser observado nos excertos:

(1) “A partir de agora, **qualquer brasileiro** pode trabalhar como **jornalista** [grifos nossos]” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

(2) “Acho que ninguém é contra o curso ou o diploma. O que fica meio no ar é **qual** será o **critério** agora para **conseguir o registro**’ [coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, Marcos Cripa] [grifos nossos]” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] *O Estadão de S. Paulo*, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

(3) “O fim da obrigatoriedade alinha o Brasil com as nações onde o jornalismo abriga, sem embaraços de nenhuma espécie, **todos aqueles** que encontraram no ambiente dos meios de comunicação, a melhor maneira de **dividir o que aprenderam** nos campos da economia, da ciência, do direito, das artes, da moda e do esporte” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

E mais fortemente no editorial do *Estadão*:

(3) “Com o desenvolvimento da internet, em que **qualquer pessoa** pode criar e desenvolver o seu blog, arregimentando uma quantidade literalmente incalculável de leitores, qualquer um pode transmitir informações e opiniões - **exercendo**, desse modo, ainda que sem os rígidos princípios éticos adotados pelas empresas de comunicação que se pautam pela seriedade e pela responsabilidade, **uma típica atividade jornalística**. Não haveria condição alguma de exigir-se prova de conclusão de curso específico para esse trabalho [grifos nossos]” (Jornalista sem diploma. [Editorial]. *O Estadão de S. Paulo*, 20 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not\\_imp390168,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090620/not_imp390168,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo B)

Tais discursos ativam o processo de identificação dos sujeitos com a identidade construída de jornalista, circunscrevendo todo e qualquer sujeito que escreva e publique informações, inclusive fora das esferas institucionais e reconhecidas de exercício do jornalismo.

Nesses enunciados verificamos também os sentidos de que é somente com a extinção da exigência do diploma que profissionais de outras áreas poderão exercer sua opinião no jornalismo (excerto 3). Mais uma vez, verificamos o apagamento dos outros espaços de opinião presentes no jornalismo, nos quais tais profissionais já há muito tempo expõem suas opiniões. Se antes se poderia dizer que **a identidade de jornalista não comportava os colaboradores, agora estes também são interpelados como sujeitos jornalistas pelo fato de emitirem opinião em um veículo de informação**.

Por fim, observamos outra regularidade nos enunciados que, por vezes, denota certa contradição: **ainda que o diploma não seja necessário, ressalta-se a importância da formação do jornalista**. No editorial da *Veja* (Anexo A) é exposto que, com a decisão do STF, redações, leitores e espectadores só têm a ganhar. Para a *Veja*:

(1) “poderão ganhar também as faculdades de jornalismo, que terão de rever currículos, a fim de formar alunos mais bem preparados para uma competição que se afigura mais dura” (Qualidade sem diploma. [Carta ao leitor]. *Veja*, ed. 2118, ano 42, nº25, 24 jun. 2009. Anexo A)

Na matéria da *Folha online* há uma fala de Gilmar Mendes que diz:

(2) “Tais cursos são importantes e exigem preparo técnico e ético dos profissionais para atuarem” (FALCÃO, Márcio. Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista. [Notícia] *Folha online*, 17 jun. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582490.shtml>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo D)

E na matéria do *Estadão* uma complementação dessa fala:

(3) “Apesar de ter votado contra a exigência do diploma, o presidente do STF reconheceu que é inegável que frequentar um curso superior com disciplinas técnicas sobre redação e edição, ética e teoria da comunicação pode dar ao profissional uma formação sólida para o exercício cotidiano do jornalismo. ‘E essa é uma razão importante para afastar qualquer suposição no sentido de que os cursos de graduação em jornalismo serão desnecessários’, afirmou” (GALLUCCI, Mariângela. STF derruba diploma para jornalista. [Notícia] O Estadão de S. Paulo, 18 jun. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389095,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389095,0.php)>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo E)

Em outra reportagem do *Estadão*, o coordenador do curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero afirma:

(4) “Acho que ninguém é contra o curso ou o diploma. O que fica meio no ar é qual será o critério agora para conseguir o registro. Concordo que a obrigatoriedade do diploma não é necessária, mas a formação sim. É preciso haver um critério” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] O Estadão de S. Paulo, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

Para o coordenador, a diferença reside entre os cursos que dão formação e os que dão somente o diploma. Assim, também para o professor e pesquisador José Marques de Mello, cuja fala é trazida tanto na reportagem de *IstoÉ* quanto na do *Estadão*,

(5) “O diploma não foi abolido, apenas não será mais obrigatório. [...] O ensino do jornalismo vem sendo valorizado no mundo inteiro, e a grande maioria dos profissionais é recrutada nas escolas de jornalismo” (BIZZOTTO, Ana. Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma. [Reportagem] O Estadão de S. Paulo, 30 jun. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,professores-de-jornalismo-comentam-fim-da-exigencia-do-diploma,395707,0.shtm>>. Acesso em 24 jun. 2010. Anexo F)

(6) “A maioria dos países não exige o diploma e mesmo assim as faculdades de jornalismo crescem em todo o mundo”, afirma José Marques de Mello, fundador da Escola de Comunicação e Artes da USP” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Os elementos discursivos dessas séries enunciativas manifestam que a construção da identidade do jornalista sem diploma está fortemente calcada na globalização e na lógica do mercado capitalista. Por vezes é exigida do jornalista a formação, mas esta não é obrigatória: a mídia reconhece a importância de uma formação para o exercício do jornalismo, mas, embasada nos argumentos da

liberdade de expressão e de informação, do “dom”, da experiência, dos saberes imanentes de outros campos, acaba por facultar o diploma.

Instaura-se aqui uma contradição: a formação desvinculada do diploma específico no curso de jornalismo. Nesse bojo, os sujeitos provindos das mais diversas áreas, mesmo não tendo tido em seus currículos as questões teórico-práticas da comunicação social, caso o queiram, podem exercer o jornalismo. **A identidade do jornalista, que antes se marcava pela diferença em relação aos profissionais de outras áreas, acaba por congregá-los, absorvê-los.** A reportagem de *IstoÉ* chega a afirmar:

“Apesar das constatações, fica difícil imaginar que um jovem que queira ser jornalista não procure outro curso superior, buscando uma formação humanística mais sólida” (PATI, Camila; MARQUES, Hugo. Diploma decorativo. [Reportagem] *IstoÉ*, ano 32, nº2067, 24 jun. 2009. Anexo C)

Observamos que o verdadeiro da época exige que a “competição” exista em todas as relações, instituições e esferas de nossa sociedade. Cria-se a ideia de que qualidade tem a ver com competição. É preciso, então, ser acionado esse componente, que funciona historicamente para que esses enunciados surjam com esse caráter de verdade. Como alerta Foucault, “[...] não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2009, p. 35). A mudança operada acaba sendo justificada como uma necessidade de as faculdades se questionarem sobre as diretrizes curriculares, sobre o trabalho que até então vinham desenvolvendo quanto à não existência da reserva de mercado que estava vigente: constrói-se um discurso que remete a objetos e conceitos inseridos no “verdadeiro de sua época” (FOUCAULT, 2009, p. 35). Nos enunciados analisados há um trato generalizante: que as universidades não têm formado bons profissionais para atuarem no mercado de trabalho jornalístico, que assim lança mão de profissionais formados em outras áreas de graduação.

Os seis enunciados analisados a partir das sequências enunciativas que foram objeto de descrição e de interpretação, à luz da teoria do enunciado como função, inserem-se em um sistema de enunciabilidade (“arquivo”) no qual a mídia desempenha um importante papel, à medida que, por meio dos discursos que faz circular, vai aos poucos objetivando e subjetivando o jornalista. Considerando o discurso como prática (FOUCAULT, 2008a), ressaltamos que essas identidades

construídas expõem o modo como os sujeitos vêm não somente a si, mas também o outro, e a forma como é exercido certo tipo de governo sobre si e sobre o outro (NAVARRO, 2008). Verificamos que a todo o momento há uma objetivação do sujeito (ele é objeto do qual se fala) e também a subjetivação desse mesmo sujeito (ele é sujeito ao qual é impingido algo).

Como explica Woodward (2009), a complexidade da vida moderna aponta para estruturas identitárias que são móveis, intercambiáveis, fragmentadas, mas que antes pareciam tão rígidas. Observamos que os sujeitos são chamados a assumir diferentes identidades, muitas vezes em conflito entre si.

O bom jornalista não será somente aquele formado nos bancos das universidades dos cursos de comunicação social, pois essa profissão “pode” e “deve” ser exercida por todos aqueles que detenham alguma informação e que sejam responsáveis, tenham conhecimento e sejam éticos.

Entre as regularidades observadas no processo de subjetivação está o discurso do mito do “dom” como dispositivo de produção de sujeitos que lidam com a informação em nossa sociedade: em grande parte dos enunciados analisados, recorre-se à fala do ministro Gilmar Mendes que compara o jornalista com o cozinheiro: ambos só exercem um bom trabalho se tiverem “dom” para isso. Esse dispositivo é usado tanto como argumento dos que defendem a não obrigatoriedade do diploma quanto como um mecanismo discursivo de produção de identidade do profissional da informação, no caso, o jornalista, que pode ser alguém com “dom” e não necessariamente alguém com diploma. Tal construção e operacionalização de sentidos na identidade do jornalista só são possíveis pelas práticas discursivas que subjetivam esse sujeito.

Nessa relação entre o sujeito (jornalista) e o objeto (informação) reforça-se a ideia de que seria incoerente o primeiro lutar pela obrigatoriedade do diploma, uma vez que esta cerceia a liberdade de expressão e de opinião e, mais do que isso, é fruto do regime de ditadura militar instaurado no país à época; logo, constrói-se a identidade de um jornalista que não deve ser a favor da obrigatoriedade do diploma, pois tal para bem exercer tal profissão, mais do que formação superior, exige-se a predisposição ou a experiência.

Observamos que para ocorrer esse processo de subjetivação é necessário, ao mesmo tempo, o silenciamento de tantos outros discursos que veem na figura do jornalista um profissional que precisa de uma graduação específica para o bom

exercício da profissão (outro processo de subjetivação). A mídia precisa, nesse processo de construção de identidade, reforçar algumas características e apagar tantas outras.

Constata-se que os indivíduos estão sujeitados ao discurso, devendo assumi-lo, posicionando-se e sendo posicionados pelas mais diferentes esferas de nossa sociedade. Esse processo engloba as relações de identificação e de representação criadas pela instância produtora do discurso sobre os sujeitos objetos de tais práticas de subjetivação, no caso, os jornalistas. Como explicam Fernandes e Alves Júnior (2008), o sujeito está imerso num processo constante de subjetivação, que lhe constrói identidades

Dado o caráter móvel da identidade, ressaltamos que toda construção identitária está sujeita à historicização. Conforme expõe Hall (2009), é justamente pelo fato de as identidades do jornalista serem construídas no interior do discurso que as compreendemos como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, por formações, estratégias, iniciativas e práticas discursivas específicas. É a partir dessa compreensão que procuramos, nesse trabalho, descrever todo o histórico do diploma de jornalismo no Brasil e em que instituições jornalísticas e épocas foram produzidos os enunciados por nós analisados.

Longe de ser algo que tudo agregue, envolva, acolha, a identidade é marcada fortemente por modalidades de poder que excluem, evitam, segregam. A construção identitária de um jornalista, que deve lutar pela liberdade de expressão e de informação, ser contrário à exigência do diploma, ser ético, responsável, ter conhecimento que justifique o exercício da profissão, não consegue acolher todos os sujeitos que se inscrevam na identidade de jornalista. Vislumbramos que o discurso midiático é um indício de que a construção da identidade é um ato de poder, como aponta Hall (2009). As consequências desse acontecimento discursivo e de sua assimilação pela mídia já se fazem perceptíveis, principalmente, pelo anúncio da consulta pública para discutir a revisão das diretrizes curriculares do curso de jornalismo e pela diminuição de estudantes que procuram esse curso como formação. É neste sentido que concordamos com Gregolin (2003) quando essa autora afirma que, aos olhos de Foucault, as lutas na sociedade contemporânea giram em torno da questão da busca da identidade, e que a principal causa dessas lutas é o exercício do poder sobre a vida cotidiana.



Dessa forma, com base em Foucault (2008a), concluímos que a construção da identidade do jornalista sem diploma está inserida numa dada ordem discursiva, com determinadas condições de possibilidade para seu aparecimento. Condições históricas e sociais possibilitam que em nossa época tais práticas discursivas identitárias se exerçam e outras não. Julgamos, então, que é a partir de nosso acontecimento discursivo – decisão do STF – que tal(is) identidade(s) do jornalista pode(m) ser construída(s) e reportada(s) ao custo do silenciamento de outras e concomitantemente a outras.

## UM GESTO DE CONSIDERAÇÃO

*“E, contudo, a impressão de acabamento e de fim, o sentimento surdo que sustenta, anima nosso pensamento, acalenta-o talvez assim com a facilidade de suas promessas, e que nos faz crer que alguma coisa de novo está em vias de começar, de que apenas se suspeita um leve traço de luz na orla do horizonte – este sentimento e esta impressão talvez não seja, infundados” (FOUCAULT, 2007, p. 533)*

Acreditamos que esse resquício de luz brilha em nosso interior principalmente pelo fato de sabermos que os muitos questionamentos com os quais nos deparamos na realização deste trabalho não puderam ser de todo minimizados, mas possibilitaram tantas reflexões que irão mover-nos para o restante de nossas pesquisas acadêmicas.

Nosso empreendimento esteve alicerçado em duas grandes preocupações.

A primeira delas foi demonstrar a importância de se trabalhar com os pressupostos teórico-metodológicos de Michel Foucault no seio da Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Diante desse objetivo, procuramos explicitar noções, métodos e reflexões foucaultianos que nos auxiliaram na análise de nosso *corpus*, mas que talvez possam também servir às mais diferentes pesquisas realizadas. Vimos a necessidade de marcar a importância de Foucault para a AD, uma vez que muito se fala de o filósofo não ter se considerado um analista do discurso como o fez Michel Pêcheux. Essa apreensão, que ainda existe na academia e pode ser observada em alguns encontros, colóquios e eventos acadêmicos, reclama dos pesquisadores foucaultianos uma atitude mais pragmática. cremos que, com este trabalho, pudemos dar um passo nessa direção.

A segunda preocupação foi compreender como práticas discursivas midiáticas objetivam e subjetivam o sujeito jornalista após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela não obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão, que tomamos como um acontecimento discursivo, impingindo-lhe identidade(s); ou seja, como o sujeito jornalista é ao mesmo tempo objeto e sujeito do discurso, como os discursos produzem e/ou (re)constroem os sentidos acerca da identidade do profissional jornalista construída historicamente em nossa sociedade.

Com os seis enunciados analisados nesse trabalho, que representam um pequeno recorte de todo o discurso produzido alhures pela mídia, pudemos observar

como o poder exerce sua influência na vida cotidiana da sociedade. Observamos a construção de uma identidade para os jornalistas por meio de práticas discursivas midiáticas que os classificam e os designam por sua própria individualidade e os une pela identidade, estabelecendo o que é verdade no próprio reconhecimento do sujeito, mas também nas formas como o “outro” deve reconhecê-lo, como expõe Navarro (2008).

Nossa análise partiu da concepção de enunciado enquanto uma função, como propôs Foucault (2008a), e procurou explicar o exercício dos elementos da função enunciativa – o referencial, a posição sujeito, o suporte material e o campo associado – nos *corpora* selecionados. Vislumbramos que, a partir da descrição dos elementos da função enunciativa, foi possível apreender a constituição dos enunciados em questão, marcando a singularidade, observando os sentidos produzidos e os princípios de diferenciação.

Realizada a descrição da função enunciativa, imergimos nos enunciado em busca dos sentidos possíveis de ser apreendidos e das formas como se materializam os processos de objetivação-subjetivação do sujeito jornalista. Observamos que, como é próprio da construção dos sentidos, a suposta “unidade” e “completude” do texto, as matérias jornalísticas e, especialmente, os editoriais, costumam o texto como se o posicionamento a ser assumido não pudesse ser outro senão aquele descrito pelo veículo. Dessa forma, constatamos a materialização dos efeitos de poder vinculados aos enunciados.

Dados os critérios para se escrever um editorial, ou mesmo para redigir e publicar uma matéria jornalística, apreendemos o que é intrínseco às condições de seu funcionamento, de modo que os sujeitos que ali falam estão submetidos a um certo número de regras, que não é qualquer um que pode falar nesse espaço, nem mesmo se pode falar do que quiser. Como atesta Foucault (2009), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer (sic) a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2009, p. 37).

Uma das regularidades encontradas no processo de subjetivação do jornalista foi a da relativização da formação em nível superior para o exercício da profissão. O jornalista é caracterizado como alguém que não precisa do diploma para exercer a profissão com qualidade, desvinculando-se a profissão, assim como o profissional, de um documento regulatório.

Pudemos visualizar nos *corpora* a presença constante das falas do relator do caso no STF, o ministro Gilmar Mendes. Dada a recorrência, a voz do ministro acaba por representar toda a instituição “Supremo Tribunal Federal”. Vimos que, como é próprio do discurso jornalístico, é necessária a voz do “outro” para que a do jornalista possa ser (re)afirmada e (con)firmada. No caso dos editoriais, a fala de Gilmar Mendes serviu para coadunar com os argumentos expostos nesses espaços, já nas matérias jornalísticas serviu como modo de “exemplificação” de como o STF compreendeu a não necessidade do diploma para o exercício do jornalismo. Da mesma forma, notamos o “apagamento” de tantas outras vozes, principalmente antagônicas à opinião expressa nos editoriais, para que esta adquirisse o sentido de verdade irrefutável.

Uma vez que as palavras só fazem sentido por meio da relação do sujeito com seu objeto, dos valores, características, classificações, etc., que o sujeito impõe ao objeto, observamos que o jornalismo é construído no discurso midiático como sinônimo de liberdade de expressão e de informação e que não há outra forma de se pensar tal atividade. Ativa-se a memória discursiva composta de todos os dizeres sobre o jornalismo, caracterizando-o como uma prática objetiva, isenta, imparcial, comprometida com a verdade, na qual a opinião deve ser deliberadamente colocada em espaços próprios com argumentações.

É diante dessa construção sobre o jornalismo que o discurso midiático irá subjetivar o jornalista como o sujeito que, obrigatoriamente, tem de estar atrelado às noções de liberdade de expressão e de informação. Para ser jornalista é preciso defender tais liberdades, e, uma vez que estas são cerceadas pela exigência do diploma, uma nova característica da identidade do jornalista é forjada: o jornalista deve ser contra a exigência do diploma para o exercício da profissão na medida em que é um sujeito que luta e defende a liberdade de expressão e de informação.

Observamos, também, que os editoriais, ao afirmarem que a exigência do diploma fere a Constituição Federal, procuram imprimir um único sentido possível: aquele que defendem. É dessa forma que pudemos notar o silenciamento do argumento de que pessoas formadas em outras áreas eram impedidas de expor seu conhecimento e pensamento por meio da atividade jornalística. Ademais, o jornalismo detém espaços próprios para aqueles que colaboram com uma reflexão mais específica, os quais geralmente são ocupados por profissionais de outras áreas que não a da informação. Exemplos desses espaços são os artigos, ensaios,

crônicas e contos, ocupados por “colaboradores” que refletem sobre diferentes temas de relevância para a sociedade e que, por terem uma formação própria, estão de certa forma capacitados para explorar o assunto com profundidade. Se antes se poderia dizer que a identidade de jornalista não comportava os colaboradores, agora estes também são interpelados como sujeitos jornalistas pelo fato de emitirem opinião em um veículo de informação.

Outra regularidade nos enunciados analisados é a menção à comparação feita pelo ministro Gilmar Mendes entre o jornalista e o chefe de cozinha. A atividade de jornalista é posta lado a lado com a de chefe de cozinha, como se as duas atividades lidassem como o mesmo objeto. É preciso que haja uma desconstrução histórica e social para que a comparação possa fazer sentido, uma vez que o jornalista é aquele profissional que tem como matéria-prima de trabalho a notícia, a informação, enquanto o chefe de cozinha é o profissional que trabalha com alimentos, preparando pratos, sobremesas, guarnições, etc.

A identidade do jornalista passa a estar atrelada ao “dom”, que, como tal, não se aprende em universidade, pois não exige um “saber científico”. A questão do “dom” convoca duas possibilidades: aquilo que é inato ou aquilo que é adquirido pela experiência. Dessa forma, o sujeito ou teria uma propensão para o jornalismo ou se tornaria jornalista pela prática, pela experiência no próprio exercício da função. Trabalhar com informação e as consequências decorrentes desse exercício seria a mesma coisa que trabalhar com o alimento: qualquer erro de informação traria os mesmos prejuízos à sociedade que um prato malfeito.

Pudemos observar que a identidade do jornalista não há como ser unificada, centrada, mas, ao contrário é fragmentada. Enquanto muitas vezes lhe é reclamada a identidade de um profissional que requer o conhecimento da universidade para o exercício da profissão, em virtude das consequências negativas que a má prática do jornalismo pode causar, outras vezes lhe é configurada uma identidade de sujeito que não requer obrigatoriamente esse conhecimento universitário, mas que precisa ter um “dom”, uma propensão para ser jornalista

No discurso midiático, também foi possível perceber a necessidade de ligar a exigência do diploma com o regime militar implantado no país. No momento em que o discurso construído cola o “regime ditatorial” vivido no país à “lei” criada pelos políticos da época – a exigência do diploma –, é possível chegar à conclusão de que tudo que é produto dessa fusão só pode trazer prejuízo à sociedade. Liga-se a falta

de liberdade de expressão à obrigatoriedade do diploma e, ainda, ao regime militar. É necessário haver essa relação para que a exigência do diploma possa ser considerada algo negativo.

Por outro lado, na pesquisa empreendida observamos também que há um discurso contrário a esse empregado pela mídia, mas que não se encontra ali descrito. O pesquisador Nilson Lage (2002) explica que nas décadas de 1910 e 1920 o Jornalismo começava a se profissionalizar, de modo que as assessorias de imprensa ocupavam o posto das antigas assessorias de comunicação, que se preocupavam principalmente com a publicidade. A figura do jornalista começava a se desvincular da do corretor de anúncios e se intensificava a procura por qualificação profissional em nível superior para o jornalismo, na busca por erradicar distorções nas informações jornalísticas, tão comuns na época. Zuculoto (2002) vai ao encontro do exposto por Lage (2002) quando explica que já no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro em 1918, reivindicava-se uma determinação que estabelecesse curso superior específico para a formação do profissional jornalista.

Outro processo de subjetivação encontrado nos *corpus* é o de que todo e qualquer cidadão que queira informar pode ser um jornalista. A revista *IstoÉ* chega a fazer a seguinte afirmação, como consequência da decisão do STF: “A partir de agora, qualquer brasileiro pode trabalhar como jornalista”. Tais discursos ativam o processo de identificação dos sujeitos com a identidade construída de jornalista, inscrevendo nessa condição todo e qualquer sujeito que escreva e publique informações, inclusive fora das esferas institucionais e reconhecidas de exercício do jornalismo.

Observamos que a construção da identidade do jornalista sem diploma está fortemente calcada na globalização e na lógica do mercado capitalista: ao passo que é exigido do jornalista a formação, esta não é obrigatória. A mídia reconhece a importância de uma formação para o exercício do jornalismo, mas, embasada nos argumentos da liberdade de expressão e de informação, do “dom”, da experiência e dos saberes imanentes de outros campos, acaba por facultar o diploma. Instaura-se então uma contradição: a formação desvinculada do diploma de jornalista. Nesse bojo, os sujeitos provindos das mais diversas áreas, mesmo não tendo tido em seus currículos as questões teórico-práticas da comunicação social, caso o queiram, podem exercer o jornalismo. A identidade do jornalista, que antes se marcava pela

diferença em relação aos profissionais de outras áreas, acaba por congregá-los e absorvê-los.

Assim, pudemos observar que, como ressalta Gregolin (2003, p. 96), “a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social”. Respalda nessas figuras, vemos se construir uma “história do presente” que simula acontecimentos em cursos carregados de signos do passado (GREGOLIN, 2003).

São tais práticas discursivas que determinam o modo como os sujeitos jornalistas veem a si e ao outro e as formas de exercício de determinado governo sobre si e sobre o outro (NAVARRO, 2008). Em outras palavras, conforme Gregolin (2003, p. 102), “é uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos”. A mídia exerce, então, o papel de mediadora entre os leitores e a realidade; realidade que é construída sobre uma das várias facetas da “verdade”, que procuram permitir ao leitor a produção de formas simbólicas de representação de si com a realidade concreta (GREGOLIN, 2003).

Ressaltamos que essas formas de objetivação/subjetivação do jornalista não são as únicas existentes, mas estão a todo o momento concorrendo com tantas outras nessa dinástica do poder. Uma vez que a identidade é algo construído *no* e *pelo* discurso, trata-se, como expõe Gregolin (2003), de um agenciamento estabelecido entre os enunciadores que promovem a circulação de diferentes concepções de mundo, os enunciatários, que interpretam tais concepções de forma a reconhecê-las ou não, e os sujeitos.

Acreditamos ser de suma importância compreender esse fenômeno da construção da identidade em nossa sociedade, uma vez que está relacionada à maneira como a “história” é (re)contada pelos homens, como são exercidos os mais ínfimos poderes e como se dá a movência/transformação de diferentes campos do saber. A mídia, atualmente, é a grande agenciadora de identidades, dizendo à sociedade qual a “posição-sujeito” a ser tomada/ocupada e, conseqüentemente, (re)afirmando as práticas de significação ligadas às relações de poder que determinam quem pode e/ou deve ser incluído ou excluído (WOODWARD, 2009). Como já aponta Silva (2009), é preciso compreender que as identidades não são simplesmente definidas, mas são impostas num campo de hierarquias em que são disputadas diariamente.

Se compreendermos que as identidades nunca são inocentes, como alerta Silva (2009), pois onde há diferenciação há disputa pelo poder, debruçar-nos sobre o discurso midiático é, em primeira instância, voltar-nos para questões que há muito tempo nos interpelam: “Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (WOODWARD, 2009, p. 17).



## REFERÊNCIAS

II CIAD Colóquio Internacional de Análise do Discurso: apresentação, programação e resumos/Universidade Federal de São Carlos. V. 1. n. 2. (2009). São Carlos: UFSCar, 2009. 342p

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. **Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969**. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília (DF); 21 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/De10972.htm>. Acesso em 05 de Jul. 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009a.

\_\_\_\_\_. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; SARGENTINI, Vanice. **Análise do Discurso**: Herança, Métodos e Objetos. Claraluz. São Carlos: Claraluz, 2009b.

\_\_\_\_\_. Discurso, história e arqueologia. Entrevista concedida a Cleudemar Alves Fernandes. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (orgs). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

DINES, Alberto. A questão não é do diploma, mas do canudo. In: **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. 2002. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/livro1.pdf>. Acesso em 23 Jul. 2010.

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL DO CNPQ: banco de dados. Disponível em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional>. Acesso em: 10 dez. 2010.

DISCURSO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: diálogos entre a imagem e a palavra. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0335609OX5EQZ7>. Acesso em: 10 dez. 2010.

ESTADÃO. **Resumo histórico.** Disponível em <<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti1.htm>>. Acesso em 10 de ago. 2010

FENAJ. **Audiência é mais uma etapa da luta em defesa da regulamentação da profissão.** 2005. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=552>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Em 2008 jornalistas mobilizaram o país na campanha pelo diploma.** 2008. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=2411>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves; ALVES JÚNIO, José Antônio. Sujeito discursivo e construção identitária do mendigo. In: NAVARRO, Pedro (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história.** São Carlos: Claraluz, 2008.

FOLHA ONLINE. **Conheça a Folha online.** Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/folha\\_online.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/folha_online.shtml)>. Acesso em 10 de ago. 2010

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Marins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008b.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Michel Foucault:** estratégia, poder-saber. Org. Manuel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forente Universitária, 2010.

GEADA. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0330801ONE98BA>> . Acesso em: 10 dez. 2010.

GEADIS. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=88008012JV4CLX>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GEDUEM. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=03298013C9IQZB>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GEDUERN. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=50118015FMW8HO>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GEF. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0329801Z7GS29I>> . Acesso em: 10 dez. 2010.

GEPADIS/UESB. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=7490801YT8O6EF>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GHEDINI, Fred. Jogo dos sete erros: desmascarando algumas falácias sobre a regulamentação profissional dos jornalistas. In: **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. 2002. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/livro1.pdf>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

GPSI. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=1546801T3FOW5H>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Filigranas do discurso**: as vozes da história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000, p. 19-34.

\_\_\_\_\_. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

\_\_\_\_\_. Discurso, História e a Produção de identidades na Mídia. In: **IXI ENANPOLL**: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. 2004a. Sessão de debates. Disponível em: <[http://www.geocities.com/gt\\_ad/mariadorosariogregolin.doc](http://www.geocities.com/gt_ad/mariadorosariogregolin.doc)>. Acesso em: 15 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, Janaína Barbosa (org). **Análise do discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004b, p. 19-42.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.** 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Identidade: objeto ainda não identificado? **Estudos da Linguagem.** Vitória da Conquista: UESB, 2007.

GRUDIOCORPO – UESB. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=74908019IQZT29>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GUILHAUMOU, Jacques. **Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Claraluz, 2005. p.183-194.

LABOR. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0335801R18IBLS>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

LAGE, Nilson Lage. À frente, o passado. In: **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade.** 2002. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/livro1.pdf>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

LEDIF/UFU. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0015801U4BLW6D>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso: história e práticas.** 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro. (Org). **Estudos do Texto e do Discurso: Mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (org). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2008a.

\_\_\_\_\_. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: NAVARRO, Pedro (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008b.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.179-193.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 311-18.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: Uma crítica à Afirmação do Óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Remontemos de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. **L’Inquiétude du discours**. Textes choisis par D. Maldidier. Paris: Cendres, 1990. p. 245-260. Edição Original: 1977. Trad. de Maria do Rosário Gregolin. Mimeo, 2000.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

POSSENTI, Sírio. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In: NAVARRO, Pedro. (Org). **Estudos do Texto e do Discurso: Mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

REVISTAS. **IstoÉ**. Disponível em <[http://www.revistas.com.br/mos/view/Revistas/Revistas\\_de\\_Atualidades/Revista\\_IstoE](http://www.revistas.com.br/mos/view/Revistas/Revistas_de_Atualidades/Revista_IstoE)>. Acesso em 10 de ago. 2010

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividades. São Carlos: Claraluz, 2004, p.77-96.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TRAMA/UFG. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0106801OXLKMSU>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

UOL. **STF decide que diploma de jornalismo não é obrigatório para o exercício da profissão**. São Paulo, Jun. 2009. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/17/ult5772u4370.jhtm>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

VEJA. **Informações gerais de Veja**. Disponível em <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em 10 de ago. 2010

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. Ada Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 1998, p. 237-285.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ZUCOLOTO, Valci Regina Mousquer. Formação superior e qualidade de ensino: uma luta histórica por um jornalismo sempre melhor. In: **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. 2002. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/livro.pdf>>. Acesso em 23 Jul. 2010.

## **ANEXOS**

## Carta ao Leitor

# Qualidade sem diploma

O Supremo Tribunal Federal varreu da legislação brasileira mais uma herança da ditadura militar: a obrigatoriedade do diploma de jornalista para quem exerce a profissão. Ao defender o fim dessa excrescência, o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, disse que ela atentava contra a liberdade de expressão garantida pela Constituição Federal a todos os cidadãos. “Os jornalistas são aquelas pessoas que se dedicam profissionalmente ao exercício pleno da liberdade de expressão. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada”, afirmou o ministro. Além de ferir o direito constitucional, já que impedia pessoas formadas apenas em outra área de manifestar seu conhecimento e pensamento por meio da atividade jornalística, a exigência teve o seu ridículo exposto por uma comparação brilhante de Gilmar Mendes: “Um excelente chef de cozinha certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área”.

A obrigatoriedade do diploma foi impingida em 1969, auge do regime de exceção instalado cinco anos antes, não para melhorar o jornalismo brasileiro, mas para controlar o acesso às redações de repórteres, editores e fotógrafos que eram considerados ameaçadores aos generais.

Com a redemocratização do país, a norma passou a servir de instrumento de pressão política de sindicatos sobre jornais, revistas e emissoras independentes. O fim da obrigatoriedade alinha o Brasil com as nações onde o jornalismo abriga, sem embaraços de nenhuma espécie, todos aqueles que encontraram no ambiente dos meios de comunicação a melhor maneira de dividir o que aprenderam nos campos da economia, da ciência, do direito, das artes, da moda e do esporte. Dessa forma, ganham em qualidade redações, leitores e espectadores. Poderão ganhar também as faculdades de jornalismo, que terão de rever currículos, a fim de formar alunos mais bem preparados para uma competição que se afigura mais dura.



### Coisa do passado

A sessão do STF que varreu a obrigatoriedade do diploma de jornalista.

“O jornalismo e a liberdade de expressão não podem ser pensados e tratados de forma separada”, afirmou o ministro Gilmar Mendes





## **ANEXO B – EDITORIAL PUBLICADO NO JORNAL E SITE O ESTADÃO DE S. PAULO DE 20 DE JUNHO DE 2009**

### **Jornalista sem diploma**

20 de junho de 2009 | 0h 00

Editorial

- O Estadão de S.Paulo

Finalmente, depois de anos de polêmica, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu solução definitiva à questão da obrigatoriedade do certificado de conclusão de uma faculdade de comunicação social para exercer a atividade de jornalista. Por 8 votos a 1 o STF decidiu que o Decreto-Lei 972 de 1969, que exigia tal condição, é incompatível com a Constituição de 1988, justamente porque esta garante a plena liberdade de expressão e comunicação. "O jornalismo e a liberdade de expressão são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada. O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação." Com estas palavras, o ministro Gilmar Mendes associou liberdade de expressão e comunicação que a Constituição assegura em alguns de seus dispositivos - com ênfase típica de uma sociedade que já sofreu a censura de um regime autoritário - ao exercício da atividade jornalística sem quaisquer formas de controle, restrição ou condição imposta pelo Estado. Sem dúvida essa associação se harmoniza com o princípio básico que rege a liberdade de imprensa nas democracias contemporâneas, bem ilustrada pela interpretação que a Suprema Corte deu, na década de 1970, à Primeira Emenda da Constituição norte-americana - a que primeiro institucionalizou essa liberdade. Disse a Suprema Corte que o maior bem a ser tutelado não é o direito do jornalista de informar, mas sim o da sociedade de ser informada.

O ministro Mendes relatou o processo que chegou ao Supremo em 2006 e no qual já dera, na ocasião, liminar suspendendo a exigência do diploma. Esse processo se originara de ação contra a obrigatoriedade do diploma, proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de São Paulo. Em 2001, a 16ª Vara de São Paulo extinguiu a exigência, mas em 2003

o Tribunal Regional Federal da 3ª Região a restabelecera. Ao relatar o processo na quarta-feira o presidente do Supremo disse: "Um excelente chefe de cozinha certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área." O ministro também se referiu ao fato de as faculdades que formam jornalistas não perderem importância, uma vez que os veículos de comunicação têm a plena liberdade de exigir o diploma para aceitar profissionais em seus quadros. De nossa parte, preferimos dizer que as faculdades de comunicação serão importantes pela qualidade do ensino que ministrarão aos futuros profissionais do jornalismo - e decerto terão de se aprimorar, porque seus alunos sofrerão, no mercado de trabalho, a concorrência que vem com o fim da reserva de mercado.

Se a exigência do diploma, estabelecida no decreto-lei do regime militar, já era um anacronismo quando foi criada, de lá para cá a evolução tecnológica da comunicação a deixou ainda mais despropositada e inteiramente inócua. Com o desenvolvimento da internet, em que qualquer pessoa pode criar e desenvolver o seu blog, arregimentando uma quantidade literalmente incalculável de leitores, qualquer um pode transmitir informações e opiniões - exercendo, desse modo, ainda que sem os rígidos princípios éticos adotados pelas empresas de comunicação que se pautam pela seriedade e pela responsabilidade, uma típica atividade jornalística. Não haveria condição alguma de exigir-se prova de conclusão de curso específico para esse trabalho. As entidades de jornalistas que defendiam a exigência do diploma, o que pretendiam era uma restrição de natureza corporativa, julgando com isso proteger seu mercado de trabalho. Diga-se o mesmo em relação a alguns donos de escolas de comunicação, que julgavam, ao defender a obrigatoriedade do diploma, garantir uma clientela compulsória. Ocorre que, até em termos de mercado de trabalho, essa "reserva de mercado" com base no diploma é ilusória. Muito mais eficiente que aquela reserva de mercado, em termos de qualificação do profissional jornalista, será a concorrência pela qualidade que terá que surgir entre essas escolas. Cada qual terá que aperfeiçoar ao máximo os seus cursos, buscar o corpo docente mais bem habilitado e o padrão de ensino mais eficiente, para arregimentar alunos que queiram disputar empregos nos veículos de comunicação. Os leitores, sem dúvida, serão os maiores beneficiados.



Comportamento

**SEM CANUDO**  
Em seu voto, Gilmar Mendes comparou os jornalistas aos chefs de cozinha

ção, embora os responsáveis por esses cursos procurem minimizar o fato. “Não foi o diploma que caiu, e sim a obrigatoriedade dele”, diz Carlos Costa, coordenador da Faculdade Cásper Líbero. “A maioria dos países não exige o diploma e mesmo assim as faculdades de jornalismo crescem em todo o mundo”, afirma José Marques de Mello, fundador

## DIPLOMA DECORATIVO

Em decisão inédita, o STF acaba com a exigência do curso de jornalismo. E pode fazer o mesmo com outras profissões

Camila Pati e Hugo Marques

A partir de agora, qualquer brasileiro pode trabalhar como jornalista. Na quarta-feira 17, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por oito votos a um, que a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão é inconstitucional. A corte entendeu que a atividade não exige conhecimento técnico específico que torne obrigatório o canudo. A decisão destrói a forma como a profissão foi organizada no Brasil nos últimos 40 anos – a exigência vigorava desde 1969, pelo decreto-lei 972. Na época, o governo militar pretendia inibir a liberdade de expressão, limitando o espaço nos veículos de comunicação àqueles que tivessem diploma específico. O tempo passou e a exigência do diploma deixou de ser um limitador da liberdade de expressão. Em seu voto, no entanto, o relator do processo, ministro Gilmar Mendes, pontuou que “o jornalismo e a liberdade de expressão são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada.” Mendes ainda comparou o jornalista a um cozinheiro. “Um excelente chef de cozinha certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer

refeição seja feita por um profissional registrado mediante diploma.”

A decisão do STF abre espaço para que outras atividades também possam ter a necessidade legal de diploma revista. O próprio Gilmar Mendes compartilha desse princípio. Para ele, **a Constituição é clara ao estabelecer que o Estado só pode regular profissões que exijam saber científico.** Mas, para que a obrigatoriedade do canudo caia, é preciso um pedido formal à Justiça. No caso dos jornalistas, foi o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal que questionaram a obrigatoriedade. “A associação via isso como uma camisa de força”, diz Daniel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert).

A não obrigatoriedade do diploma para jornalistas certamente trará reflexo negativo nas faculdades de comunica-

da Escola de Comunicação e Artes da USP. Célio Campos, coordenador de jornalismo das Faculdades Integradas Hélio Afonso, no Rio de Janeiro, também não acredita em um recuo de alunos matriculados. “Para a carreira de publicitário não se exige diploma e mesmo assim há muita procura”, afirma Campos. Apesar das constatações, fica difícil imaginar que um jovem que queira ser jornalista não procure outro curso superior, buscando uma formação humanística mais sólida.

Os órgãos representativos dos jornalistas ainda não digeriram a decisão do STF e pretendem trabalhar para buscar mecanismos de regulamentação da profissão. “A postura do STF é um duro golpe na qualidade da informação jornalística e na organização da categoria”, diz Sergio Murillo de Andrade, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). ■

### A PROFISSÃO EM NÚMEROS



Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego e Fenaj

## **ANEXO D – REPORTAGEM PUBLICADA NO SITE *FOLHA ONLINE* DE 17 DE JUNHO DE 2009**

### **Maioria dos ministros do STF vota contra a exigência de diploma de jornalista**

MÁRCIO FALCÃO

da Folha Online, em Brasília

Atualizado às 18h43.

Sete ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votaram contra a exigência do diploma de jornalista para exercício da profissão. Dois dos 11 ministros --Joaquim Barbosa e Carlos Alberto Menezes Direito-- não estão na sessão.

O primeiro a votar foi o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, relator do caso. Mendes defendeu a extinção da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista.

O voto de Mendes foi seguido pelos ministros Carmen Lucia, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Ayres Britto, Cezar Peluso e Ellen Gracie. Marco Aurélio foi o único contrário. Mesmo que a sessão seja interrompida e retomada depois com os 11 ministros presentes, sete votaram contra a exigência do diploma. No entanto, os que votaram hoje podem mudar de opinião numa outra sessão --se o julgamento não for encerrado nesta quarta-feira.

"Esse decreto é mais um entulho do autoritarismo da ditadura militar que pretendia controlar as informações e afastar da redação dos veículos os intelectuais e pensadores que trabalhavam de forma isenta", disse Lewandowski.

Na avaliação do presidente do STF, o decreto-lei 972/69, que estabelece que o diploma é necessário para o exercício da profissão de jornalista, não atende aos critérios da Constituição de 1988 para a regulamentação de profissões.

Mendes disse que o diploma para a profissão de jornalista não garante que não haverá danos irreparáveis ou prejudicar direitos alheios.

"Quando uma notícia não é verdadeira ela não será evitada pela exigência de que os jornalistas frequentem um curso de formação. É diferente de um motorista que coloca em risco a coletividade. A profissão de jornalista não oferece perigo de dano à coletividade tais como medicina, engenharia, advocacia nesse sentido por não implicar tais riscos não poderia exigir um diploma para exercer a profissão. Não há razão para se acreditar que a exigência do diploma seja a forma mais adequada para evitar o exercício abusivo da profissão", disse.

Mendes chegou a comparar a profissão de jornalista com a de cozinheiro. "Um excelente chefe de cozinha poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima estarmos a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área. O Poder Público não pode restringir, dessa forma, a liberdade profissional no âmbito da culinária. Disso ninguém tem dúvida, o que não afasta a possibilidade do exercício abusivo e antiético dessa profissão, com riscos eventualmente até à saúde e à vida dos consumidores", disse.

O presidente do STF disse ainda que não acredita que a queda do diploma de jornalista feche as faculdades de comunicação. "Tais cursos são importantes e exigem preparo técnico e ético dos profissionais para atuarem. Os jornalistas se dedicam ao exercício pleno da liberdade de expressão. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensadas e tratadas de forma separada", afirmou.

## **Histórico**

O Ministério Público Federal entrou com ação em outubro 2001 para que não seja exigido o diploma de jornalista para exercer a profissão. Uma liminar editada em outubro de 2001 suspendeu a exigência do diploma de jornalismo.

A Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e a União entraram com um recurso. Em outubro de 2005, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região entendeu que o diploma é necessário para o exercício do jornalismo. A decisão

provocou um novo recurso do Ministério Público Federal no STF e, em seguida, com a ação para garantir o exercício da profissão por quem não tem diploma até que o tema seja definido pelo Supremo.

Em novembro de 2006, o STF decidiu liminarmente pela garantia do exercício da atividade jornalística aos que já atuavam na profissão independentemente de registro no Ministério do Trabalho ou de diploma de curso superior na área.

## **ANEXO E – NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO DE 18 DE JUNHO DE 2009**

### **STF derruba diploma para jornalista**

Por oito votos a um, ministros decidiram que obrigatoriedade viola preceitos da Constituição

18 de junho de 2009 | 0h 00

Mariângela Gallucci - O Estado de S.Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou ontem, por 8 votos a 1, a exigência de diploma de jornalista para exercer a profissão. Essa obrigatoriedade tinha sido imposta por um decreto-lei de 1969, época em que o País era governado pela ditadura militar.

Relator do caso no STF, o presidente do tribunal, Gilmar Mendes, disse que o jornalismo é uma profissão diferenciada, que tem vinculação com o exercício amplo das liberdades de expressão e de informação. Segundo ele, exigir o diploma de quem exerce jornalismo é contra a Constituição, que garante essas liberdades. A exigência do diploma já estava suspensa desde 2006, por uma liminar concedida pelo STF.

"O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada. Os jornalistas são aquelas pessoas que se dedicam profissionalmente ao exercício pleno da liberdade de expressão. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensadas e tratadas de forma separada", afirmou Mendes.

Apesar de ter votado contra a exigência do diploma, o presidente do STF reconheceu que é inegável que frequentar um curso superior com disciplinas técnicas sobre redação e edição, ética e teoria da comunicação pode dar ao profissional uma formação sólida para o exercício cotidiano do jornalismo. "E essa é

uma razão importante para afastar qualquer suposição no sentido de que os cursos de graduação em jornalismo serão desnecessários", afirmou.

"Um excelente chefe de cozinha certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área", observou Mendes. "Certamente o poder público não pode restringir dessa forma a liberdade profissional no âmbito da culinária, e disso ninguém tem dúvida, o que não afasta, porém, a possibilidade do exercício abusivo e antiético dessa profissão, com riscos à saúde e à vida dos consumidores."

Único ministro a votar a favor da obrigatoriedade do diploma, Marco Aurélio Mello afirmou que o jornalista tem de ter técnica para entrevistar, reportar e pesquisar.



## **ANEXO F – REPORTAGEM PUBLICADA NO SITE DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO DE 30 DE JUNHO DE 2009**

### **Professores de jornalismo comentam fim da exigência do diploma**

Segundo o MEC, há 546 cursos de graduação em funcionamento no País, com mais de 113 mil vagas

30 de junho de 2009 | 19h 46

Ana Bizzotto - Especial para O Estado de S. Paulo

Coordenadores e professores de alguns dos principais cursos de Jornalismo de São Paulo comentaram o fim da exigência do diploma para o exercício da profissão, aprovado por 8 votos a 1 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na quarta-feira. Dados do Censo da Educação Superior de 2007 apontam que 546 cursos de jornalismo estão em funcionamento no país, com mais de 113 mil vagas.

"Está havendo uma discussão muito emocional sobre a questão. Acho que ninguém é contra o curso ou o diploma. O que fica meio no ar é qual será o critério agora para conseguir o registro. Concordo que a obrigatoriedade do diploma não é necessária, mas a formação sim. É preciso haver um critério", afirma o coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, Marcos Cripa.

Segundo ele, a faculdade começou a discutir a criação de uma pós-graduação em Jornalismo, mas o futuro dos bons cursos de graduação não está ameaçado. "Nós estamos dando formação, mas muitas escolas dão o diploma e seus alunos não saem preparados. Esses cursos que não oferecem formação adequada vão sofrer um impacto".

O coordenador do curso de Jornalismo da PUC-SP, Marcos Crispa, define a decisão do STF como um "desastre". Segundo ele, foi um retrocesso no tempo. "A não obrigatoriedade do diploma será ruim para a qualidade da informação. O mercado se tornará uma terra sem lei, principalmente nos grandes centros, onde a influência política e econômica das grandes empresas é muito grande."

Crispa também criticou a afirmação feita ontem pelo ministro do STF Gilmar Mendes sobre a criação de um "modelo de desregulamentação" das profissões que não exigem aporte científico e treinamento específico. "Um erro médico pode matar uma pessoa, mas um ataque mentiroso cometido por um jornalista em uma notícia pode afetar a vida de uma família para sempre, matá-la publicamente. Se com a exigência do diploma já existe uma série de erros, imagine agora."

O coordenador concorda que a discussão deveria ser levada ao Congresso, como sugeriu anteontem o ministro das Comunicações, Hélio Costa, mas ressalta a importância da participação da sociedade. "No fundo, não temos no Brasil a concepção de que o jornalismo é um compromisso social. A discussão não pode ser feita em guetos. É preciso convocar a sociedade, que é a principal destinatária da informação".

Para o chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, José Luiz Proença, o fim da obrigatoriedade do diploma não significa um enfraquecimento dos cursos de Jornalismo. "Numa perspectiva otimista, eles devem até melhorar. Nesses quarenta anos de exigência do diploma, as escolas de comunicação tiveram uma influência positiva na formação do jornalista brasileiro. Crescemos em termos de pesquisa na área. A queda da obrigatoriedade é uma forma de cobrar qualidade dos cursos", diz.

Proença considera que a prática da profissão exige uma formação superior, mesmo que o diploma não seja obrigatório. "Não basta escrever bem. Quando você entra na rotina de uma redação, não para muito para pensar, e a faculdade vai continuar a ter esse papel, que dá o diferencial para o jornalista."

## **Diretrizes**

A revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo está sendo discutida por uma comissão de especialistas formada pela Secretaria de Educação Superior, que deve entregar a proposta até agosto ao Ministério da Educação.

As diretrizes curriculares orientam as instituições de ensino superior para a formulação do projeto pedagógico de seus cursos de graduação. Alunos, professores, pesquisadores, profissionais e representantes da sociedade civil puderam participar da consulta pública sobre o assunto feita pelo ministério. Três audiências públicas também foram realizadas para discutir a revisão das diretrizes.

De acordo com o professor José Marques de Melo, que preside a comissão, a decisão do STF não altera em nada as diretrizes. "O diploma não foi abolido, apenas não será mais obrigatório. Vamos continuar com as mesmas diretrizes, que tem o objetivo de estabelecer critérios de qualidade para os cursos."

Marques enfatiza que o diploma continua a ser valorizado. "Nos Estados Unidos ele não é exigido e há quase mil escolas de jornalismo. O ensino do jornalismo vem sendo valorizado no mundo inteiro, e a grande maioria dos profissionais é recrutada nas escolas de jornalismo."